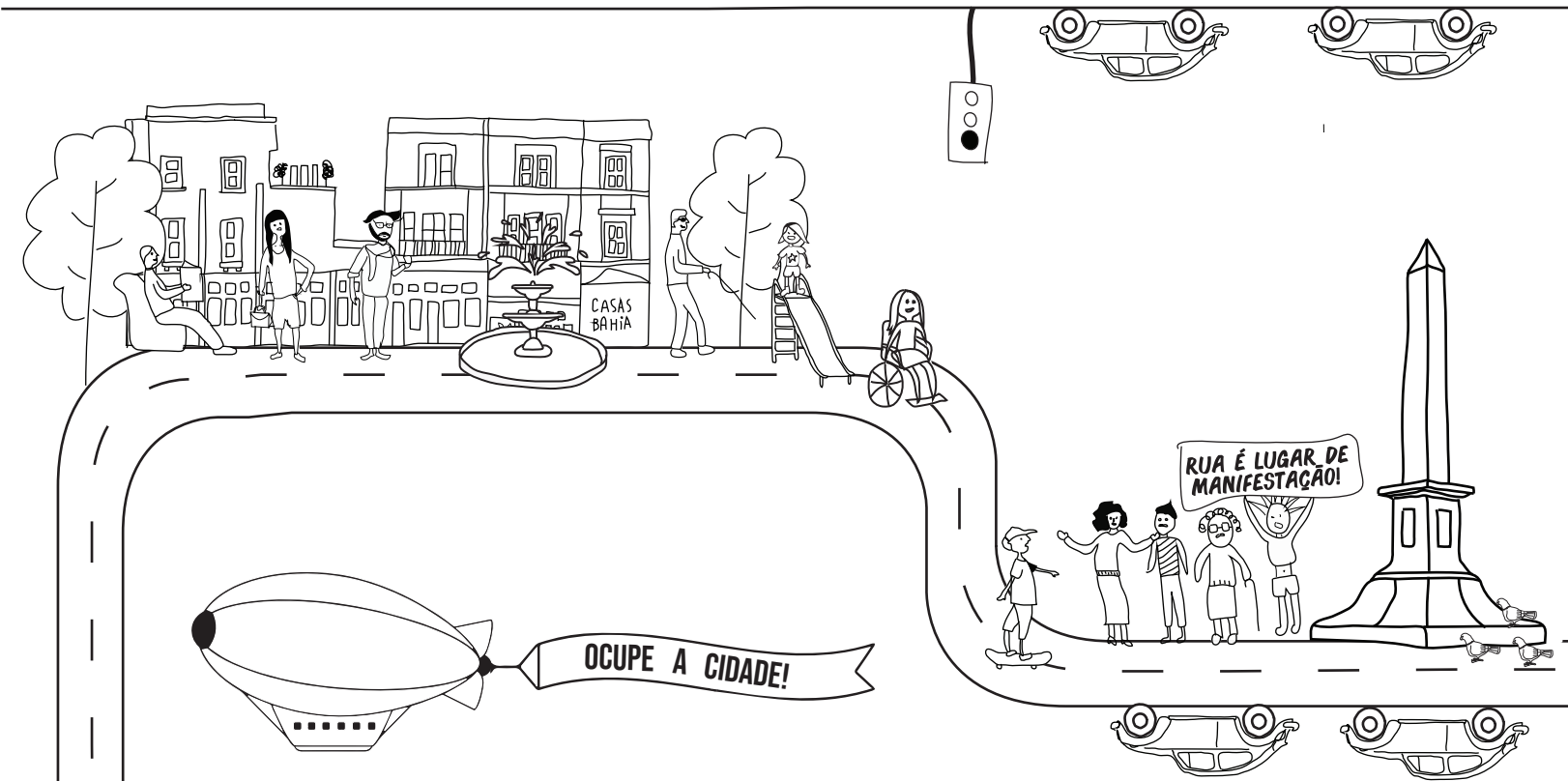


**POTÊNCIAS DO
ESPAÇO PÚBLICO:
POLÍTICO,
URBANO,
RADICAL.**

Patrícia Cioffi de Mattos



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA**

Patrícia Cioffi de Mattos

**POTÊNCIAS DO ESPAÇO PÚBLICO:
POLÍTICO, URBANO, RADICAL**

**Belo Horizonte
2018**

Patrícia Gioffi de Mattos

**POTÊNCIAS DO ESPAÇO PÚBLICO:
POLÍTICO, URBANO, RADICAL.**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

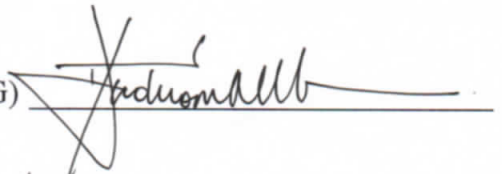
Linha de pesquisa: Teoria, produção e experiência do espaço

Orientadora: Prof. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso

Belo Horizonte
Escola de Arquitetura da UFMG
2018

Dissertação defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - NPGAU
– da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, e aprovada em 4 de outubro
de 2018 pela Comissão Examinadora:

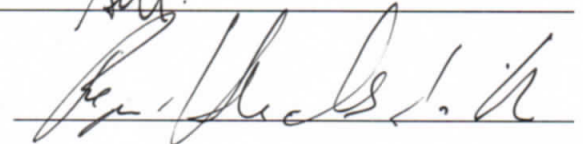
Profa. Dra. Rita de Cássia Lucena Velloso (Orientadora-EA/UFMG)



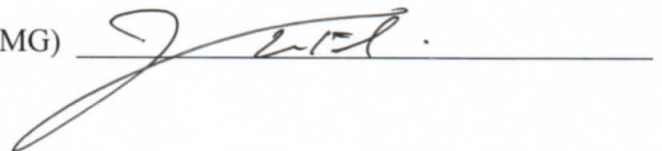
Profa. Dra. Ana Paula Baltazar dos Santos (EA/UFMG)



Profa. Dra. Regina Helena Alves da Silva (FAFICH/UFMG)



Prof. Dr. João Bosco Moura Tonucci Filho (FACE/UFMG)



AGRADECIMENTOS

À minha mãe Flavia, por sempre me apoiar, me incentivar e estar disposta a me entender tão profundamente.

À minha melhor amiga Ananda, pela presença irradiante, companhia constante e por ser capaz de me alegrar mesmo nos dias mais difíceis.

À minha irmã Ludmila, pela paciência na escuta e pelos conselhos motivadores.

À minha avó Diva, que ficaria muito feliz em ver essa conquista.

Ao meu pai Bruno, que ainda vive dentro de mim.

À Dorothy, pelo amor e reciprocidade.

À Sarah, pela companhia nos fins de semana de trabalho e conversas edificantes.

À Simone, pela amizade e confiança.

À Ani, pela disponibilidade em ser minha consultora de assuntos técnicos.

À Marina, pela gentileza e pelos desabafos.

À Umbanda, por me ensinar um pouco mais sobre mim.

RESUMO

Esta pesquisa busca a compreensão do papel dos espaços públicos contemporâneos nas metrópoles brasileiras, discutindo as potências e contradições a partir de sua dimensão política e urbana. A subordinação do público ao privado reforçada pelo capitalismo neoliberal, juntamente à associação público-estatal, coloca em questionamento o próprio conceito de espaço público. De acordo com a concepção dominante, o espaço público deveria ser um local do encontro harmônico e realização da democracia consensual, no entanto, a aposta desta dissertação é verificar se o espaço público contemporâneo tem potencial de ser um local do dissenso e da disputa por seu significado. Nesse sentido, o espaço público é um objeto de conflito, tanto por parte do capital quanto por parte daqueles que visam a realização do direito à cidade. Pretende-se problematizar o atributo público e reconhecê-lo como algo a mais do que a propriedade do Estado, referente à esfera pública, possível de ser construída nos espaços públicos e por meio deles. Busca-se estabelecer uma relação entre espaço público e política fundamentada nos princípios da radicalização democrática, que se baseia na legitimidade do conflito. A partir disso, são analisados três processos de disputa pela publicização do espaço em Belo Horizonte em diferentes escalas, temporalidades e contextos: o espaço público enquanto rua, instituição e edifício – de propriedade pública e privada – que não cumprem sua função social. Acredita-se que os espaços se tornam públicos a partir apropriação pública, isto é, mediante uma realização e construção sócio-espacial. Desse modo, considera-se que o espaço público seja um local de conflito e contradições e que através do dissenso – como meio e condição democrática – o aspecto público e político possa se concretizar.

Palavras-chave: Espaço público. Político. Democracia radical. Esfera pública. Dissenso.

ABSTRACT

This research seeks to understand the role of contemporary public spaces in the Brazilian metropolis, discussing the potential and contradictions from its political and urban dimension. Public-private subordination reinforced by neoliberal capitalism, together with the public-state association, calls into question the very concept of public space. According to the dominant conception, public space should be a place of harmonious meeting and achievement of consensual democracy, however, the aim of this dissertation is to verify if the contemporary public space has the potential to be a place of dissensus and dispute by its meaning. In this sense, public space is an object of conflict, both on the part of the capital and on the part of those who aim at the realization of the right to the city. It is intended to problematize the public attribute and to recognize it as something more than the ownership of the State, referring to the public sphere, which can be built in and through public spaces. It seeks to establish a relationship between public and political space based on the principles of democratic radicalization, which is based on the legitimacy of the conflict. From this, three processes of dispute for the publicity of the space in Belo Horizonte are analyzed in different scales, temporalities and contexts: the public space as street, institution and buildings – of public and private property – that do not fulfill their social function. It is believed that spaces become public from public appropriation, that is, through a realization and socio-spatial construction. Thus, it is considered that the public space is a place of conflict and contradictions and that through dissensus – as a means and democratic condition – the public and political aspect can be realized.

Keywords: Public space. Political. Radical democracy. Public sphere. Dissensus.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 Pedras instaladas debaixo de viaduto no bairro São Paulo em Belo Horizonte	57
FIGURA 2 Cartografia de apropriações do espaço público de Belo Horizonte	87
FIGURA 3 Vista da Casa da Árvore	95
FIGURA 4 Localização da Casa da Árvore	95
FIGURA 5 Uso do espaço antes da construção Casa da Árvore	95
FIGURA 6 Idealizadores da Casa da Árvore (Greice Hellen, Warlen Santos e Douglas Rodrigues, respectivamente)	96
FIGURA 7 Acervo de livros na entrada da casa	96
FIGURA 8 Placa de identificação para a troca e doação de livros.....	96
FIGURA 9 Placa de divulgação do abaixo assinado em prol da permanência da Casa da Árvore .	98
FIGURA 10 Placa contendo divulgação da hashtag criada para apoiar a permanência da Casa da Árvore	98
FIGURA 11 Café da manhã solidário em apoio à Casa da Árvore	100
FIGURA 12 Café da manhã solidário em apoio à Casa da Árvore	102
FIGURA 13 Incêndio que destruiu a Casa da Árvore	102
FIGURA 14 Incêndio que destruiu a Casa da Árvore	103
FIGURA 15 Incêndio que destruiu a Casa da Árvore	103
FIGURA 16 Carros estacionados no local onde havia a Casa da Árvore pouco tempo após o incêndio.	103
FIGURA 17 Evento marcando dois meses do incêndio	105
FIGURA 18 Planta referente ao projeto de reforma elaborado pela prefeitura.....	107
FIGURA 19 Detalhamento do novo mobiliário proposto	107
FIGURA 20 Reunião no local da antiga Casa da Árvore	109
FIGURA 21 Mobiliário para exposição de livros	109
FIGURA 22 Casa do Saber.....	111
FIGURA 23 Livros disponíveis na Casa do Saber.....	111
FIGURA 24 Estudantes da Escola Fernão Dias em Santo André (SP)	116
FIGURA 25 Prédio CAD 1 (Centro de Atividades Didáticas) da UFMG ocupado	116
FIGURA 26 Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFMG ocupada	122
FIGURA 27 Praça externa com Cozinha Comum à direita.....	124
FIGURA 28 Assembleia geral na EAD para decisões coletivas	124
FIGURA 29 Assembleia geral na EAD para decisões coletivas	128
FIGURA 30 Projeção sobre a PEC 55 em edifício no centro de Belo Horizonte	128
FIGURA 31 Intervenção PEC Man	128
FIGURA 32 Intervenção PEC Man	128
FIGURA 33 Módulo Pia e Fogão.....	131
FIGURA 34 Estrutura da Cozinha Comum	131

FIGURA 35 Cozinha Comum em funcionamento na praça externa	131
FIGURA 36 Mapa de localização das ocupações	138
FIGURA 37 Fachada do Espaço Comum Luiz Estrela	139
FIGURA 38 Luiz Estrela	141
FIGURA 39 Feirinha Estelar do Espaço Comum Luiz Estrela	143
FIGURA 40 Reunião no Espaço Comum Luiz Estrela	143
FIGURA 41 Maquete eletrônica do projeto de reforma do casarão	143
FIGURA 42 Kasa Invisível	151
FIGURA 43 Kasa Invisível	151
FIGURA 44 Palestra na Kasa Invisível	151
FIGURA 45 Ocupação Tina Martins	157
FIGURA 46 Ocupação Tina Martins	157
FIGURA 47 Centro de Referência da Mulher Tina Martins	157

ABREVIATURAS E SIGLAS

AGE - Advocacia Geral do Estado

CAD - Centro de Atividades Didáticas

CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CIMA - Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional

CMA - Coletivo Margarida Alves

CNDDH - Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis

DA - Diretório Acadêmico

DIPC - Diretoria de Patrimônio Cultural

DPDH - Defensoria Especializada em Direitos Humanos, Coletivos e Socioambientais

EAD - Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design

ECLE - Espaço Comum Luiz Estrela

FELUMA - Fundação Educacional Lucas Machado

FHEMIG - Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais

FIFA - Federação Internacional de Futebol

GT - Grupo de Trabalho

MC'S - Mestre de Cerimônias

MLB - Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas

MPSP - Ministério Público do Estado de São Paulo

MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

NIMBY - Not In My Backyard

OCUPA EAD - Ocupação da Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFMG

OMS - Organização Mundial da Saúde

PEC - Projeto de Emenda Constitucional

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte

PHS - Partido Humanista da Solidariedade

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PPAG - Plano Plurianual de Ação Governamental

PPK - Bloco de Carnaval Pena de Pavão de Krishna

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PSOL - Partido Socialismo e Liberdade

PT - Partido dos Trabalhadores

REDE - Rede Sustentabilidade

SARESP - Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

SEDECAP - Superintendência de Desenvolvimento da Capital

SEDPAC - Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania

SEE/SP - Secretaria Estadual de Educação/São Paulo

SEPLAG - Secretaria do Estado de Planejamento e Gestão

SMAFIS - Secretaria Municipal Adjunta de Fiscalização

SMAPU - Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano

SMASAC - Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Alimentar e Cidadania

SLU - Serviço de Limpeza Urbana

SMC - Secretaria Municipal de Cultura

SMOB - Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura

TRT-MG - Tribunal Regional do Trabalho em Minas Gerais

UFMG Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
1 O Espaço Público Político	27
1.1. A dicotomia público-privada	27
1.2. Modernidade e declínio da esfera pública.....	28
1.3. A esfera pública no Brasil.....	30
1.4. Democracia radical e o político	34
2 O Espaço Público Urbano	43
2.1. Espaço público: uma definição em disputa.....	43
2.2. A produção do espaço (público) contemporâneo	47
2.3. Concepções dominantes e processos urbanos de encolhimento do espaço público	50
2.4. Segregação sócio-espacial e normatização do espaço público em Belo Horizonte.....	59
3 O Público do Espaço	67
3.1. O Espaço Público a partir da propriedade	67
3.1.1. Sobre a Propriedade Privada.....	67
3.1.2. Indefinição público-privada e influências do Neoliberalismo.....	71
3.1.3. O Público Estatal: A Propriedade Pública.....	75
3.2. O Espaço Público a partir do uso.....	78
3.2.1. O Público como construção coletiva: O Uso Público	78
3.2.2. O espaço público entre a dominação e a apropriação	82
4 Práticas espaciais e disputas no/pelo Espaço Público	91
4.1. Casa da Árvore: quando a rua vira casa e a casa vira rua.....	92
4.1.1. Da construção à destruição	92
4.1.2. O Novo Projeto da Prefeitura	106
4.1.3. A Casa do Saber.....	110
4.1.4. Reflexões sobre o processo.....	112
4.2. Ocupação da Escola de Arquitetura e Design da UFMG (Ocupa Ead): Ensaio de vida pública.....	112

4.2.1.	Contextualização: as ocupações secundaristas em São Paulo	116
4.2.2.	As ocupações contra a PEC 55.....	120
4.2.3.	Consolidação da OCUPA EAD.....	121
4.2.4.	(Auto) Organização da ocupação e tomada de decisão.....	125
4.2.5.	Ações externas e ampliação da esfera pública.....	127
4.2.6.	O pós-ocupação.....	132
4.3.	Ocupações urbanas de uso público no centro de Belo Horizonte	137
4.3.1.	Ocupação Espaço Comum Luiz Estrela: espaço público e cultural em processo.....	134
4.3.2.	A Ocupação Kasa Invisível: espaço público para além da propriedade estatal.....	148
4.3.3.	Ocupação Casa de Referência da Mulher Tina Martins: feminismo no espaço público.....	149
4.4.	Considerações sobre as práticas	160

5 Espaço público em disputa: da ideologia ao dissenso..... 167

5.1.	A ideologia do Espaço Público.....	167
5.2.	O Espaço Público como dissenso	167

CONCLUSÕES..... 174

!

Referências.....	189
Anexo A -	195
Anexo B -	197

INTRODUÇÃO

A pergunta desta pesquisa surge da percepção de que o conceito de espaço público, assim como o uso do espaço – como será argumentado ao longo do texto – está em disputa por seu significado e seu sentido político, cultural e simbólico. A oposição público/privado já não parece tão evidente para definir os espaços das cidades contemporâneas, principalmente as brasileiras. Não há mais uma visível distinção entre o público e o privado e, aliado a isso, a falta de uma compreensão clara da noção de público no Brasil eleva o quadro atual de incertezas. A literatura diverge em relação à conceituação e oscila basicamente entre um cenário pessimista, constatando o fim dos espaços públicos, sequestrados pelos processos de privatizações e acumulação de capital e outro cenário mais otimista e até ingênuo, considerando os espaços públicos como locais coletivos e comunitários de igualdade e convívio harmonioso. A meu ver, o primeiro cenário apenas reforça a privatização como solução permanente e a única possível frente aos avanços neoliberais e o segundo corre o risco de criar uma idealização do espaço distanciada do real, abrindo a possibilidade de concepção do espaço público como simplesmente uma ideologia, conforme defende o sociólogo Manuel Delgado (2011).

Diante disso, cabe questionar qual o papel dos espaços públicos contemporâneos na cidade e como caracterizá-los? Me refiro ao *papel* dos espaços em detrimento da *função*, justamente para desviar da funcionalização exacerbada imposta às cidades desde o urbanismo moderno. Afinal, o que faz com que um espaço seja público? Seria somente a propriedade? E ainda, o que de fato o *público* significa no contexto brasileiro? De acordo com o discurso dominante, o espaço público deveria ser um local de cidadania e realização da democracia consensual, no entanto, a aposta desta dissertação é verificar se o espaço público contemporâneo tem o potencial de ser um local do dissenso e da disputa por seu significado.

O processo de associação entre o *público* e o *estatal*, iniciado com a formação dos Estados-Nação no século XVIII na Europa, culminou na transformação da noção de *público* em *poder público*– do Estado (HABERMAS, 1984). Posteriormente, a reformulação do papel do Estado no neoliberalismo contribuiu ainda mais para que o público se tornasse um significante vazio. Isso porque o Estado Neoliberal é entendido como uma forma de reestruturação do Estado que o torna mais forte ao invés de enfraquecê-lo, sendo muitas vezes aliado do mercado e da iniciativa privada. (MAGALHÃES, 2016).

Nesse processo, o espaço público se tornou moeda de troca neoliberal beneficiando, na maioria dos casos, o capital. É possível ver na cidade, nas praças vigiadas, nos parques

cercados, nas áreas verdes controladas, nas ruas monitoradas que a propriedade pública há muito tempo não se associa diretamente ao interesse e o bem comum, talvez nunca tenha se associado. No entanto, tomar as áreas públicas da cidade – e em última instância o próprio imaginário acerca do público – como totalmente capturadas pelo domínio privado não parece ampliar a discussão e resolver o problema, senão agravá-lo ou ignorá-lo. É preciso então, problematizar o atributo público e reconhecê-lo como algo a mais do que a propriedade do Estado, referente à esfera pública, possível de ser construída nos espaços públicos e por meio deles.

O panorama atual das cidades brasileiras, principalmente das metrópoles, como Belo Horizonte – campo da investigação – coloca em questionamento a definição de espaço público. Novos produtos imobiliários que seguem a lógica do capital de produção e reprodução do espaço, como condomínios residenciais de classes altas, shoppings centers e centros comerciais, surgem como “novos espaços públicos”, novas opções de lazer e socialização que aumentam o contraste das desigualdades, evidenciam os processos de segregação sócio-espacial e muitas vezes mascaram o caráter privado e exclusivamente voltado para o consumo que assumem. Muitos desses espaços são criados sob a justificativa de medo e violência nas cidades o que aumenta os recursos de vigilância, espalhados pelas cidades.

A cidade de Belo Horizonte, inaugurada em 1897 e planejada conforme modelos importados de urbanismo, se configura como uma tentativa de superação da herança colonial da antiga capital – Ouro Preto – vinculando-se à noção de progresso. A partir de um planejamento que aspirava a modernidade, Belo Horizonte se estabelece, juntamente com a promessa de uma nova forma de viver e de costumes que rompessem com o passado rural e arcaico. Nesse sentido, Belo Horizonte foi seguidora da “lógica do dever a ser” (JULIÃO, 2011, p.119). Dever ser, portanto, demonstração da “hipótese do Estado como estrutura espacial, traduzindo em geometria seus ideais de ordem e de funcionamento” (VELLOSO, 2015, p.5). A promessa de cidade modernizante, se estendia aos espaços públicos, concebidos em escala monumental, com ruas largas e arborizadas para abrigar a vida pública, mas que, no entanto, viviam vazias e sem uso nos primeiros anos da capital. Não mais interessava as atividades cotidianas que recheavam as ruas da antiga capital pré-industrial, tais práticas eram rejeitadas e consideradas atrasadas. “Opondo-se à sociedade rural e arcaica, ela sugeria uma vida cosmopolita, em incessante transformação, locus de um espaço público formado por indivíduos emancipados” (JULIÃO, 2011, p.126). Assim, o espaço público de Belo Horizonte

deveria ser local da civilidade e do encontro harmonioso, princípios que ainda reverberam no planejamento urbano e no próprio imaginário da cidade.

Acreditando que tal visão reducionista do espaço público minimiza as chances de uma experiência urbana mais viva e ampla, pretende-se nesta dissertação estabelecer uma relação entre espaço público e política, ampliando sua função designada pelo planejamento urbano e investigando em quais práticas espaciais essa relação se torna possível. Ao final, pretende-se chegar numa noção de espaço público dissensual como hipótese para sobrevivência dos espaços públicos contemporâneos nas cidades brasileiras. Considera-se assim, que é acomodando o conflito que o espaço público pode permanecer como algo além de uma ideologia.

Baseando-se na necessidade de resgatar o princípio político da cidade e devolver – ou recriar – o sentido de público associado a ela, acredita-se que parte desse sentido foi reivindicado com a onda de "primaveras" desde 2011 e, particularmente no Brasil, nas manifestações de junho de 2013. Desde então o espaço público entrou fortemente no debate em relação à efetivação do direito à cidade, tal qual formulado por Lefebvre em 1968, no que diz respeito à possibilidade de transformar a cidade em um espaço mais acessível, justo e diverso. No caso de Belo Horizonte, alguns anos antes, em 2010, ações como a Praia da Estação e o Duelo de MC'S, já vinham reivindicando o caráter público e de uso coletivo dos espaços, contrapondo-se aos processos de privatização de locais públicos da cidade. Nesta pesquisa serão analisadas três situações que além de resistirem às tentativas de privatização do público, são processos de disputa pela publicização do espaço em Belo Horizonte em diferentes escalas, temporalidades e contextos: ocupações do espaço público enquanto rua, instituição pública e edifícios que não cumprem sua função social. Todos os casos contribuem como exemplos de uso público do espaço condizentes com uma noção de democracia como um processo em construção.

A dissertação estrutura-se em cinco capítulos acrescidos desta introdução e uma conclusão. Os dois primeiros capítulos denominam-se *Espaço público político* e *Espaço Público Urbano*, por se basearem na dupla interpretação em relação ao termo *espaço público*: uma, referente à arena de discussão política e a outra, relacionada ao espaço coletivo e acessível localizado geograficamente. Foi considerado importante fazer essa diferenciação analítica entre o *espaço público político* e o *espaço público urbano*, pois ambos estão contidos dentro da definição de espaço público – compartilhando afinidades – no entanto, tratam-se de campos distintos e por isso, apresentam suas especificidades. A esfera pública diz respeito ao espaço

público enquanto categoria política e o espaço público urbano se refere à dimensão física do espaço.

O primeiro capítulo discute a dicotomia público x privado segundo a filósofa Hannah Arendt (2007) e explica o declínio da esfera pública decorrente da ascensão da modernidade, enfatizando a sobreposição dos interesses privados sobre os públicos. Posteriormente é investigada a noção de esfera pública no Brasil, utilizando como referencial as críticas patrimonialistas do sociólogo Jessé Souza (2015, 2017) e a ideia de uma *esfera pública seletiva* no Brasil desenvolvida pelo historiador Fernando Perlatto (2015). Por fim, é explicitada a diferenciação entre *a política* e *o político* de acordo com a filósofa belga Chantal Mouffe (2003, 2005, 2015) para evidenciar que o meio para uma possível radicalização democrática se baseia no potencial inerente ao político e não na burocracia na qual se reduziu a política. Todos esses aspectos contribuem para a caracterização do espaço público enquanto categoria política.

O segundo capítulo trata do "Espaço público urbano" e apresenta o espaço público a partir das relações de produção segundo o filósofo e sociólogo francês Henri Lefebvre (1969,1999,2006,2008) de forma que o espaço público seja abordado não como um dado a priori, mas a partir dos processos, relações e disputas que o configuram. É feita uma crítica ao urbanismo moderno e sua proposta de funcionalização do espaço, reiterando que os espaços públicos podem e devem ser vistos como políticos e não somente como produtos do planejamento urbano. Também são discutidos os principais processos de encolhimento do espaço público como movimento antagônico ao resgate da dimensão pública da cidade.

O terceiro capítulo problematiza o aspecto público do espaço e o analisa primeiramente a partir da *propriedade* e posteriormente a partir do *uso*. Nesse momento, questiona-se se o público enquanto propriedade não passa de uma *moldura ficcional* que serve apenas para diferenciação formal dos espaços privados (Dardot; Laval, 2015). Acredita-se que sua efetivação depende de uma realização prática no espaço e que o caráter público é conferido a partir do uso, senão, torna-se apenas uma categoria abstrata, meramente formal.

O quarto capítulo aborda práticas e disputas no espaço público e por ele. Foram escolhidas três situações na cidade de Belo Horizonte que colocam em tensionamento as noções de público e privado e que serão analisadas e descritas de maneira minuciosa, a partir das discussões apresentados nos capítulos anteriores. Dessa forma, é possível averiguar as contribuições e entraves nos processos de construção ou ressignificação coletivas do espaço público, além de verificar na prática, em quais situações há indícios do político. Optou-se

pela diversidade de temas, escalas, temporalidades e contextos na escolha dos casos, de modo à suscitar uma discussão mais rica.

A primeira prática é a Casa da Árvore, construção localizada debaixo de uma mangueira em uma porção espacial localizada na avenida Barão Homem de Melo, no bairro Nova Granada, região Oeste de Belo Horizonte. A casa é moradia de dois amigos que estavam em situação de rua e abriga também uma biblioteca pública. Houve uma grande discussão em torno da casa que ocupou um espaço que anteriormente servia como estacionamento de carros particulares, até o ponto de receberem uma ordem de despejo cerca de dois anos após a instalação dos moradores. Antes mesmo de serem desapropriados a casa foi criminalmente incendiada e destruída. Dentre outras, essa situação permite discutir as liminaridades entre o público e o privado, o uso prescritivo do logradouro público previsto pelo Código de Posturas, que não permite novas maneiras de usar o espaço público e a conduta do poder público, que, aliado à ação policial, prioriza a desobstrução dos logradouros públicos.

A segunda situação trata-se de um espaço público institucional, a Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFMG que, em outubro de 2016 foi ocupada por 55 dias pelos estudantes contra a PEC 55 – antiga PEC 241. Foi um momento em que o espaço, antes visto como apenas de ensino e de educação, passou a ser encarado como um espaço público em sua essência, ou seja, onde se tratam os assuntos relativos à comunidade. Além de reivindicarem seus direitos – como em qualquer forma de protesto – os alunos foram além e experimentaram um novo modo de viver coletivamente, questionando as consequências arrasadoras que ocorreriam com a aprovação da PEC55. Foi uma ação da universidade como espaço público que, mesmo não alcançando mudanças estruturais, permitiu repensar padrões e encaminhamentos políticos vistos como naturais, estabelecer novas relações com o espaço, priorizar a inventividade coletiva e proporcionar um experimentalismo democrático temporário.

O terceiro processo analisado não se trata de uma iniciativa específica, mas de uma série de ocupações de edifícios abandonados que estão ocorrendo na região central de Belo Horizonte. Desde 2013 com o Espaço Comum Luiz Estrela, passando pela Kasa Invisível ocupada no mesmo ano até a Casa de Referência da Mulher Tina Martins consolidada em 2016, todos esses movimentos propõem novos usos coletivos a espaços que estavam desocupados há anos, não cumprindo a função social da propriedade. A questão aqui é questionar até que ponto o atributo público do espaço é vinculado apenas à propriedade pública. Algumas dessas ocupações criaram espaços públicos no seu sentido mais amplo por

meio da luta e do enfrentamento político. Espaços acessíveis, gestados de forma coletiva e solidária, com finalidade de beneficiar a coletividade em detrimento do interesse individual. Nesse sentido, suspeita-se que os espaços se tornaram públicos a partir do uso conferido a eles, independentemente – ou muito além – do atributo jurídico associado. Nesse caso das ocupações, há uma inversão e é a partir do uso que se reivindica a propriedade do espaço para que seja pública, e não o contrário.

Em relação à metodologia, cada caso teve um nível de aproximação e acesso às informações distintos. Na Casa da Árore, foi feito um acompanhamento presencial da situação, principalmente após o incêndio. As informações foram extraídas por meio da observação participante, entrevistas orais e conversas realizadas com Douglas e membros do grupo de apoio. Na OCUPA EAD houve uma atuação direta, pois fui uma das participantes do evento. Nesse caso, realizei entrevistas com alunos da graduação que ocuparam a escola e extraí muitas reflexões a partir da minha vivência. Na análise das ocupações urbanas Espaço Comum Luiz Estrela, Kasa Invisível e Casa de Referência da Mulher Tina Martins realizei entrevistas orais e escritas, visitas, conversas com apoiadores e movimentos sociais e acessei notícias de mídia digital.

Depois de realizada a problematização a respeito da definição de espaço público nas metrópoles brasileiras, analisando os aspectos público e político em práticas espaciais da cidade de Belo Horizonte, o quinto capítulo apresenta uma síntese da pesquisa por meio da proposição do espaço público como espaço do dissenso, conceito do filósofo francês Jacques Rancière (1996a, 1996b) que se contrapõe ao consenso e é a premissa de que o conflito é a própria política. O espaço público dissensual diz respeito à própria disputa pelo significado de público. Assim, se o espaço público for considerado a partir da noção liberal e consensual de democracia, ele se torna apenas uma ideologia, conforme argumenta o sociólogo espanhol Manuel Delgado (2007, 2011), pois é criado um ideal de equidade e harmonia que não condiz com o real. Por outro lado, se é considerado a partir do dissenso e da democracia radical, é possível que o político se manifeste nos espaços públicos. Se as assimetrias sociais não podem ser canceladas, elas podem coexistir e é dessa coexistência não pacificada que se trata a possibilidade do encontro nos espaços públicos. Será demonstrado que o espaço público seja um local de conflito e contradições e que através do dissenso o aspecto público possa se concretizar.

1

0

**espaço
público
político**

1 O Espaço Público Político

1.1. A dicotomia público-privada

A impermanência da relação entre público e privado do mundo contemporâneo é característica do período da modernidade. Anteriormente, os domínios público e privado mesmo que complementares, possuíam suas distinções. Para melhor entendimento dessa diferenciação, a fim de caracterizar o espaço público enquanto categoria política, será utilizado o conceito de esfera pública de Hannah Arendt, uma das principais autoras a se aprofundar no tema e que se baseia no modelo grego de espaço público ao desenvolver sua filosofia política. Para Arendt (2007), na polis grega, havia uma clara distinção entre duas esferas: a pública e a privada. A esfera pública era a esfera política, que abrigava as atividades pertinentes ao mundo comum e de domínio do cidadão. Já a esfera privada era a esfera da família, envolvendo as atividades pertinentes à manutenção da vida e de domínio do indivíduo.

O surgimento da cidade-estado significava que o homem recebera, além de sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*. Agora, cada cidadão pertence a duas ordens de existência; e há uma grande diferença em sua vida entre aquilo que lhe é próprio (*idion*) e o que é comum (*koinon*) (ARENDR, 2007, p.33).

A vida pública e a vida privada, apesar de claramente distintas, funcionavam de modo interdependente. Só era possível existir uma esfera pública se houvesse uma privatividade. "A distinção entre as esferas pública e privada, encarada do ponto de vista da privatividade e não do corpo político, equivale à diferença entre o que deve ser exibido e o que deve ser ocultado" (ARENDR, 2007, p.82). Dessa forma, as atividades humanas eram organizadas de acordo com os domínios do privado e do público. O primeiro, relativo às atividades que se referem exclusivamente ao indivíduo e que deveriam ser, portanto, privadas e restritas a uma esfera reclusa e o segundo, no que diz respeito aos assuntos e atividades relacionados à coletividade, que seriam expostos a todos e levados à público.

A separação entre público e privado correspondia respectivamente à oposição entre liberdade e necessidade. Ao mundo privado, era reservado o reino das necessidades básicas para a sobrevivência, o que permitia alguns poucos a se dedicarem à vida pública, ou a *boa vida* na polis. A esfera pública era o local em que a liberdade podia se manifestar, de modo que as necessidades privadas, uma vez já supridas, subsidiavam a possibilidade da ação política. Arendt (2007) argumenta que a vida humana é condicionada e suas condições básicas podem ser resumidas em três atividades fundamentais: labor, trabalho e ação. O

labor se identifica com o processo biológico do corpo, o trabalho, com a artificialidade da existência humana, na qual criamos um mundo artificial de coisas e a ação é a condição da vida política, fundamentada pela pluralidade (Arendt, 2007). A ação era considerada a mais digna entre as três atividades por ser exclusiva do ser humano e por depender da presença de outras pessoas.

Apenas a ação (*praxis*) e o discurso (*lexis*) eram consideradas atividades políticas, excluindo tudo o que envolvia a necessidade. A ação, devido ao seu caráter de mudança, e o discurso, devido à capacidade de persuasão. "O ser político, o viver numa polis, significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão, e não através da violência" (ARENDR, 2007, p.35). Os gregos acreditavam que o uso da violência ao invés da persuasão era algo pré-político e por isso valorizavam o discurso como fundamental na organização política.

É com a ascensão da chamada modernidade que os âmbitos do privado e do público se alteram. Já não há mais clara distinção entre as duas esferas que foram sobrepostas pela esfera híbrida do social, na qual os interesses privados invadem a esfera pública. Com isso, a esfera pública entra em declínio, criando uma fragilidade entre o público e o privado, situação que se mantém até hoje.

1.2. Modernidade e declínio da esfera pública

A modernidade é o momento histórico – por volta do século XVIII na Europa – marcado pela indistinção das esferas pública e privada. Isso significa que a divisão anteriormente antagonica entre o domínio público e o privado se diluiu com a consolidação da sociedade. O trabalho, antes privado, passa a ordenar a vida social e a ação (política) vai sendo substituída pelo comportamento, cada vez mais normatizado.

[...] com a ascendência da sociedade, isto é, a elevação do lar doméstico (*oikia*) ou das atividades econômicas ao nível público, a administração doméstica e todas as questões antes pertinentes à esfera privada da família transformaram-se em interesse <coletivo>. No mundo moderno, as duas esferas constantemente recaem uma sobre a outra, como ondas no perene fluir do próprio processo da vida (ARENDR, 2007, p.43).

No momento em que os interesses individuais passam a definir as decisões políticas da sociedade, perde-se a dimensão pública da política e a dimensão política do público, tendo como uma das consequências a inversão de seus princípios norteadores. A antiga premissa da coletividade e de discussão dos assuntos relativos a todos é então substituída pela lógica econômica e pelo individualismo. Com isso, a esfera pública entra em declínio e, a política, essencialmente atribuída à vida pública, se transforma gradativamente em burocracia e

função majoritária do Estado. A esfera social é local de discussão de assuntos privados, que, ao torná-los públicos, destitui-se a função da esfera pública de abarcar os interesses coletivos. "Hoje não nos ocorre, de pronto, esse aspecto de privação quando empregamos a palavra <privatividade>; e isto, em parte, se deve ao enorme enriquecimento da esfera privada através do moderno individualismo" (ARENDT, 2007, p.48). A ampliação da esfera privada, no entanto, não a torna pública, pois diz respeito à privação do outro, de vê-lo e ouvi-lo e de ser visto e ouvido por ele.

A esfera pública segundo Arendt (2007) se identifica com o espaço da aparência, ou seja, o que é visto e ouvido pelos outros e por si próprio, constituindo assim, a realidade. Essa formação é fundamentada pela pluralidade humana, capacidade de ver e ouvir sob diferentes pontos de vista e verdadeira essência da vida pública. O mundo comum só existe se for plural e diverso. "Todas as calamidades da ação resultam da condição humana da pluralidade, que é condição *sine qua non* daquele espaço de aparência que é a esfera pública. Consequentemente, a tentativa de eliminar essa pluralidade equivale sempre à supressão da própria esfera pública" (ARENDT, 2007, p.233).

É pertinente destacar que o significado da esfera pública se baseia no compartilhamento de um mundo comum entre os indivíduos, que deve ser organizado politicamente e discutido, sem, no entanto, culminar no consenso. Não só é possível como desejável coexistir com as diferenças. Na verdade, conforme afirmado anteriormente, a presença da pluralidade é condição para a realização da esfera pública. É possível ver essa dimensão não conciliadora da esfera pública no pensamento de Arendt na seguinte passagem:

[...]a realidade da esfera pública conta com a presença simultânea de inúmeros aspectos e perspectivas nos quais o mundo comum se apresenta e para os quais nenhuma medida ou denominador comum pode jamais ser inventado (ARENDT, 2007, p.67).

Se não existe um denominador comum, elimina-se a finalidade de um consenso e a priorização de somente uma realidade. Para Arendt (2007), o mundo comum deixa de existir se é visto sob apenas uma perspectiva. Dessa forma, não é esperado um acordo amistoso entre os indivíduos, que compartilham de interesses e diferenças divergentes, todavia, existem assuntos comuns que são relativos à coletividade. Segundo a autora, a única preocupação comum que sobreviveu à sociedade foi a esfera privada (Arendt, 2007). Com isso, a esfera pública se perdeu, juntamente com a noção de coletividade no campo político. As decisões políticas são agora definidas por questões individuais, distanciando cada vez mais as pessoas uma das outras e da ação política, subtraída do cotidiano. Vivemos, portanto,

uma vida cotidiana de individualizações que se distancia gradativamente da esfera pública política.

Diante disso, pode-se dizer que a modernidade é o marco do processo de usurpação do público, que passa a ser interesse privado do Estado, e não mais da ação política coletiva. Essa inversão influencia a própria concepção de política no mundo contemporâneo, assim como a relação dos indivíduos com os assuntos políticos. As concepções de Arendt acerca da esfera pública servem de subsídio para se pensar o espaço público na atualidade e em outras conjunturas. No contexto brasileiro, como será apresentado a seguir, urge retomar a esfera pública, ou ainda, reconstruí-la de maneira democrática, partindo de princípios que favoreçam o político e o público em detrimento do privado e do individual.

1.3. A esfera pública no Brasil

Durante muito tempo, acreditou-se que não havia uma esfera pública no Brasil devido à razão de que aqui, os interesses públicos são tratados como privados. É possível inferir que uma das principais justificativas para tal convicção é a noção de patrimonialismo. De acordo com o sociólogo brasileiro Jessé Souza (2015), o patrimonialismo se fundamenta na interpretação culturalista do Brasil, criada na década de 1930 por Gilberto Freyre e que possui forte influência na visão que os brasileiros têm sobre si mesmo até hoje. Concebido como uma forma de justificar a "suposta singularidade cultural e social pré-moderna" (SOUZA, J., 2015, p.29) brasileira, o patrimonialismo consiste num tipo de configuração institucional na qual uma elite com interesses privados domina o Estado, responsável por todas as mazelas sociais.

A interpretação patrimonialista, juntamente com a ideia de personalismo, ou seja, relação de troca de favores como base da dinâmica política e social é aprofundada pelas formulações de Sérgio Buarque de Holanda inspiradas em Freyre com a obra "Raízes do Brasil" em 1936. Segundo Souza esse é "o mais influente do pensamento social brasileiro no século XX" (SOUZA, J., 2015, p.31) e se estende inclusive às críticas formuladas nas ciências sociais brasileiras contemporâneas. No pensamento de Holanda, estabelece-se a noção do *homem cordial* brasileiro, que divide o mundo entre *amigos* privilegiados e *inimigos* subjugados. O que Souza (2015) critica mais veementemente é o fato desse conceito de cordialidade só se aplicar nas ações do *homem cordial* dentro do Estado. Isso cria uma visão ainda disseminada de um Estado brasileiro naturalmente dominado por uma elite corrupta. Essa conclusão é problemática na medida em que se considera que apenas o Estado mantém relações

patrimonialistas, deixando todas as dívidas para o mercado, supostamente neutro e isento dessa dinâmica.

O tema do patrimonialismo não só oferece a semântica através da qual toda a sociedade compreende a si mesma, mas também coloniza a forma peculiar como o próprio debate político se articula no Brasil e na América Latina. O tema do patrimonialismo, precisamente por sua aparência de 'crítica radical', dramatiza um conflito aparente e falso, entre mercado idealizado e Estado 'corrupto', sob o pretexto de deixar à sombra todas as contradições sociais de uma sociedade – e nela incluindo tanto seu mercado quanto seu Estado-, que naturaliza desigualdades sociais abissais e um cotidiano de carência e exclusão (SOUZA, J., 2015, p.34).

As teses patrimonialistas possibilitam uma interpretação da realidade brasileira que ao invés de permitir entendê-la melhor, ofuscam os reais problemas, tais como a intensa estratificação social e falta de democratização da esfera pública. Ainda segundo Souza (2017), a esfera pública brasileira se relaciona intimamente com a imprensa e seu desenvolvimento. Voltada inteiramente para interesses comerciais, a imprensa, "em vez de ser instância de mediação da esfera pública, assegurando a circulação dos argumentos em disputa, pode então transformar-se em arregimentadora e instrumento de interesses privados que são expostos como se fossem públicos " (SOUZA, J., 2017, p.127). A colonização da esfera pública pelo imperativo econômico cria a ilusão de uma pluralidade de discursos, que na verdade não divergem e culminam na finalidade comum de acumulação de capital e manipulação política.

A respeito da construção da esfera pública brasileira, em estudos recentes, o sociólogo Fernando Perlatto "defende a hipótese de que a esfera pública, ao lado do Estado e mercado, configurou-se no Brasil desde o século XIX, ainda que sua construção tenha sido marcada pela seletividade, tanto no que tange os personagens capazes de nela operar, quanto em relação aos temas a serem debatidos em seu âmbito" (PERLATTO, 2015, p.122). Fazendo uma breve recapitulação do processo de constituição da esfera pública no Brasil, segundo o autor, desde a chegada da família real ao Brasil em 1808, com a criação de instituições culturais, começaram-se a criar espaços para reuniões e discussões públicas. Associações científicas, culturais, literárias e clubes contribuíram fortemente para o debate político no período imperial. Evidentemente, esses encontros e debates que contribuíam para a constituição da incipiente esfera pública não incluíam a maior parcela da população – analfabeta – nem sequer pautas que englobassem as questões referentes à realidade dos subalternos.¹ Isso não significa que não houve articulações de cunho popular em relação ao

¹ O autor considera como subalternos os grupos sociais marginalizados seja por questão de classe, raça e gênero.

debate público, mas essa era uma movimentação que ocorria paralelamente à constituição da esfera pública seletiva.

Posteriormente, "no contexto da crise do sistema imperial e escravista, iniciou-se, de fato, a configuração de uma esfera pública mais democrática e consistente no país" (PERLATTO, 2015, p.128). Foi um momento de unificação de pautas e esforços em prol da oficialização do fim da escravidão no país que envolveram os mais diversos atores sociais. A abolição da escravidão e ascensão da república, todavia, não rompeu com as relações escravocratas e estrutura social rígida e o processo de construção de uma esfera pública democrática acabou se dissolvendo. O início do século XX foi marcado por maiores pressões de outros atores sociais fora da elite para maior participação na esfera pública e o período entre 1930 e 1945 houve uma ampliação dos direitos sociais, contribuindo nesse aspecto, de maneira positiva para a esfera pública. Entretanto, foi somente partir de 1946 que a esfera pública se expandiu de maneira significativa, mesmo com ressalvas, como o fato de analfabetos ainda não terem o direito de voto.

A consolidação do golpe militar em 1964 gerou um retrocesso em relação à democratização da esfera pública, com imposição de valores individualistas e práticas autoritárias. Com o fim do período militar, inicia-se o processo de redemocratização do país, então legitimado com a constituição de 1988, que "apareceu como um coroamento de uma conjuntura de intensa mobilização da sociedade civil, constituindo-se como elemento decisivo para as lutas que tiveram curso nas décadas seguintes pela democratização da esfera pública" (PERLATTO, 2015, p.131).

Esse processo de ampliação da esfera pública ainda está em curso e não se pode ignorar o papel das mídias e da internet. Mesmo com ressalvas, acredito que as redes sociais possam contribuir de forma positiva no processo rumo à democratização da esfera pública, por meio da elaboração de novas alternativas. As jornadas brasileiras de junho de 2013, por exemplo, só tiveram tamanha proporção devido a articulação feita nas redes sociais para mobilização que se iniciou com o Movimento Passe Livre em São Paulo. As possibilidades de agenciamentos e intercâmbios entre os diversos atores sociais aumentam com o uso de novas mídias e isso abre possibilidades para novas formas de organização e diálogo. Paralelamente à mídia de massa, a internet abre alguns caminhos para o acesso à informação, com maior diversidade, podendo contribuir para a construção de uma esfera pública mais democrática, se considerada as questões citadas anteriormente.

Diante disso, o que interessa destacar aqui é a ideia de que a esfera pública no Brasil se consolidou de forma *seletiva*, privilegiando conteúdos pertinentes à manutenção de uma parcela da população que detinha e ainda detém o poder econômico e político. Isso não impediu que as outras esferas sociais se articulassem e construíssem seus discursos, mesmo que *não oficiais* na esfera pública, que Perlatto (2015) define como *esferas públicas subalternas*.

Assim sendo, ainda que a construção da esfera pública seletiva tenha sido uma prática estruturante na sociedade brasileira, ela não possui um grau de organização tão coeso, abrindo, por conseguinte, brechas no sistema para que os subalternos resistissem e se exprimissem de diversas maneiras contra a predominância das formas sistêmicas de ação no interior dos domínios societários (PERLATTO, 2015, p.132).

Outro ponto importante é reiterar que no processo de construção da esfera pública e democracia brasileira, a sobreposição dos interesses privados e individualistas em relação aos valores públicos e coletivos não é uma ação exclusiva do Estado e, principalmente, não é uma especificidade brasileira ou de países periféricos e semi-periféricos, como as teorias patrimonialistas levam a crer. Conforme elucidado por Arendt (2007), esse é um movimento decorrente da promoção da modernidade e conseqüente declínio da esfera pública, acarretando na inversão de valores políticos em econômicos. Além disso, atribuir essa característica às práticas realizadas exclusivamente pelo Estado é enaltecer o mercado – considerado o opositor do Estado – de forma ilusória e simplificar a situação de maneira maniqueísta: Estado corrupto e mercado neutro. Conforme bem colocado por Souza (2017), concordo que não é o patrimonialismo que justifica a especificidade brasileira a respeito da relação entre público, privado e esfera pública, mas a profunda desigualdade e segregação sócio-espacial, esta sim, tendo esforço por parte da elite econômica e política para mantê-la como está.

Além disso, a ideia do mercado racional e do Estado incompetente serve de subsídio para o crescente processo de privatização do espaço público, em seu sentido político e geográfico. No primeiro caso, diz respeito à dominação da mídia e da opinião pública pela iniciativa privada e no segundo, se refere à justificativa de que a esfera privada seja sempre a melhor solução para a construção e manutenção de espaços públicos, visto que o Estado não supre as demandas de serviços e equipamentos públicos.

É incrível que, em um país onde se fala sempre da privatização do público como seu problema principal, nunca ninguém tenha sequer refletido seriamente acerca da privatização da opinião pública, como efeito da colonização da esfera pública pelo interesse econômico. Enquanto a privatização do Estado por uma suposta elite estatal é o embuste do

patrimonialismo como jabuticaba brasileira, a privatização do espaço público, que é real, é tornada invisível. Por sua vez, é a privatização da opinião pública que permite a continuidade da privatização do Estado pelo interesse econômico (SOUZA, J. 2017, p.128).

Longe de defender o Estado como vítima do patrimonialismo, o objetivo aqui é não perder de vista que ambas as instituições modernas, tanto Estado quanto mercado são complexas e influenciam a constituição da noção de esfera pública brasileira. A crítica às ideias patrimonialistas é a respeito da colocação de uma falsa contradição – Estado e mercado – que na verdade mascara os reais conflitos sociais ao invés de explicitá-los.

1.4. Democracia radical e o político

O que é uma “sociedade democrática”? É uma sociedade pacificada e harmoniosa onde as divergências básicas foram superadas e onde se estabeleceu um consenso imposto a partir de uma interpretação única dos valores comuns? Ou é uma sociedade com uma esfera pública vibrante onde muitas visões conflitantes podem se expressar e onde há uma possibilidade de escolha entre projetos alternativos legítimos? (MOUFFE, 2003, p.11)

Diante dos desafios impostos pela subjugação da esfera pública na modernidade e sobreposição do econômico sobre o político, é importante conceituar qual imaginário democrático será mobilizado nesta pesquisa. Nesse sentido, utiliza-se o conceito de democracia radical, elaborado pela filósofa belga Chantal Mouffe juntamente com o cientista político Ernesto Laclau que se contrapõe ao modelo democrático representativo vigente e propõe premissas em direção a uma democracia plural. Tal elaboração teórica será essencial para se pensar prospecções a respeito da esfera pública e conjecturar maneiras de democratizá-la de maneira radical. A ideia de democracia para Mouffe e Laclau se respalda na dimensão inerradicável do poder e do antagonismo, inerente às relações sociais. Segundo os autores, o modelo de democracia liberal dominante nega essa condição e defende uma noção democrática baseada no consenso e na pretensa conciliação de interesses entre os sujeitos políticos. A democracia representativa e consensual “[...] longe de ser a única ordem societal natural ou possível, é a expressão de uma certa configuração de relações de poder” (LACLAU; MOUFFE, 2015, p. 45).

Uma das premissas dessa teoria é de que as relações de poder são constitutivas do social, não podendo ser assim, eliminadas. O poder é abordado como algo que se constitui na relação entre identidades e não externamente a elas. Dessa forma, o esforço deve ser na distribuição do poder de maneira democrática, evitando sua concentração em um só ponto. "Admitir a existência de relações de poder e a necessidade de transformá-las, enquanto se renuncia à ilusão de que poderíamos nos livrar completamente do poder, é a especificidade

do projeto de “democracia radical e plural” [...]”(MOUFFE, 2003, p.14). Por esse motivo, a democracia radical é plural e visa a multiplicidade de espaços políticos. “Este é um pluralismo que valoriza a diversidade e o dissenso e não tenta estabelecer uma esfera pública a partir da sua eliminação, uma vez que reconhece neles a real condição da possibilidade de uma vida democrática a ser conquistada” (MOUFFE, 2003, p.19). Na concepção de democracia radical o conflito exerce um papel central. Ao invés de evitá-lo buscando uma solução conciliadora e racional, essa perspectiva demonstra que é justamente a partir do reconhecimento do conflito que a democracia se estabelece. O projeto de radicalização democrática não é desenvolvido como um horizonte ou meta a ser alcançada, mas como um processo no qual o próprio caminho já se configura como a democratização.

Mouffe (2015) estabelece uma diferença conceitual entre *a política* e *o político*, possibilitando um melhor entendimento das relações políticas. O político situa-se no nível ontológico, fundamental e trata-se do antagonismo como constitutivo das relações sociais. Já a política, no âmbito da ciência política, corresponde às práticas e instituições para se estabelecer uma ordem, articulação esta, sempre temporária e precária. Toda definição de ordem é política, sendo assim, “as práticas articulatórias, por meio das quais uma certa ordem é estabelecida e os significados das instituições sociais estão fixados, são ‘práticas hegemônicas” (MOUFFE, 2005, p.186). A hegemonia é uma organização sempre parcial e contingente, característica das sociedades democráticas modernas e o projeto de radicalização democrática visa o estabelecimento de uma nova ordem plural e agonística.

Assim, estabelecendo a política no sentido hegemônico, não existe para além da hegemonia no pensamento de Mouffe. A hegemonia dominante pode sim ser desafiada e substituída por uma hegemonia diferente num processo democrático, mas será precisamente uma nova ordem sendo estabelecida. “A política visa a criação de unidade num contexto de conflito e diversidade” (MOUFFE, 2003, p.15). Reconhecendo que toda identidade é relacional, a autora utiliza a noção de *exterioridade constitutiva* para definir a relação nós/eles, na qual o antagonismo é sempre uma possibilidade. O antagonismo enquanto constituinte das sociedades humanas assumido pela autora, nada tem a ver com um essencialismo, mas simplesmente com a noção de que toda identidade é construída em relação ao outro. Só é possível existir um *nós* com a existência de um *eles*, e a diferença é, dessa forma, uma condição para o político e para a formação dos sujeitos políticos.

Na dimensão antagônica, o nós/eles se estabelece como uma relação de amigo/inimigo, o que geralmente culmina na tentativa de eliminação do oponente. Tal movimento não

constitui um caminho para o pluralismo democrático e deve-se, portanto, considerar um outro tipo de relação, denominada agonismo. Segundo Mouffe (2015), agonismo é uma relação na qual o *nós/eles* se veem como adversários e ambos reconhecem a legitimidade do conflito, não tentando erradicá-lo por meio de uma solução racional ou consensual. Assim, é possível que o político se expresse por meio do agonismo. O desafio do exercício democrático é, então, criar meios para amenizar o antagonismo potencial do político a partir do agonismo.

É importante destacar que na relação agonística, o conflito continua sendo seu cerne, o que irá mudar é a maneira na qual será direcionado. Não se pretende com essa abordagem que as partes opostas entrem em acordo ou encontrem uma solução razoável e racional para as diferenças, mas que o conflito seja considerado legítimo e possa assim, se expressar. Ademais, o agonismo não se insere na esfera moral, entre o bem o mal ou o certo e o errado, mas na legitimidade da discordância e na sua pertinência enquanto projeto democrático.

Como foi visto, a confrontação agonística proposta por Mouffe pressupõe um reconhecimento da legitimidade do conflito entre as partes envolvidas, mas e quando um dos adversários – ou mais – não o considera legítimo? Sob esse aspecto, alguns conceitos do filósofo Jacques Rancière (1996) acerca da política são úteis. Rancière argumenta que a política não se define pela maneira na qual os grupos se organizam e conciliam seus interesses. A política é "antes, um momento de ser da comunidade, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte" (RANCIÈRE, 1996b, p.368). Ainda que os pensamentos dos respectivos autores não se alinhem totalmente, é possível dizer que o meio para o qual a política – para Rancière – e o político – para Mouffe – se manifeste é o conflito. Afinal, "a política é a esfera de atividade de um comum que só pode ser litigioso [...]" (RANCIÈRE, 1996a, p.29).

Nesse sentido, a política é um momento de ruptura em relação às parcelas sociais já estabelecidas, um empenho na reconfiguração do mundo sensível. Tal momento de irrupção se estabelece por meio da inscrição da igualdade no presente, ou seja, colocada anteriormente ao litígio político. Em outras palavras, é necessário um *terreno comum* anterior, que é o reconhecimento mesmo das partes, antes do reconhecimento do conflito. Um litígio político só existe a partir do momento que os adversários reconhecem a existência e legitimidade desse conflito. Essa conformidade, juntamente com a igualdade natural da capacidade de aprendizado de todos os indivíduos, formam a noção da igualdade preexistente à política (RANCIÈRE, 1996). De forma equivalente, esse é o único consenso

presente na teoria da democracia radical, que é o consenso a respeito da legitimidade do conflito e da possibilidade de disputa democrática.

A democracia pluralista demanda um certo consenso, mas tal consenso diz respeito apenas aos seus princípios ético-políticos constitutivos. Desde que esses princípios, contudo, possam apenas existir através de muitas interpretações diferentes e conflitantes, tal consenso está prestes a ser um “consenso conflitual” (MOUFFE, 2003, p.17).

Nesse processo, é necessário reconhecer a divisão que estabelece quais são as partes envolvidas nos conflitos. Consequentemente tal movimento implica reconhecer quais grupos sociais que no contexto capitalista de desigualdade são contabilizados como cidadãos e têm direito de fala e quais não têm. O questionamento sobre tal divisão entre os capacitados e os incapacitados, a parcela e os sem-parcela é a própria política, pois tenta-se desviar o curso “normal” da dominação (RANCIÈRE, 1996a). Muitas vezes a luta é pela própria visibilidade dessa divisão. Há, portanto, essa condição do reconhecimento da divisão e do conflito entre ambas ou entre as múltiplas partes para que a relação agonística possa se estabelecer. Esta é uma premissa que não pode ser ignorada, pois sem a legitimação do desacordo não há litígio político.

Feita essa ressalva, acrescenta-se que diferentemente da noção de política de outros teóricos, como Jurgen Habermas (1984) que a considera como espaço de igualdade, a política para Mouffe (2005) é um espaço de poder, conflito e antagonismo. “Precisamente, questões políticas sempre envolvem decisões que demandam uma escolha entre alternativas conflitantes” (MOUFFE, 2005, p.184). Salienta-se que o caráter pluralista da democracia radical se posiciona contrariamente ao essencialismo nas identidades coletivas como pré-constituídas.

Tal pluralismo está ancorado no reconhecimento da multiplicidade de cada um e das posições contraditórias a que esta multiplicidade subjaz. Sua aceitação do outro não consiste meramente em tolerar as diferenças, mas em celebrá-las positivamente porque admite que, sem alteridade e o outro, nenhuma identidade poderia se afirmar (MOUFFE, 2003, p.19).

Nessa perspectiva, a dimensão afetiva é considerada força motriz da política. As pessoas precisam se identificar e mobilizar suas paixões para agir politicamente. No contexto atual, afinal, o pensamento consensual só dá lugar à racionalidade, ignorando o aspecto passional nas formas de identificação coletivas. A formação dos sujeitos políticos, além de não ser algo pré-constituído é impulsionada pela afetividade, ou seja, de acordo com a identificação das pessoas e com o que as mobilizam. Apesar disso, a tendência majoritária do pensamento

liberal predominante é de cunho racionalista e individualista e interpreta a pluralidade do mundo social com base no consenso.

Tal privilégio ao consenso é, na minha visão, prejudicial à democracia porque tende a silenciar vozes dissidentes, e é por isso que acredito que uma abordagem que revele a impossibilidade de estabelecer um consenso sem exclusão é de fundamental importância para a política democrática. Ao nos alertar contra a ilusão de que uma democracia plena poderia ser instaurada, ela nos força a manter viva a contestação democrática. Uma abordagem democrática “agonística” reconhece a natureza real das suas fronteiras e as formas de exclusão que elas englobam, ao invés de tentar disfarçá-las sob o véu da racionalidade e da moralidade (MOUFFE, 2003, p.19).

Não existe um terreno supostamente neutro e uma solução técnica para questões políticas. No entanto, há sempre o risco de conflitos políticos serem tratados como problemas jurídicos, e é o que frequentemente acontece na racionalidade política consensual dominante. De acordo com Rancière, "o litígio político se diferencia de todo conflito de interesses entre partes constituídas da população, já que é um conflito sobre a própria contagem das partes (RANCIÈRE, 1996a, p.103). Na democracia consensual, a condução política dos litígios é substituída pelo tratamento gestor dos problemas, como se pudessem ser resolvidos de forma racional e lógica. Acredita-se que tal dinâmica se opõe ao processo de radicalização democrática por reduzir a possibilidade de ação política à uma atividade normativa. Nessa perspectiva, o consenso pode ser considerado a supressão da própria política, uma vez que trata o conflito político como algo a ser evitado a qualquer custo por afetar o suposto equilíbrio do sistema. Afinal, "o que é o consenso senão a pressuposição de inclusão de todas as partes e de seus problemas, que proíbe a subjetivação política de uma parcela dos sem-parcela, de uma contagem dos incontados?" (RANCIÈRE, 1996a, p.117). Por isso, o pensamento consensual é excludente, justamente por neutralizar as forças e considerar que todos estão incluídos no jogo político, ignorando que alguns grupos já têm seus direitos suprimidos a priori.

A concepção dominante de democracia consensual se reflete na produção do espaço urbano e conseqüentemente dos espaços públicos. O sociólogo Manuel Delgado (2011) faz uma crítica ao modelo de espaço público construído segundo essas premissas. Ao se considerar o espaço público como local da realização da esfera pública apaziguada e sem conflitos, fala-se na verdade de uma idealização desse espaço, ou seja, a respeito de uma qualidade do que ele *deveria ser*. Ao fazer isso, desconsidera-se como o espaço *realmente é* – encoberto de contradições e assimetrias, tal como a sociedade – e o torna ideológico. À vista disso, acredito que o espaço público tenha o potencial de ser um local de dissenso e disputa por seu caráter

público e coletivo, o que irei argumentar ao longo dos próximos capítulos. Por hora, é importante frisar que a racionalidade consensual e concepção liberal de democracia são as bases que fundamentam a interpretação do espaço público como uma ideologia, conforme defende Delgado.

A teoria de Mouffe e Laclau sobre a democracia radical é menos um modelo normativo com proposições de como aplicar o agonismo na prática política e mais um princípio democrático (MENDONÇA, 2010). Isso a torna aberta à inventividade e criatividade nos diversos contextos políticos que possa se aplicar. Os conceitos de democracia radical e do político de Mouffe iluminam questões acerca da democratização do espaço público e da esfera pública a partir do conflito. É fundamental compreender "que o político não é algo que tem um lugar específico e determinado na sociedade e que todas as relações sociais podem se tornar o locus dos antagonismos políticos" (MOUFFE, 2003, p.13). Nesse processo, os espaços públicos podem se tornar uma expressão do político.

Diferentemente dos ideais liberais, a democracia radical não é considerada um fim, mas um processo que visa a transformação política. É válido ressaltar que o modelo representativo liberal é somente um dentre vários modelos e a correlação entre esse modelo e o imaginário democrático foi socialmente construída, podendo ser contestada e alterada. Cabe à ação política contrapor a racionalidade dominante do consenso através do restabelecimento de sua racionalidade própria, a saber, o dissenso (RANCIÈRE, 1996a). Diante disso, se uma determinada concepção de espaço público é formada sob a premissa do consenso – ideológico segundo Delgado – pergunta-se qual tipo de espaço público pode ser criado a partir da noção de democracia radical, ou seja, tendo o dissenso como fundamento? Acredito que pensar o espaço público como dissensual implica em se opor aos princípios previstos pelo planejamento urbano que predominantemente se norteia a partir dos moldes da democracia consensual. Um espaço público que reconhece o conflito e não pretende apaziguar (ou mascarar) as assimetrias sociais é um espaço aberto à disputa e à possibilidade do político.

2

0

**espaço
público
urbano**

2 O Espaço Público Urbano

2.1. Espaço público: uma definição em disputa

Toma-se como ponto de partida a complexidade de significados e interpretações em relação ao conceito de espaço público contemporâneo referente à sua dimensão urbana. É primordial apresentá-lo como um conceito que não é fixo e acabado, mas flexível e de caráter multidimensional, pois se constitui a partir de práticas sociais, formas de comunicação e ação. Dentre as diversas concepções de espaço público, podendo ser entendido como uma ideologia (Delgado, 2011) ou como um espaço da aparência (Arendt, 2007) – das quais este trabalho possui alguns pontos de contato – procura-se enunciar aqui o conceito de espaço público urbano “não como entidade pré-construída, mas espaço de confrontação, em movimento constante de constituição, em que distintos valores, projetos da vida social são efetivamente expostos” (PALLAMIN, 2005, p.57).

A proclamação da suposta morte do espaço público certamente coloca em evidência o encolhimento da vida pública nas cidades contemporâneas, mas ao mesmo tempo corrobora com a narrativa de maximização e eficiência do domínio privado. Este trabalho parte do pressuposto de que espaço público ainda existe, mesmo que modificado. No entanto, o que essa situação de desgaste revela é justamente o lugar de disputa democrática no qual os espaços públicos sempre estiveram. Mesmo reconhecendo a maior influência e valorização do espaço público no passado, quando a esfera pública era o cerne da vida política, esses locais se constituíram de maneira seletiva. A ágora grega, considerada até hoje como espaço-símbolo da vida pública, tinha a participação política restrita aos considerados cidadãos, isto é, aos homens, livres, maiores de idade e majoritariamente atenienses, excluindo, dessa maneira, mulheres e escravos (Souza, M., 2006). Era, portanto, um espaço do poder, no qual somente certos grupos participavam dos fóruns e decisões políticas. A esse respeito, Souza (2006) aponta para a direção de:

[...]um projeto político-social que inclui uma reconstrução das relações entre as esferas pública e privada, a democracia ateniense se reveste de um valor (não-absoluto) como “bússola normativa”, sem que com isso se esteja a pressupor a possibilidade de qualquer coisa como um “retorno” à divisão entre o público e o privado exatamente como na antiga Grécia. [...] Decerto não se cogita, portanto, de qualquer “restauração”. Mas é intuitivo e profícuo socorrer-se da experiência grega como uma *referência inspiradora* para o esforço da reconstrução que se afigura necessário (SOUZA, M., 2006, p.331, grifo do autor).

O fato da seletividade já estar presente nos espaços públicos desde a experiência grega não exclui os aprendizados democráticos extraídos da polis, mas, sem dúvida, demanda uma reflexão crítica e atualização histórica, pois as cidades e as circunstâncias já não são as mesmas. Além disso, há de se ter em vista que a experiência ateniense se trata de uma democracia exclusivista, sustentada e narrada do ponto de vista da dominação. Assim, ainda que seja uma referência a respeito da vida pública e política, ela é apenas um dos modelos existentes. Importa considerar outras experiências democráticas a partir de um viés que não seja o do poder e do Estado, como é o caso da Comuna de Paris em 1871, um exemplo de exercício democrático e espaço público realizado pelo proletariado francês no século XIX construído pelo e para os dominados, ou seja, *de baixo para cima*. Deve-se, contudo, distanciar da tentativa de transferência anacrônica dessas experiências para o presente e, ao invés disso, considerá-las como referências.

No caso do Brasil, da mesma maneira em que a esfera pública se consolidou de forma desigual, os espaços públicos também foram concebidos a partir da seletividade e segregação, privilegiando as elites e negando outras formas de concepção espacial. O ideal de espaços públicos como espaço do encontro e do convívio harmônico é uma construção moderna que apresenta inconsistências. Uma delas é a suposição que o espaço público tem a capacidade intrínseca de compatibilizar os diversos grupos e esferas sociais apenas por sua premissa democrática. Considera-se um passo importante para o avanço da discussão a respeito dos espaços públicos, a desmistificação do ideário moderno:

[...] o espaço público não pode, nem deve ser, idealizado como um local de convívio próximo e profundo da diversidade. A sua concepção moderna colocava-o como um possibilitador de encontros impessoais e civilizados que obedeciam e respeitavam a lógica do próprio sistema, assumidamente desigual, pois lembremos que, entre as transformações da Modernidade, está o desenvolvimento do sistema capitalista, que se fundamenta na desigualdade (SOBARZO, 2005, p.95).

Mesmo a favor do combate à nostalgia em relação aos espaços públicos é inegável a mudança na experiência coletiva nos espaços urbanos ao longo do tempo. A ideia de cidade, desde sua origem, surge do princípio da heterogeneidade, na possibilidade de pessoas diferentes poderem viver em conjunto e estabelecer um contrato político entre elas (ROLNIK, 2000). O espaço público, por consequência, seria a dimensão física e simbólica onde ocorre tal contrato entre as pessoas. É – ou deveria ser – o lugar da diferença, do encontro, mas não por isso ausente de conflitos. A passagem da cidade política (grega) para a cidade comercial, aproximadamente no século XIV na Europa Ocidental, instaura a relação de troca como função urbana, configurando uma nova estrutura do espaço urbano (LEFEBVRE, 1999). Com

isso, a ágora grega, local de expressão da centralidade na cidade política, é substituída pela praça do mercado na cidade comercial. Há, portanto, uma inversão nos princípios que orientam o espaço público, antes políticos e, a partir desse momento, cada vez mais mercantis.

Isto faz supor que há uma relação entre cidade e espaço público que se especifica e se transforma historicamente. Por exemplo, por um lado, que em um determinado momento o espaço público foi o eixo organizador da cidade, enquanto hoje é um espaço residual e subalterno do privado (mercado). Daquela cidade organizada a partir do espaço público, aquela que existe hoje há um verdadeiro abismo; por isso se pode afirmar, sem medo de equivocação, que a praça organizadora da cidade é um produto urbano em vias de extinção. Dentro das novas correntes de urbanização da América Latina, a praça perdeu sua funcionalidade e, com isso, estamos vivendo sua forçosa desaparecimento (CARRIÓN, 2016, p.20, tradução da autora).

O espaço genuinamente da ação política que orientou o desenvolvimento das cidades por ser o local de convergência do heterogêneo foi se transformando em local do comportamento normatizado, cada vez mais individualizado. Assim, a vida pública que dava sentido à cidade deixou de ser subsidiada pelo âmbito privado – como esclareceu Arendt – e se tornou subordinado a ele. Agora, a lógica hegemônica que orienta as cidades é a privada de mercado, na qual a noção de espaço público se define a partir do negativo, como resquício ou sobra. O espaço urbano regulado pela privatividade minimiza a experiência pública coletiva e reforça a segregação sócio-espacial, na medida em que restringe o acesso a certas parcelas sociais.

Em verdade, os usuários privatizam o espaço público através da ereção de barreiras simbólicas, por vezes invisíveis. O espaço público, transforma-se, portanto, em uma justaposição de espaços privatizados; ele não é partilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos. Consequentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente. (SERPA, 2007, p.36)

É possível questionar em que medida essa acessibilidade já foi um dia generalizada, no entanto, podemos observar sua redução expressiva. Com o crescente aprofundamento das desigualdades sócio-espaciais, principalmente nas cidades latino-americanas, é previsível que os espaços públicos reflitam isso através de barreiras físicas ou simbólicas. O contraponto entre a segregação dos pobres e a auto-segregação dos ricos explicita a fragmentação urbana e revela a distribuição desigual do território². Em contrapartida, o espaço público, em seu sentido de convergência da cidade, do encontro e da reunião é atributo imprescindível da

² Considera-se aqui, que o “território é fundamentalmente um espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder” (SOUZA, M., 1995. p.78)

vida urbana, uma vez que vivemos em sociedade e esse é o local da expressão da heterogeneidade e do contato com o outro. Mas, sem dúvida, os espaços públicos de hoje não são – nem deveriam ser – os mesmos das cidades de outrora. Como assinala Lefebvre, alguns nostálgicos,

[...]imaginam a liberdade no século XX como a liberdade da cidade grega (singularmente travestida por uma ideologia: apenas a cidade como tal possuía a liberdade, e não os indivíduos e os grupos). Portanto, pensam na cidade moderna segundo o modelo da cidade antiga, identificada com a cidade ideal e simultaneamente racional. A ágora, lugar e símbolo de uma democracia limitada aos cidadãos e que exclui as mulheres, os escravos, os estrangeiros, continua a ser, para uma certa filosofia da cidade, o símbolo da sociedade urbana em geral. Extrapolação tipicamente ideológica (LEFEBVRE, 1969, p.43).

Aponta-se como necessário redefinir o próprio conceito de espaço público, que é constantemente desafiado pelas consequências da urbanização e do capitalismo financeirizado, tais como a fragmentação urbana e as privatizações. Se ainda vivemos num espaço decorrente do processo de industrialização, Lefebvre diz que devemos então produzir um novo espaço condizente com a sociedade urbana, tendo como imperativo o habitar (vivência plena da cidade) ao invés de somente o habitat (espaço construído funcionalizado). Assim, o autor nos alerta que é "impossível considerar a hipótese da reconstituição da cidade antiga; possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases, numa outra escala, em outras condições, numa outra sociedade"(LEFEBVRE, 1969, p.98). Afinal, se toda sociedade produz uma espacialidade, devemos nos perguntar qual tipo de espaço público urbano está sendo produzido e qual se pretende produzir?

É assim que, na análise da cidade, nos confrontamos com as situações que emergem no seio da realidade como urgência advindas de uma vida cotidiana fragmentada, realizada em espaços segregados, como aspiração à uma “outra vida” restaurando a dialética da necessidade e do desejo. Aqui o espaço público se converteria em lugar da experiência coletiva da troca generalizada pela ação dos indivíduos que lhe dão significado e conteúdos (CARLOS, 2013, n.p.)

Pergunta-se sob quais critérios e baseado em quais atributos o espaço público urbano deve ser construído para que vá em direção à radicalização democrática? O espaço público aqui entendido como lócus da sociabilidade, contestação social e construção coletiva deve, assim como a cidade, orientar-se pela supremacia do valor de uso sobre o valor de troca³ como

³ De acordo com Lefebvre (1999), “o valor de uso corresponde à necessidade, à expectativa, à desejabilidade. O valor de troca corresponde à relação dessa coisa com as outras coisas, com todos os objetos e com todas as coisas, no ‘mundo da mercadoria’ (LEFEBVRE, 1999, p.135).

forma de distanciar-se da produção do espaço como mera mercadoria. O desafio, portanto, é a disputa pelo sentido mesmo de público.

2.2. A produção do espaço (público) contemporâneo

O espaço não é um *objeto científico* descartado pela ideologia ou pela política; ele sempre foi político e estratégico (LEFEBVRE, 2008, p.60, grifo do autor).

O espaço público está inserido no processo de produção do espaço urbano e, por isso, não pode ser analisado de maneira independente. Refletir sobre o espaço a partir do seu processo de produção implica em não o considerar como um dado a priori, mas a partir do desenvolvimento de uma atividade social (LEFEBVRE, 2008). Jamais sendo uma forma neutra, o espaço é “lugar e meio da prática social na sociedade neocapitalista (isto é, da reprodução das relações de produção) [...]” (LEFEBVRE, 2008, p.54). Nessa perspectiva, o espaço (social) é um produto (social) e produtor das práticas sociais, ou seja, um resultado das relações sociais, mas também uma influência para essas ações e relações.

Da mesma forma, busca-se compreender o espaço público como produto – de uma sociedade fundamentada na lógica capitalista de acumulação de capital, e, portanto, uma mercadoria – mas também como produtor de relações sociais. Além disso, o aspecto geográfico do conceito de espaço público o define como urbano, mas isso não elimina sua dimensão política. Para isso, será utilizada a teoria espacial do filósofo e sociólogo Henri Lefebvre como subsídio para demonstrar a relação entre o espaço (público) urbano e o político. O aspecto político nesse caso, não se refere à materialização da esfera pública, mas está relacionado à produção não isenta de conflitos de um espaço que não é neutro, nem meramente produto da técnica. Procura-se enunciar os espaços públicos não a partir de um modelo ou forma pré-determinados, mas como espaços em *potencial* para o compartilhamento e ampliação da esfera pública. O espaço público não é autônomo e tem sua produção apartada da cidade, ele é fruto da ação coletiva dos atores urbanos e âmbito capaz de constituir a cidade como comunidade política (CARRIÓN, 2016).

Lefebvre (2008) afirma que o capitalismo e as forças produtivas se apossaram do espaço inteiro e a sobrevivência do modo de produção capitalista não é *natural* e se realiza por meio da reprodução das relações sociais de produção e pela produção de espaço de acordo com sua própria lógica, além da capacidade de acomodar suas contradições internas em si mesmo. Em outras palavras, é através da produção do espaço que se reproduz as relações de produção específicas à manutenção do capital. O espaço possui, portanto, um papel

estruturador no processo de acumulação capitalista contemporâneo. Deixa de ser significativo vazio e passivo e se torna instrumental, o que reitera seu atributo político. Entretanto, Lefebvre evidencia que o espaço não é absoluto e, por isso, não há uma lógica espacial própria. O espaço é relativo à sociedade capitalista existente, com seu conteúdo prático e social e, em razão disso, apresenta suas contradições, mesmo que encobertas. Assim como o espaço inteiro, o espaço público está submetido às contradições que o reduzem a valor de troca, mas também está aberto à possibilidade de transformação a partir do uso e apropriação pelas pessoas.

Se esse espaço tem um aspecto neutro, indiferente em relação ao conteúdo, portanto, “puramente” formal, abstrato de uma abstração racional, é precisamente porque ele já está ocupado, ordenado, já foi objeto de estratégias antigas, das quais nem sempre se encontram vestígios. O espaço foi formado, modelado a partir de elementos históricos ou naturais, mas politicamente (LEFEBVRE, 2008, p.61).

A neutralidade nos espaços públicos se expressa na pretensa harmonia social imposta sobre eles, que se sustenta a partir de relações de dominação e mascara as reais contradições existentes, relativas às assimetrias sociais e disputa de interesses. No entanto, o aspecto político que se atribui ao espaço público relaciona-se ao seu potencial de sociabilidade, encontro e convergência. É no espaço público onde se potencializa o contato com o outro e se expandem as possibilidades de interação com os diferentes grupos sócio-espaciais, ainda que mediada por inúmeras barreiras. Essas características reforçam seu papel de *possibilitador* de relações sociais, na medida em que nele se manifesta a heterogeneidade e visibilidade.

Se a materialidade do espaço público, ou seja, sua organização espacial, é um produto das relações sociais, entende-se que esses elementos influenciarão na maneira com que as pessoas irão se relacionar, podendo estimular o convívio e a troca – não mercantil – ou mitigá-los. Assim, um espaço público cercado por uma barreira física irá possibilitar um tipo de interação entre as pessoas, ao passo que um espaço público aberto e acessível irá possibilitar outras formas com a própria cidade e entre as pessoas. Apesar de aparentemente trivial, este é um ponto central na discussão, pois permite entender que as relações sociais não estão reféns da materialidade do espaço, mas são influenciadas por ela e também influenciam nessa mesma materialidade – justamente o que Lefebvre quer dizer quando se refere ao espaço enquanto produto e produtor de relações sociais. É sob esse aspecto que reside o potencial de transformação, de modo que novas formas de relação criam novas espacialidades e vice-versa. Sob esse ponto de vista, acredita-se que o espaço público possa ser um meio para viabilizar relações políticas e sociais.

No entanto, deve-se lembrar que o caráter público dos espaços "não assegura sua apropriação pelas classes populares e o problema da democratização do acesso não se resume a uma repartição espacial equitativa dos equipamentos que permitiria, em tese, chances de utilização equivalentes a todas as categorias sociais"(SERPA, 2007, p.39). Esse raciocínio recai sobre um dos aspectos do que Lefebvre chama de *ilusão urbanística*, que inclui o convencimento de que somente a organização espacial e a técnica são garantias para se organizar a sociedade e, portanto, resolver os problemas sociais e políticos concernentes a ela. Isso ocorre quando se compreende o espaço como neutro, sendo que, a rigor, o espaço inserido do contexto capitalista de produção é dialético e político, "tomado ora como modelo, ora como instrumento, ora como mediação" (LEFEBVRE, 2008, p.56). Assim, o espaço público pode ser ao mesmo tempo ideológico, se considerado como a própria esfera pública democrática, estratégico, quando tomado como mercadoria e político, quando é apropriado pelas pessoas a partir do uso coletivo. O espaço urbano, justamente por não ser neutro, tem a capacidade de se tornar público e compartilhado e esse é um processo necessariamente político.

O espaço sendo dialético, significa que gera contradições próprias a seu processo de produção – capitalista. Nesse contexto, o espaço, que aparenta ser racional e lógico, é, na realidade parcelado e recortado, vendido no mercado aos pedaços. É necessário, então, reunir o espaço fragmentado e despedaçado, torná-lo coeso e, nesse processo, o papel do Estado por meio da disseminação e manutenção da forma mercadoria é fundamental. "Esse espaço depende de interesses divergentes e de grupos diversos que, no entanto, encontram uma unidade no Estado" (LEFEBVRE, 2008, p.53). Cabe ao poder centralizado manter uma unidade na fragmentação do espaço.

Em relação ao Estado, é oportuno ressaltar que ele não deve ser visto como um poder externo à sociedade e sim como uma condensação de relação de forças (Poulantzas, 1985), mas, certamente é também um instrumento de dominação e instituição fundamental para a manutenção do capitalismo. "Essas relações de produção e acumulação, uma vez criadas, devem, necessariamente, ser fomentadas, amparadas e aplicadas pelo uso do poder do Estado" (HARVEY, 2005, p.84). Afinal, "um sistema com base no interesse próprio e na competição não é capaz de expressar o interesse de classe coletivo" (HARVEY,2005, p. 85).

Tal esforço para manutenção do imperativo de acumulação de capital e da ordem espacial não se impõe sem violência, principalmente em países como o Brasil, na qual o Estado exerce fortemente sua dominação por meio da ação da polícia.

Sabemos o quanto é necessário às estruturas de poder conceber e produzir um determinado modo de espaço para atingir a concretude da vida cotidiana. O estabelecimento do Estado implica uma prática de controle do território que nas sociedades urbanas realiza-se, por excelência, na regulamentação do uso da terra, na compartimentação dos terrenos, no parcelamento das propriedades e na circunscrição dos modos de vida das populações ao lugar da cidade em que vivem (VELLOSO,2015, p.5).

A ação do Estado, por meio do poder municipal, tenta garantir a coerência e homogeneização aparente do espaço, utilizando para isso instrumentos de regulamentação urbana, que reforçam a hierarquização dos lugares, privilegiando certos locais em detrimento de outros e gerando a expulsão – direta ou indireta – da população pobre das centralidades. Essa é uma das formas nas quais o Estado exerce seu poder de dominação sobre o espaço, sendo o agente principal de sua produção.

No caso específico do espaço público, é possível afirmar que a sua relação com o poder municipal é direta, já que este exerce o seu domínio – do ponto de vista legal –, constituindo-se, por excelência, no espaço da intervenção do poder público. Assim, o espaço público – especificidade – reflete as tensões do processo de produção do espaço urbano – totalidade –, bem como reflete os múltiplos conflitos de interesses que, geralmente, se resumem como conflitos público-privado (SOBARZO, 2006, p.98).

A produção dos espaços públicos contemporâneos, assim como do espaço urbano como um todo é atravessada pelo conflito e pela “contradição entre necessidades e desejos da realização da vida e as necessidades sempre renovadas da reprodução do capital e do poder que o sustenta (inaugurando, no momento atual, uma nova relação entre o estado e o espaço)” (CARLOS, 2013, n.p.), relação esta, sob o domínio vigente do capital financeiro. Assim, aponta-se como fundamental o esforço de democratização da produção da cidade que visa a radicalização da democracia. Do mesmo modo, cabe averiguar os processos que funcionam como impeditivos desse objetivo e depreciam o caráter público das cidades.

2.3. Concepções dominantes e processos urbanos de encolhimento do espaço público

Mesmo a produção do espaço público o configurando inevitavelmente como uma mercadoria, o que, por si só, já minimiza sua dimensão enquanto prática social, existem inúmeros outros fatores que influenciam no processo de emagrecimento dos espaços públicos. O marco fundamental de mudança na relação público-privada, como visto no capítulo 1, foi a passagem para o período da modernidade. No entanto, essa alteração é atravessada por processos e princípios que influenciaram e ainda influenciam na constante transformação dos espaços públicos, seguramente, cada vez mais reduzidos. A fim de não

definir apenas uma razão para tal minimização sob o risco de reduzir a complexidade do tema foram estipulados os processos considerados principais.

O primeiro deles diz respeito à ideia de *funcionalização do espaço* concebida desde o urbanismo moderno, no início do século XX. Os princípios norteadores desse movimento que influenciou tanto a área da arquitetura quanto do urbanismo foram formalizados na quarta edição de uma série de Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM). Formulada em 1933, a Carta de Atenas⁴ foi um manifesto urbanístico que sintetizava o conjunto de regras da cidade moderna. A Carta foi elaborada por um grupo de arquitetos oriundos de vários países com o intuito de responder aos problemas gerados pelo rápido crescimento e transformação das cidades após a industrialização. O documento se orientava pela decomposição da cidade em quatro funções principais: habitação, trabalho, recreação e circulação. As diretrizes estipuladas pela Carta de Atenas tiveram influência mundial no projeto de novas cidades e no planejamento urbano das já existentes, culminando no paradigma brasileiro de cidade modernista – Brasília.

Essa nova concepção de cidade a partir da racionalização das atividades funcionaliza o território e especializa os espaços urbanos. “De fato, a rua passou a ser percurso, o parque passou a ser espaço verde, a habitação passou a ser alojamento, a rua corredor passou a ser corredor dos edifícios” (ABRAHÃO, 2008, p.70). Uma das consequências de tal especialização para os espaços públicos é sua transformação progressiva em locais de passagem e circulação ou apenas em espaços de lazer e áreas verdes. No primeiro caso, o espaço público adquire a função de conexão entre as demais localidades e atividades fundamentais da cidade. No segundo, ele mesmo é reduzido à uma das funções-chave, como espaço especializado de recreação. Isso culmina na latente perda do valor simbólico e cultural do espaço público, abreviado a apenas uma de suas possíveis funções. Desse modo, a dimensão transfuncional das ruas e praças é desprezada em prol da especialização do espaço, que estimula o uso prescritivo dos espaços públicos atrelado a funções específicas.

Na perspectiva modernista de cidade comparada à máquina, as vias de circulação funcionam como as próprias *artérias* da cidade e por isso, precisam ser eficientes do ponto de vista

⁴ Disponível em:

<<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>> Acesso em: julho de 2018.

racional. Assim, o fluxo de veículos e pedestres é separado de maneira radical, fator que contribui ainda mais para a monofuncionalização das ruas. É possível identificar por detrás dessas diretrizes uma ideia de liberdade que seria alcançada por meio da desobstrução dos fluxos, tornando os caminhos livres (STAVRIDES, 2016). No entanto, as implicações dessas práticas apontam para a direção oposta, gerando espaços segregados e com pouca diversidade de usos. Para a visão modernista, a rua tem a função de regular a ordem urbana, por isso a importância dada ao sistema viário e tráfego de pessoas e veículos. "Esse urbanismo tecnocrático e sistematizado, com seus mitos e sua ideologia (a saber, o primado da técnica) não hesitaria em arrasar o que resta da cidade para dar lugar aos carros, às comunicações, às informações ascendentes e descendentes"(LEFEBVRE, 1969, p.28).

O sistema viário como ordenador urbano influencia radicalmente a experiência urbana dos habitantes da cidade e no usufruto dos espaços públicos. Sobretudo dentro de um sistema de mobilidade como o brasileiro que privilegia o transporte individual em detrimento do coletivo e que estrutura o tráfego de veículos tendo como centralidade o uso do automóvel. A guinada referente ao privilégio do carro no espaço urbano e incentivo do automóvel como principal meio de transporte na segunda metade do século XX veio acompanhada de mudanças estruturais na cidade e no uso da rua pelas pessoas, minimizando os espaços de convívio. Para se ter uma ideia, um estudo⁵ comparativo entre a cidade de São Paulo na década de 1950 e Belo Horizonte em 2010, momento em que, mesmo com 60 anos de distância, ambas as cidades possuíam o mesmo número populacional – cerca de 2,4 milhões – e a mesma área territorial, comprova que São Paulo tinha cerca de 70 mil veículos e Belo Horizonte contava com 1,4 milhão de carros (ANDRÉS, 2018). A mobilidade em São Paulo era possível mesmo com vinte vezes menos carros que Belo Horizonte principalmente porque, naquela época, o transporte público era priorizado em detrimento dos automóveis. A situação hoje em dia se inverteu e o modelo de mobilidade da maioria das cidades brasileiras fundamenta-se em veículos individuais e privados, o que contribui para a diminuição da qualidade ambiental, além de apresentar índices altíssimos de acidentes e mortes decorrentes de acidentes de trânsito envolvendo carros. O paradigma do automóvel na mobilidade urbana é uma questão que influencia a cidade de maneira sistêmica, orientando o modo como as pessoas vivem a cidade cotidianamente.

Essa situação onde o automóvel disputa o uso do espaço com o pedestre, com o ciclista e com o transporte público que opera saturado, restringe o acesso à cidade para a maioria da população, mostrando as condições de

⁵ Estudo de Ailton Brasiliense, presidente da Associação Nacional de Transporte Público (ANTP)

inequidade com o uso do tempo e do espaço nas trajetórias cotidianas, nas relações de gênero, nas relações familiares, nas formas de sociabilidade e nas condições de segurança. (RAMÍREZ KURI, 2017, p.44, tradução da autora)

De forma geral, a funcionalização urbana e criação de espaços – públicos – especializados geram locais com menor grau de sociabilidade, pois não estão abertos ao imprevisto e ao espontâneo, incentivando os habitantes somente ao uso normatizado do espaço. Obviamente outras formas de utilização podem aparecer, mas a conformação espacial e produção predominantes impõem um uso prescritivo do espaço e não estimula novos usos, levando a crer que tudo o que destoe disso, esteja na esfera do desvio e da subversão. Lefebvre realiza uma crítica radical à forma de organização das cidades difundida pela Carta de Atenas, mas também aponta que o problema diz respeito à prática urbanística de forma geral. De acordo com o autor, o urbanismo funciona como doutrina e ideologia e se sustenta em um tipo de ilusão. Lefebvre identifica o urbanismo como reducionista, porque "substitui, tranquilamente, a práxis por suas representações do espaço, da vida social, dos grupos e de suas relações"(LEFEBVRE, 1999, p.141). Precisamente por isso, o urbanismo não consegue abarcar toda a diversidade urbana e suas práticas sociais, reduzindo-as à planificação e à técnica.

O urbanismo, enquanto ideologia, dissimula estratégias. A crítica do urbanismo terá esse duplo aspecto: crítica das ideologias urbanísticas, crítica das práticas urbanísticas (enquanto práticas parciais, redutoras, e estratégias de classe). Essa crítica ilumina o que se passa realmente na prática urbana: os esforços inábeis ou esclarecidos para por e resolver alguns problemas da sociedade urbana (LEFEBVRE, 1999, p.129).

O urbanismo, muitas vezes, aparece como procedimento neutro, não representando explicitamente estratégias de classes nem intenções políticas, o que não passa de uma ilusão. Parece óbvio, mas é importante lembrar que o urbanismo pondera, calcula, define e impõe quais áreas e conseqüentemente quais pessoas se beneficiarão mais ou menos de determinada intervenção ou proposta urbana na cidade. Essa dinâmica, que é certamente política, se apresenta como meramente uma decisão técnica. Por detrás dos procedimentos racionais e técnicos do urbanismo existem estratégias de classe que têm a capacidade de privilegiar certos grupos sociais e fomentar – ou amenizar – a segregação sócio-espacial. De maneira recorrente, os espaços centrais e equipados são dominados pelas elites políticas e econômicas enquanto outras parcelas da população são afastadas da cidade – como o exemplo de urbanismo moderno de Brasília e de suas cidades satélites, mas também na construção de Belo Horizonte.

Um dos desdobramentos das diretrizes de funcionalização do território que ainda estão presentes na configuração espacial das cidades mesmo após o urbanismo moderno é o procedimento utilizado pelo planejamento urbano de divisão da cidade em zonas. O zoneamento é uma prática recorrente no âmbito urbanístico municipal que cria parâmetros diferentes de uso e ocupação do solo para cada zona da cidade, ou seja, são criadas normas distintas para cada área do espaço urbano. Esse modo de acomodar atividades funciona como empecilho à heterogeneidade e diversidade e é muitas vezes utilizado como instrumento de segregação sócio-espacial, mantendo grupos dominantes em espaços privilegiados e sendo uma forma de garantir a manutenção dessa estrutura. “O que determina, em uma região, a segregação de uma classe é a concentração significativa dessa classe mais do que em qualquer outra região geral da metrópole” (VILLAÇA, 2007, p. 143). No conflito de classes em torno das vantagens do espaço urbano, não por acaso as elites e classe média predominam em áreas com maior concentração de serviços e equipamentos, ou seja, nas centralidades.

O aspecto da segregação dialoga com outro fator de redução dos espaços públicos, a *fragmentação urbana*. O processo de fragmentação urbana decorrente da industrialização e urbanização compartimenta a cidade e possibilita a perpetuação da distribuição desigual do espaço, uma vez que o desenvolvimento urbano não acontece da mesma forma em todos os lugares da cidade. No início do processo de industrialização, a indústria – que inicialmente nega a centralidade da cidade no momento de inflexão do agrário para o urbano – se instala fora dela, em locais mais próximos das matérias primas e fontes energéticas. O processo de aproximação da indústria para a cidade ocorre devido à intenção de proximidade dos capitais e do mercado, além da presença de mão-de-obra barata. Esse duplo acontecimento que Lefebvre (1999) denomina de implosão-explosão gera uma extensão do tecido urbano em subúrbios e periferias e ao mesmo tempo uma concentração de pessoas, informações, riquezas. A lógica industrial estabelece uma dispersão que culmina na fragmentação no tecido urbano que se agrava com o desencadeamento de novos processos de espraiamento – fomentados principalmente pela valorização e especulação imobiliária.

Com o crescimento das cidades, surgem novos empreendimentos imobiliários como condomínios fechados consolidados em áreas afastadas da cidade como forma de refúgio das classes privilegiadas. Nessa mesma direção, criam-se novos redutos privados de lazer e consumo, como shoppings centers e centros comerciais. Nesse contexto, o espaço público que antes tinha a dupla função de lazer e circulação – que já era reducionista – vai cada vez mais perdendo essa primeira função e se limitando à segunda, isto é, de conexão entre

lugares. Esses novos empreendimentos, no entanto, não substituem os espaços públicos urbanos, pois são, na realidade, espaços privados de uso coletivo, isto é, meros simulacros de espaços públicos. Os *pseudos espaços públicos* são locais criados e mantidos sob a lógica do lucro e não da sociabilidade, promovendo relações mediadas pela mercadoria ou por mecanismos de consumo. Além disso, o acesso restrito e monitorado desses estabelecimentos evidencia o caráter privado e segregatório que expressam. Os pseudos espaços públicos de classe alta são, muitas vezes, inacessíveis e invisíveis para a classe baixa e tem o consumo como o fio condutor das relações e interações. Evidentemente, espaços coletivos comerciais propiciam o convívio e não há necessidade de separar os espaços por atividades – atitude que mais reforçaria a lógica monofuncional do que contribuiria para o intercâmbio entre as pessoas. Entretanto, o que parece problemático é quando o consumo passa a ser o princípio estruturante para a configuração dos espaços, isto é, o consumo como propósito final. “A tendência a retirar-se dos espaços públicos para refugiar-se em ilhas de “uniformidade” acaba se transformando no maior obstáculo para viver com a diferença, e, desse modo, enfraquece os diálogos e os pactos” (BAUMAN, 2009, p.71).

Os espaços privados coletivos, além de serem soluções comerciais padronizadas para fins de consumo, também se justificam pela narrativa em torno da *violência e sensação de insegurança* nos centros urbanos. Nesse cenário, a demanda de um isolamento social e espacial da classe média/alta cria uma oposição entre celas fortificadas para os ricos e a criminalização e violência policial aos pobres. O crescimento da violência urbana nas grandes cidades brasileiras, principalmente na segunda metade do século XX, criam novas formas de segregação que aliam desenho urbano, arquitetura e autoritarismo policial como estratégia de segurança. Assim, persegue-se um apaziguamento dos conflitos sociais no espaço público por meio de mecanismos de vigilância, legislação punitiva e ação – muitas vezes violenta – da polícia, que separam cada vez mais os estratos sociais e diminuem o surgimento de diversidade. A vigilância como forma de combater a violência é assegurada pela crescente indústria de serviços de segurança que vão além da simples venda de equipamentos, pois vendem, na verdade, um *conceito de segurança* (Soja, 2000) que visa reforçar a necessidade de proteção contra o outro. No entanto, acredita-se que a violência urbana, antes de ser a causa do esvaziamento das ruas é, a rigor, a consequência dos processos de privatizações e consolidação dos *enclaves fortificados*.⁶

⁶ “Enclaves fortificados são espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer ou trabalho. Esses espaços encontram no medo da violência uma de suas principais justificativas e vêm atraindo

Mike Davis (2015), no livro *Cidade de Quartzos*, discute a destruição do espaço público que ele identifica como decorrente desse processo. Para o autor, a situação da violência expõe um discurso em torno da segurança que considera irreconciliáveis as diferenças e interesses entre pobres e classes médias. São criados inúmeros artifícios de proteção subsidiados pela indústria de serviços de segurança que vão desde a criação de uma verdadeira *cidade de muros* (Caldeira, 2000) como solução individual, até estratégias perversas mobilizadas pelo poder público de um urbanismo obcecado pela segurança – dos ricos – que prevêem o afastamento dos pobres e moradores em situação de rua dos espaços públicos, processo que Davis denomina enfaticamente de *sadismo urbanístico*. Essa estratégia utiliza-se de elementos espaciais que impedem a permanência de certos grupos em locais públicos.

Belo Horizonte tem um exemplo bastante ilustrativo e radical dessas ações. No ano de 2012 o então prefeito, Mário Lacerda (PSB), instalou pedras pontiagudas debaixo de um viaduto na região nordeste da cidade com a justificativa de que a medida serviria para proteger os moradores de rua contra enchentes, por se tratar de um viaduto localizado ao lado do leito de um córrego (FIGURA 1). As demais condutas do prefeito e direcionamento de sua gestão levam a crer que essa ação serviu, com efeito, para inibir a permanência de moradores em situação de rua no local, que frequentemente era utilizado de abrigo. Além dessa ação pontual, vários mecanismos são utilizados em diversas cidades como maneira de evitar permanências indesejadas em espaços públicos, conhecidos como *dispositivos antimendigos*, como por exemplo os bancos seccionados por barras para que as pessoas não possam deitar. Esses dispositivos explicitam situações que demandam atuação via política pública sendo tratadas como espécie de inconveniente estético e utilizando táticas agressivas como forma de evitá-las.

Além de serem práticas claramente orientadas pelo *higienismo social*, as estratégias de segurança também esbarram na ideia de *criminalização da pobreza*, uma vez que é criada uma associação direta entre criminosos – identificados como os responsáveis pelos altos índices de violência urbana – e a população de classe baixa nos espaços urbanos, que devem ser combatidos. A segurança tratada de maneira seletiva fica explícita nas diferenças de tratamento policial de acordo com o grupo social no espaço urbano e também no espaço público, sendo tanto mais violento, quanto menor for o estrato social. Dessa forma, a narrativa de segurança urbana é potencialmente problemática, já que, frequentemente parte

cada vez mais aqueles que preferem abandonar a tradicional esfera pública das ruas para os pobres, os "marginais" e os sem-teto" (CALDEIRA, 1997, p.155).

da população é resguardada às custas da exclusão e repressão de grupos considerados indesejáveis. Reforça-se, nessa circunstância, o estabelecimento entre o nós/eles como amigo/inimigo – que estabelece relações de antagonismo ao invés do agonismo – fundamentado no medo do outro, considerado potencial criminoso e que deve, assim, permanecer longe da centralidade e urbanidade. Os espaços públicos passam, nesse contexto, a ser gradativamente mais vigiados, controlados e doutrinados, fatores que contribuem para a minimização do aspecto público, pois domesticam a experiência urbana.

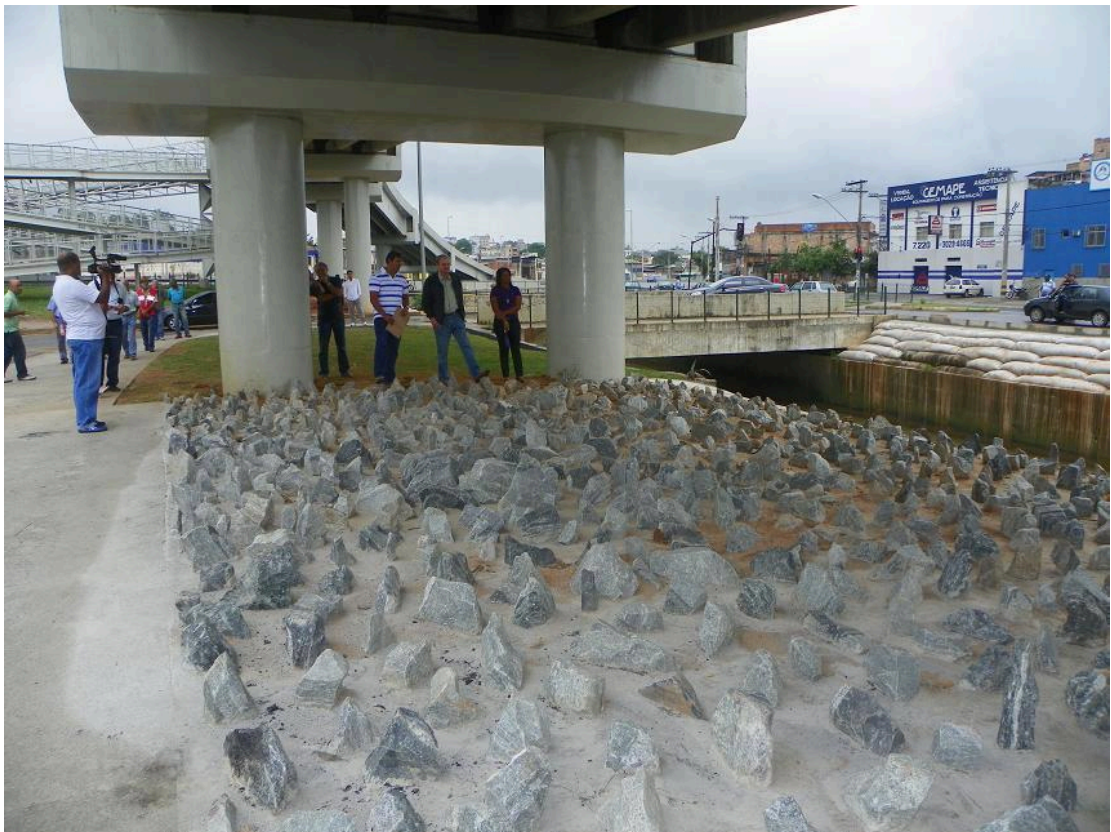


FIGURA 1: Pedras instaladas debaixo de viaduto no bairro São Paulo em Belo Horizonte
Fonte: popruasp.wordpress.com

A *privatização* dos espaços públicos em seus vários níveis, quer seja formal, – venda de áreas públicas para a iniciativa privada – por meio da atribuição da gestão de espaços para o setor privado ou ainda mediante o desenho urbano e restrição de acesso – física ou simbólica – é um processo crescente nas cidades comandadas sob a égide neoliberal. Os processos de privatização vão além da subordinação do espaço público ao privado, mas são também um “meio de criar outra esfera pública: fragmentada e articulada, segura em termos de segurança *hightech*” (GOSLING, 2001, p.171, grifo do autor). É utilizada a retórica de espaços compartilhados e de uso misto como estratégia para privatização nas requalificações urbanas. Além disso, a privatização gera uma dupla redução, tanto quantitativa dos espaços públicos de propriedade estatal quanto qualitativa em relação ao aspecto público dos espaços

ainda existentes. Cabe lembrar que nesse contexto, a privatização não é antagônica ao Estado, e sim, a própria ação dele. Assim,

[...]todo tipo de utilidade pública [...] foi privatizado em alguma medida por todo o mundo capitalista [...] a passagem de direitos de propriedade comum, obtidos ao longo de anos de dura luta de classes [...] ao domínio privado tem sido uma das egrégias políticas de espoliação, com frequência imposta contrariando a ampla vontade da população. Todos esses processos equivalem à transferência de ativos do domínio público e popular aos domínios privados e de privilégio de classe (HARVEY, 2008, p. 172).

Juntamente aos limites borrados entre o público e o privado, a *financeirização do espaço* contribui para o acirramento dos processos de segregação e privatização. A transferência progressiva dos espaços públicos à iniciativa privada revela a priorização de um tipo de espaço orientado majoritariamente pelo valor de troca em detrimento das práticas sócio-espaciais e experiência urbanas cotidianas. Nesse contexto, requalificações urbanas de áreas consideradas degradadas são utilizadas como instrumentos de valorização imobiliária e marketing urbano. O espaço público torna-se lugar do espetáculo⁷, mediado pela função de imagem e consumido enquanto símbolo. Nos processos de *espetacularização urbana* é feita uma seleção cuidadosa do que deve ser mostrado e manipulando o que deve ser encoberto no espaço urbano, de modo a preservar a imagem vendável da cidade e atraente aos capitais.

A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria para aqueles com dinheiro, assim como para a própria cidade, num mundo onde o turismo, o consumismo, o marketing de nicho, as indústrias culturais e de conhecimento, e também a perpétua dependência em relação à economia política do espetáculo tornaram-se os principais aspectos da economia política do desenvolvimento urbano (HARVEY, 2011, p. 143).

A combinação entre os resquícios do legado modernista de funcionalização do espaço, o processo de fragmentação urbana e segregação sócio-espacial, além da crescente desresponsabilização público-estatal e a terceirização de algumas funções do Estado para o setor privado, constituem um cenário de práticas antipúblicas que conseqüentemente minimizam os espaços públicos nas cidades contemporâneas (PARRA, 2006). São inúmeras as conseqüências de uma atuação no espaço urbano que “favorece a hegemonia do mercado e do capital financeiro e imobiliário na organização social, na gestão econômica e cultural e no planejamento urbano” (RAMÍREZ KURI, 2017, p.44, tradução da autora). As políticas urbanas visam manter o espaço público em condições *adequadas*, isto é, assegurar os espaços cenográficos e de consumo. Dessa forma, a criação de barreiras físicas e simbólicas nos

⁷ De acordo com Guy Debord , “o espetáculo é o capital em tal grau de acumulação que se torna imagem” (DEBORD, 1997, p.25).

espaços públicos estratifica o território, restringe o acesso e privatiza um espaço que deveria ser público. Essas condições limitam a capacidade do espaço público se tornar um espaço de expressão social diversa e heterogênea. Assim, os espaços públicos contemporâneos se veem submetidos a processos que o transformam em simulacros de sociabilidade forjada pelo consumo e moeda de troca neoliberal.

2.4. Segregação sócio-espacial e normatização do espaço público em Belo Horizonte

Em Belo Horizonte, cidade planejada com inauguração datada de 1897, a segregação sócio-espacial já fazia parte do projeto da capital, expressa no próprio desenho urbano. O projeto modernizante de urbanismo de acordo com a ordem republicana elaborado pela Comissão Construtora da Nova Capital⁸ aparece como forma de aspiração ao progresso, e portanto, prometia um rompimento com o passado rural. “Se no velho continente o urbanismo era convocado para adequar as cidades a uma realidade já constituída, aqui se fazia o caminho inverso, no qual o urbano deveria antecipar o futuro e ditar uma nova realidade social” (JULIÃO, 2011, p.119). A Comissão, que representava a "extensão dos anseios das elites proprietárias que rumavam para a nova cidade" (SIMÃO, 2012, p.18), previa a acomodação das classes altas na área central e urbana da cidade – circunscrita por uma avenida denominada Contorno – e destinava a área suburbana aos trabalhadores da construção da capital e antigos moradores pobres da região do Curral Del Rey – local no qual a capital foi construída. Em volta da área suburbana ficava o cinturão verde que abastecia a cidade e alojava os trabalhadores rurais e comunidades agrícolas. A organização do território de acordo com o estrato social concentrava a maioria dos recursos e infra-estrutura na zona urbana, espaço privilegiado da cidade.

O caráter segregativo facilmente perceptível na planta da cidade e a retenção de lotes nas mãos de uns poucos proprietários, entre eles o próprio Estado, evidenciam o interesse das classes hegemônicas em se utilizarem da estrutura urbana como um dos instrumentos de dominação (FARIA e GROSSI, 1982, p.176).

⁸ A Comissão foi criada para para elaboração da planta geral da cidade. Era composta por engenheiros, arquitetos-projetistas, engenheiros-arquitetos e artistas com alguma trajetória internacional, tendo como chefe o engenheiro Aarão Reis.

Esse grupo proprietário era o propagador do discurso de cidade limpa e ordenada, a quem, sob os ecos das expansões do capitalismo desde meados do século XIX, interessava a aspiração moderna da almejada cidade-modelo. Associando a noção de beleza à utilidade, o projeto da cidade era norteado por premissas de salubridade, amplas vias de circulação e centralidade (SALGUEIRO, 1997). A malha urbana geométrica, em sentido quadriculado e diagonal, imposta sobre o território, era ao mesmo tempo manifestação da racionalidade, expressão da crença no progresso e necessidade de afirmação de uma concepção inovadora.

Numa região marcada pelos estigmas do passado "espontâneo" das cidades montanhosas, "pensar o sítio" consiste, sobretudo, em "fazer desaparecer seus traços". Assim, a planta da cidade moderna deve implicar a tábula rasa da aglomeração existente, a antítese com a imagem da cidade antiga que ela substituiu (SALGUEIRO, 1997, p.158).

A tentativa de superação da herança colonial da antiga capital Ouro Preto era almejada não somente no projeto urbano e na planta da cidade, mas também na regulamentação das atividades e no uso do espaço. Foi realizada uma imposição de um novo estilo de vida para os novos habitantes da capital. Não era necessário somente um novo espaço urbano, mas uma nova população condizente com a cidade, que deveria aderir a novos hábitos civilizados.

Os cidadãos haveriam de respeitar certos moldes que a cidade "aspirava" ter. Era por ela que transitavam carros, carroças, velocípedes e pessoas, olhos atentos e bisbilhoteiros a se reconhecerem nos trajes, nos modos, nas poses, nas companhias; era na via pública que a cidade acontecia de fato; ela era o espaço público, por excelência (SIMÃO, 2012, p.23).

Essa alteração desejada no modo de vida das pessoas levou à transformação das atividades que antes recheavam as ruas. As práticas costumeiras da antiga população local não se adequavam aos moldes modernos e eram, assim, combatidas. "Construir uma cidade também se apresentava como oportunidade ímpar para se inscrever no espaço uma nova estética do poder" (JULIÃO, 2011, p.123). A paisagem urbana almejada deveria refletir a ordem e higiene, contemplando vias amplas, avenidas arborizadas, praças elegantes, jardins, etc. Além do território, a pretensão era organizar a vida em todos seus domínios. Uma das estratégias utilizadas para efetivação dos ideários modernos nos hábitos da população foi a codificação de posturas a serem seguidas e proibidas nos espaços públicos. Em 1898 foi promulgado o Decreto 1.211 que versava sobre as *posturas da cidade de Minas*. As posturas municipais tratavam-se,

[...]do conjunto das intenções de se criar um espaço urbano ideal, originalmente forjado na planta de Aarão Reis e sua equipe, e já aí envolto a um discurso inegavelmente consistente de conformação do novo espaço público a partir de critérios de asseio, moral pública e inserção no mundo do trabalho (SIMÃO, 2012, p.23).

O conteúdo das regulamentações era consoante com a imagem da cidade pretendida e indicava uma nova configuração público/privada, o que refletia em uma nova conformação de espaço público. Era proibido, por exemplo, o trânsito de animais nas ruas, em um esforço evidente de suprimir hábitos rurais e resguardar a circulação considerada adequada. No entanto, há de se considerar que "condutas prescritas não são necessariamente condutas praticadas, e é fundamental ver os usos que os sujeitos fizeram das prescrições que o governo lhes impôs"(MORENO; VAGO, 2011, p.70). O descompasso entre o espaço planejado e as práticas de uso e ocupação ficou evidente nos primeiros anos de vida da capital.

A sociabilidade, até então, confinada ao núcleo doméstico, deveria deslocar-se para o espaço público, expandir-se nas ruas. [...] Afinal, todas as experiências da modernidade, fossem sociais, culturais ou políticas, tinham como horizonte o espaço público da cidade; espaços que a nova Capital dispunha como poucas cidades brasileiras (JULIAO, 2011, p.130).

As amplas avenidas que serviam tanto de conexão com os bairros quanto para abrigar a aspirada vida pública cosmopolita permaneceram inicialmente vazias, sofrendo críticas quanto ao não cumprimento da promessa de modernidade. Era de se esperar que uma mudança tão radical imposta na vida das pessoas, que, salvo as elites, eram totalmente alheios às aspirações de civilidade moderna, iria apresentar descompassos. Aliada à necessidade de exposição do poder econômico da elite, os novos espaços públicos também expressavam um novo tipo de cultura pública, desvinculada dos hábitos antigos. A determinação de um novo modo de comportamento urbano foi feita de maneira autoritária. Assim, a inscrição do poder do Estado na gestão do espaço urbano ficou evidente na criação em 1903 da *Turma de Guardas e Vigias de Belo Horizonte*, designação que atuaria de forma mais efetiva no cumprimento das normas de conduta. Ficava a cargo da guarda municipal a regulação do cumprimento das posturas, bem como a punição daqueles que as contrariassem.

A necessidade de controle e ordenação do território aliado aos ideais de higienização chegou ao ponto de se oficializar em 1900 o decreto n. 1.435, designando o *Regulamento de Mendigos*, identificados como “todo o individuo que não puder ganhar a vida pelo trabalho, que não tiver meios de fortuna, nem parentes nas condições de lhe prestar alimentos, nos termos da lei civil, e implorar esmolas” (MINAS GERAIS, 1900, art. 1). Os mendigos deveriam ser registrados e cadastrados pela prefeitura para que pudessem ser identificados por placas, constando hora e local em que poderiam pedir esmolas. Após a inscrição era entregue “uma placa com a designação ‘mendigo’ e número da inscrição, para trazer no peito e por forma bem visível” (MINAS GERAIS, 1900, art. 6). Afinal, "nada, nem mesmo as

diferenças sociais, poderia ofuscar ideais de modernidade, devendo-se apagar cenas e personagens da exclusão que se queria escondida" (MORENO; VAGO, 2011, p.73). Senão apagá-los completamente, ao menos torná-los mais palatáveis e ordenados em função da imagem de cidade modernizante.

A segregação espacial refletia e anunciava a um só tempo o começo de um longo processo de segregação cultural. A cidade da ordem não poupará esforços para construir fronteiras, tanto geográficas, isto é, concretas, lembre-se do limite real representado pela Avenida do Contorno, como também simbólicas para afastar das áreas centrais elementos indesejáveis. Caminhava-se, pois, para a constituição de duas faces organizadoras de uma mesma realidade: um ambiente concreto de contradições e diferenças sociais e um aparato simbólico de criação do indesejado, algo que estabelece o alvo da ação policial (SIMÃO, 2012, p.19).

O espaço público em Belo Horizonte, moldado sob os signos da segregação e autoritarismo, continua sendo controlado e monitorado ainda no século XXI, utilizando inclusive, algumas das mesmas estratégias do passado. Os mecanismos utilizados para doutrinação dos comportamentos no espaço público são práticas ainda vigentes. O decreto de posturas de 1898 culminou no principal instrumento de regulamentação do espaço público em Belo Horizonte, o *Código de Posturas*, formalizado somente em 2003. O Código reúne o “conjunto de regras e posturas destinadas a promover a harmonia e o equilíbrio no espaço urbano por meio do disciplinamento dos comportamentos, das condutas e dos procedimentos dos cidadãos” (BELO HORIZONTE, 2003). Trata-se da regularização da construção, conservação, manutenção e uso do logradouro público e das circunstâncias em que a propriedade particular afetar o interesse público.

A suposta harmonia no espaço público é almejada mediante o doutrinamento do comportamento dos *usuários*⁹, ditando-lhes as maneiras de utilizar o espaço e punindo-os com a aplicação de penalidades, caso alguma regra seja contrariada. A estratégia de controle expressa no espaço fica evidente no texto do Código de Posturas que já em seu título enuncia o caráter disciplinar. É pregado um modo urbano de se comportar, vinculado aos princípios higienistas seguidos desde a construção da cidade. A “harmonia e equilíbrio” do espaço ditada pelo Código, na realidade, pouco se relaciona com a experiência cotidiana das pessoas, visto que o documento restringe ou dificulta uma utilização mais livre e criativa do espaço.

⁹ Não haveria outro termo mais adequado, visto que o espaço público é tratado no Código de Posturas pelo viés da funcionalidade.

Segundo a Prefeitura de Belo Horizonte, o Código de Posturas, revisado em 2010, é uma lei que regulamenta o uso de espaços públicos para a melhor convivência das pessoas em Belo Horizonte. “Ele foi criado para organizar a cidade, fazendo com que o interesse de todos prevaleça sobre o interesse individual” (BELO HORIZONTE, 2018). O que seria efetivamente tal interesse de todos não está descrito no código, mas é possível deduzi-lo ao analisar seu conteúdo. Dispondo de nove títulos, o Código de Posturas visa a normatização e regulamentação dos usos no *logradouro público*, sendo predominantemente relacionados a atividades comerciais. Ao invés de estabelecer limites para o uso público, o Código determina e prescreve rigorosamente quais os usos permitidos e especifica as devidas regras para atividades no espaço público. Como se fosse possível abarcar e prever a diversidade da rua, o Código lista as atividades admitidas no logradouro público, sendo elas: “a) o engraxate; b) o quiosque, no local de caminhada; c) as bancas de jornais e revistas e a de plantas e flores naturais; d) o sanitário público; e) os eventos; f) a atividade desenvolvida pelo deficiente visual; g) as feiras; h) o comércio em veículo automotor e de tração humana” (BELO HORIZONTE, 2010). Obviamente não se deseja que o Código contemple toda a gama de possibilidades de atividades na rua, mas, identifica-se como um problema quando tudo o que não é enumerado no documento seja considerado inadequado ou necessite de formalização especial. Muitas atividades e usos coletivos que ocorrem nos espaços públicos são enquadrados na categoria de *eventos*, o que burocratiza a ação e demanda autorização da prefeitura. A instalação de mobiliário urbano e atividades no logradouro, por exemplo, dependem de licenciamento e a colocação de mesas e cadeiras em passeios e quarteirões fechados é permitida somente por restaurantes, bares, lanchonetes, cafés, livrarias ou similares, não sendo previstas, por exemplo, proposições de mobiliário por moradores.

O procedimento burocrático para licenciamento e a exclusividade de instalação de mobiliário por empreendimentos comerciais restringe e dificulta a atuação dos moradores e negligencia o potencial de socialização que os espaços públicos oferecem, como é o caso das calçadas, definidas pela lei estritamente como áreas de *circulação* dos pedestres e local que abriga o *mobiliário urbano*. No entanto, as calçadas podem ser palco de diferentes atividades e ações que dão vitalidade à rua. Como afirma Jane Jacobs (2000), “as ruas das cidades servem a vários fins além de comportar veículos; e as calçadas – a parte das ruas que cabe aos pedestres – servem a muitos fins além de abrigar pedestres” (JACOBS, 2000, p.29).

Pode-se inferir que o Código de Posturas, ao invés de versar sobre os espaços públicos de Belo Horizonte, trata-se, na realidade do *logradouro público* e da *via pública*, que inclui a calçada e pista de rolamento dos carros. Essa abordagem demonstra a funcionalização do

espaço público como local de tráfego de pessoas e veículos e acomodação de mobiliário urbano, uma vez que o Código aborda mais questões técnicas de como construir um passeio, situar uma caçamba ou instalar engenhos de publicidade do que efetivamente contribuir na melhora da qualidade do espaço urbano coletivo. Ele funciona como um instrumento que inibe o uso público e as práticas cotidianas dos cidadãos nos espaços públicos da cidade. O excesso de proibições e doutrinamento das condutas combinado com a falta de espaços de diálogo com a população acerca dos espaços públicos, desestimulam iniciativas autônomas de menor escala, dentro dos parâmetros da legalidade.

Em Belo Horizonte, os espaços públicos nascem sob os princípios de higiene e segregação e ainda estão submetidos à normatização de comportamentos e posturas dos corpos com vistas à pretensa harmonia social. No entanto, viu-se que o apaziguamento e equilíbrio espacial é perseguido mediante processos excludentes e privatizantes que atrofiam o uso efetivamente público e criativo da cidade. É possível questionar em que medida os espaços públicos urbanos planejados em Belo Horizonte já foram efetivamente públicos em seu sentido radical. Para isso, é necessário entender qual o significado do atributo *público*.

3

0

público

do

espaço

3 O Público do Espaço

3.1. O Espaço Público a partir da propriedade

Com vistas à compreensão do conceito de *público* em relação ao espaço, considera-se importante analisá-lo a partir de duas interpretações: o público em relação à propriedade, ou seja, referente à *propriedade* pública estatal e o público em relação ao *uso* do espaço, a partir da construção coletiva. Essa perspectiva de análise parte do pressuposto que o conceito de público é mais abrangente que o estatal, justificando, portanto, essa subdivisão.

3.1.1. Sobre a Propriedade Privada

É imprescindível abordar, mesmo que de modo breve, a questão da propriedade privada antes de discorrer sobre a propriedade pública. Não se tem por objetivo fazer um histórico aprofundado a respeito da formação e constituição da propriedade privada, para tanto, pretende-se elencar alguns pontos mais importantes para a discussão que diz respeito aos espaços públicos.

A instituição da propriedade privada é um imperativo dominante e se constitui como um dos cerne da estruturação do capitalismo. O direito de propriedade – concebido na época o Iluminismo – se relaciona diretamente à ideia de liberdade e autonomia do homem, como algo essencial e de caráter emancipatório. A respeito do entendimento de liberdade, vale a pena retomar o pensamento de Hannah Arendt (2011) no momento em que a autora explicita a diferenciação entre a esfera pública e a esfera privada, nomeando a primeira de *o comum* e a segunda de *a propriedade*. Nesse sentido, há o entendimento de que a propriedade interdita o mundo comum e compartilhado, significando a privação do outro. O sentido de liberdade para a autora não se relaciona à liberdade individual, moderna na qual se funda a propriedade privada, mas àquela coletiva, da participação pública e democrática. Arendt (2011), contudo, faz um alerta sobre a dissociação entre propriedade e riqueza, evidenciando que antigamente esses termos não tinham significados correlatos.

Antes da era moderna, que começou com a expropriação dos pobres e em seguida passou a emancipar as novas classes destituídas de propriedades, todas as civilizações tiveram por base o caráter sagrado da propriedade privada. A riqueza, ao contrário, fosse de propriedade de um indivíduo, ou publicamente distribuída, nunca antes fora sagrada. Originalmente, a propriedade significava nada mais nada menos que o indivíduo possuía seu lugar em determinada parte do mundo e portanto pertencia ao corpo

político, isto é, chefiava uma das famílias que, no conjunto, constituíam a esfera pública (ARENDR, 2011, p. 71).

A riqueza privada era uma condição para o acesso à vida pública pelo fato de atribuir uma liberdade ao indivíduo, para que este pudesse compor o mundo político comum a todos. A propriedade era, com isso, associada à possibilidade de sanar as necessidades vitais e, a riqueza, visava o uso e o consumo. Foi somente no período moderno com a consolidação do capitalismo que a propriedade e a riqueza passaram a ser combinadas e incorporadas para fins de acumulação.

O que chamamos anteriormente de ascensão do social coincidiu historicamente com a transformação da preocupação individual com a propriedade privada em preocupação pública. Logo que passou à esfera pública, a sociedade assumiu o disfarce de uma organização de proprietários que, ao invés de se arrogarem acesso à esfera pública em virtude de sua riqueza, exigiram dela proteção para o acúmulo de mais riqueza (ARENDR, 2007, p. 78).

Somente quando a riqueza se transformou em capital, cuja função única era gerar mais capital, é que a propriedade privada igualou ou emulou a permanência inerente ao mundo compartilhado por todos. Essa permanência, contudo, é de outra natureza: é a permanência de um processo e não a permanência de uma estrutura estável. Sem o processo de acumulação, a riqueza recairia imediatamente no processo oposto de desintegração através do uso e do consumo (ARENDR, 2007, p. 79).

Se a propriedade era uma garantia para o processo de acumulação de capital, no capitalismo contemporâneo a propriedade passa a ser o objeto em si de acumulação e o direito de propriedade serve para manter esse processo. Dardot e Laval (2015) advertem que o direito à propriedade é associado à liberdade por meio da exclusão dos outros (DARDOT; LAVAL, 2015). A liberdade do proprietário existe mediante a *privação* do gozo do outro, ou seja, se determina a partir de fins exclusivos. Nesse sentido, o direito de propriedade surge como forma de assegurar a liberdade individual do homem, que pode usufruir livremente de seus bens. De acordo com os autores, “longe de ser uma essência ou uma natureza, a propriedade privada não é senão um determinado arranjo jurídico de relações sociais que evoluiu com o tempo” (DARDOT; LAVAL, 2015, p.262).

Assim, a propriedade privada tornou-se uma forma de acesso. Dentro do contexto da cidade capitalista como condição geral da produção e realização do capital, a propriedade privada determina a capacidade de apropriação das pessoas. Isto é, "a cidade produzida como mercadoria precisa da mediação da propriedade privada. Então, para permanecer na cidade

e se apropriar dela há que se pagar por isso” (informação verbal).¹⁰ As pessoas têm mais ou menos acesso a determinados bens, lugares e serviços dependendo da localização que residem na cidade, na qual a centralidade é tida como o referencial. Quanto mais próximo do centro, maior a concentração de serviços e benefícios. A segregação sócio-espacial é, desse modo, fundamento do processo de acumulação capitalista, ancorado pela propriedade privada. "Fundar a liberdade individual sobre a exclusão dos outros, que é o principal significado social da instituição da propriedade, é também o vínculo que esta mantém com a própria forma da sociedade capitalista" (DARDOT; LAVAL, 2015, p.263). No contexto das cidades brasileiras:

Temos, então, um panorama em que a propriedade da terra significa poder econômico e político, privilégios dentro de uma escala social diferenciada. Mas também temos um panorama em que público e privado se misturam, convivem de forma conflituosa, invadem-se mutuamente, porque, numa sociedade moldada na troca de favor e no clientelismo, não basta a distinção legal para separar ambas as esferas (SOBARZO, 2005, p.96)

No Brasil, a questão fundiária é estruturante para a perpetuação das relações de poder e, ainda, para a manutenção e aprofundamento da desigualdade social. A Lei de Terras de 1850 que aboliu o antigo regime de sesmarias,¹¹ fundamenta a propriedade privada e marca a consolidação da terra como mercadoria. A lei definiu a compra como única forma de acesso à terra, proibindo outras formas de aquisição. Anteriormente, o regime oficializado era o de posse, que vinha sendo utilizado desde o período colonial como forma de ocupação da terra (informação verbal).¹²

O professor e jurista Edésio Fernandes (2018) em palestra recente¹³ aponta que o número de pessoas que tem propriedade individual é cada vez menor, demonstrando uma forma de vida coletiva, ainda que vinculada à propriedade. Existe uma diversidade de arranjos

¹⁰ Fala da professora Izabel Alvarez na palestra “A venda de São Paulo como política pública: a realização da cidade como negócio” no dia 08/05/2017 realizada no Conselho Universitário do IEA em São Paulo.

¹¹ A Lei de Sesmarias foi promulgada no reinado de D. Fernando por volta de 1935 e recebeu esse nome em menção ao costume antigo de divisão da terra em seis partes – *sesma* deriva do latim *sexima*) A lei normatizava a distribuição de terras portuguesas destinadas à produção agrária até o século XIX (CAETANO, 2000).

¹² Informações retiradas a partir da fala do professor Nazareno José de Campos no Seminário Internacional Terra Comum, Propriedades Coletivas e Outras espacialidades: práticas e ideias no dia 23/05/2018 no Auditório do BDMG em Belo Horizonte.

¹³ Palestra do professor Edésio Fernandes intitulada "Esse obscuro objeto do direito: a multiplicidade dos arranjos de propriedade" proferida no Seminário Internacional Terra Comum, Propriedades Coletivas e Outras espacialidades: práticas e ideias no dia 23/05/2018 no Auditório do BDMG em Belo Horizonte.

jurídicos em relação à propriedade que vão desde condomínios fechados até ocupações informais. No entanto, a narrativa em torno da propriedade privada individual é a hegemônica. Se desde os anos 1980 o neoliberalismo trata a sociedade como um conjunto de indivíduos, supostamente sem classe e sem conflitos, em torno de uma ideologia individualista, alia-se à isso, a crença de que uma forma de propriedade – individual – é melhor que outra – coletiva – criando uma fetichização¹⁴ da propriedade individual plena sob a justificativa de que essa forma gera maior segurança jurídica. Ainda de acordo com Fernandes (2018), essa priorização se naturalizou em sociedades como a brasileira, de forma que o coletivo seja visto como um *direito de segunda categoria* em relação ao individual. Ele aponta que o disparate entre os valores quantitativos e qualitativos em relação à propriedade privada individual se deve a uma questão ideológica. É necessário o artifício de uma ideologia que reforce a necessidade do individualismo nas formas de moradia, ainda que isso não seja inteiramente condizente com a realidade – o que se vê na prática são distintas formas de associação coletiva.

Fernandes (2018) explica ainda, que a narrativa liberal – ainda vigente em relação ao acesso a terra – se baseia na propriedade individual sem posse, ou seja, é possível ser proprietário sem efetivamente fazer uso da propriedade. Esse ponto demarca uma dissociação entre a propriedade e o uso, além de ser um fator que fomenta os processos de especulação imobiliária. Essa constatação reforça ainda mais a necessidade e importância da função social da propriedade – tanto pública quanto privada – como artifício para fins de frear o processo especulativo e desigual. É possível, nessa lógica liberal, "coleccionar" propriedades, independentemente do uso atribuído a elas – ou falta dele. A possibilidade de propriedade sem posse pode parecer como um processo natural, mas aponta questões cruciais a respeito da subordinação do valor de troca sob o valor de uso. Artifícios como usucapião e ocupações, apesar de legais, são majoritariamente vistas pelos juristas como um tipo de "usurpação". Ademais, os proprietários contam com um arsenal jurídico extenso de defesa da propriedade, diferentemente das pessoas que estão ocupando um espaço. Tudo isso demonstra a soberania e importância da propriedade privada individual plena no contexto capitalista, a compra e venda do espaço a partir da lógica da mercadoria, isto é, a reafirmação da fragmentação

¹⁴ Considerado em seu sentido marxista que define o fetichismo da mercadoria como “[...] apenas uma relação social determinada entre os próprios homens que aqui assume, para eles, a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas” (MARX, 2013, p.147)

como uma das estratégias para se promover a homogeneização do espaço, como já afirmou Lefebvre (1999).

3.1.2. Indefinição público-privada e influências do Neoliberalismo

A ascensão e difusão do neoliberalismo pode ser considerada como um dos principais marcos no decorrer do processo de estreitamento do espaço público político e urbano e na redefinição da relação público-privada. Com a expansão da racionalidade neoliberal desde os anos 1980 e consequente alinhamento dos setores públicos com a iniciativa privada, a distinção entre o público e o privado torna-se cada vez mais difusa (Dardot; Laval, 2015). A sobreposição do privado sob o público mina a antiga oposição entre os interesses gerais e privados, gerando uma impossibilidade de distinção entre o que é de interesse coletivo e o que é de interesse individual. O imperativo neoliberal atua justamente na falta de clareza desses termos, encobrendo processos de interesse individual sob o discurso de visar o bem-estar coletivo. Certamente, esse campo de disputa sempre existiu, o que se observa é uma ampliação e explicitação de alguns imperativos, principalmente em relação à sobreposição de interesses individuais aos coletivos no que diz respeito à hegemonia neoliberal.

Dardot e Laval (2016) defendem que o neoliberalismo não é simplesmente uma atualização do liberalismo clássico e não se caracteriza como apenas um regime econômico, político e social, mas como uma nova razão de mundo que dita e molda os modos de vida e os sujeitos. Além disso, a ideologia amplamente difundida de que o neoliberalismo amplifica a atuação do mercado e minimiza a ação do Estado obscurece a real dinâmica de atuação neoliberal e reforça o capitalismo como solução universal e natural. Na realidade, o Estado não se retira, mas se associa aos atores privados (informação verbal).¹⁵ No Brasil, após o período de redemocratização do país na década de 1980 que culminou na Constituição de 1988, tem-se na década seguinte,

[...] ao longo dos anos noventa, à luz da expressão de Roberto Schwartz, foi enunciado como desmanche neoliberal, nas suas múltiplas faces [...] Tratava-se de enunciar um processo crescente de privatização e consequentemente, de mercantilização, progressivamente legitimada e naturalizada da vida, de encolhimento dos direitos sociais, de uma mistura entre democracia formal e representativa e seu esvaziamento combinados a um processo visível de pauperização e crescimento das desigualdades, o que se fez acompanhar, não por acaso, dos modos e formas pelas quais o

¹⁵ Fala da professora Cibele Rizek na palestra “A venda de São Paulo como política pública: a realização da cidade como negócio” no dia 08/05/2017 realizada no Conselho Universitário do IEA em São Paulo.

trabalho assalariado perdia seu caráter como horizonte de integração, como formas das relações de emprego, como questão central da compreensão da dinâmica e dos modos de sociabilidade (RIZEK, 2004, p.4).

A racionalidade neoliberal representa um novo momento histórico e uma nova forma de subjetivação, pautada no individualismo e competição. A competitividade como norma máxima e fundamental do neoliberalismo faz do sujeito neoliberal “empreendedor de si mesmo”, que visa sempre melhorar seu desempenho. O indivíduo é considerado inteiramente responsável por seu sucesso ou fracasso, fortalecendo a ideologia meritocrática. Dessa forma, qualquer melhoria social é atribuída ao mérito individual de cada um.

É importante ressaltar que o neoliberalismo implica em uma reformulação do Estado e seu fortalecimento, e não sua ausência ou redução (Magalhães, 2016). Assim, mais do que compreender o Estado no neoliberalismo, deve-se partir da concepção de um Estado Neoliberal, especialmente no contexto vigente de globalização, no qual este se constitui como instância submetida ao princípio rentista da cidade como um negócio. Nesse sentido, nem mais a manutenção de direitos e serviços públicos é esperada que seja provida pelo Estado. Essa é outra característica do imperativo neoliberal, os direitos são tratados como serviços, direcionando ainda mais para a iniciativa privada a solução dos problemas. Tal processo demonstra, mais uma vez, a sujeição do público ao privado em um dos mais expressivos processos de privatização. De acordo com Marilena Chauí (2017), a grande privatização neoliberal não é das empresas estatais, mas a transformação dos direitos em serviços que podem ser comprados e vendidos no mercado, culminando em um desencargo por parte do Estado de todos os direitos sociais. Para manter essa dinâmica, é necessária uma ideologia, que se fundamenta na "medianização da sociedade, perda da referência de classe social, individualismo competitivo, privatização de todos os direitos e a meritocracia" (CHAUÍ, 2017, n.p.). O neoliberalismo coloca em suspensão as assimetrias e classes sociais em função da crença de ascensão social em função do mérito individual.

É como se a disciplina neoliberal, que impõe retrocessos sociais a grande parte da população e organiza uma transferência de renda para as classes mais afortunadas, supusesse um "jogo de máscaras" que possibilita que se jogue sobre outras instâncias a responsabilidade pelo desmantelamento do Estado social e educador mediante a instauração de regras de concorrência em todos os domínios da existência (DARTOT; LAVAL, 2016, p.282).

Toda essa dinâmica faz com que se perca de vista o coletivo, pois abstrai as pessoas dos processos de identificação coletiva – as pessoas se tornam apenas indivíduos, sem classes. É por meio da relação das pessoas com a cidade e os processos de reconhecimento que se dão as relações de identificação e pertencimento. Nesse sentido, a ideologia individualista e

competitiva apresenta grande influência nos modos de se utilizar e pensar a cidade. O neoliberalismo acrescenta ao imperativo já instituído da mercantilização, a criação de novas formas de subjetivação que influenciam a vida pública e coletiva das cidades, ambas depreciadas.

A questão se reapresenta hoje de uma nova maneira. O neoliberalismo pretende fazer desaparecer tudo aquilo que, no Estado assim como na sociedade, se assemelha a focos de resistência à norma geral da concorrência. O Estado é ele mesmo o alvo de políticas que visam enquadrá-lo às normas do mercado, transformá-lo em uma quase empresa “competitiva” e “eficaz”. As normas do direito privado tendem a prevalecer aí a ponto de reduzir a forma jurídica do “público” a uma concha vazia. Mais grave ainda, muitas vezes é o próprio Estado que organiza o seu desaparecimento em favor do privado. O caso do Brasil e da Turquia são emblemáticos a esse respeito: é o Estado neoliberal que abandona o transporte público nas mãos do setor privado (nas grandes cidades brasileiras) ou que privatiza os espaços públicos urbanos (o parque Gezi e a praça Taqsim, na Turquia) (DARDOT; LAVAL, 2015, p.268)

A redução da forma jurídica do público remonta ao passado, no qual a mesma tradição que consolidou a propriedade privada como alicerce da sociedade civil, levou também à atribuição da propriedade pública ao domínio particular do Estado, o que não foi sempre evidente (Dardot, Laval, 2015). De acordo com Habermas (1984), foi no século XVIII na Europa que a noção de *público* se associou ao Estado e sua propriedade.

A redução da representatividade pública que ocorre com a mediatização das autoridades estamentais através dos senhores feudais cede espaço a uma outra esfera, que é ligada à expressão da esfera pública no sentido moderno: a esfera do poder público. Esta se objetiva numa administração permanente e no exército permanente; à permanência dos contatos no intercâmbio de mercadorias e de notícias (bolsa, imprensa) corresponde agora uma atividade estatal continuada. (...) Nesse sentido estrito, “público” torna-se sinônimo de estatal; o atributo não se refere mais à “corte” representativa, como uma pessoa investida de autoridade, mas antes ao funcionamento regulamentado, de acordo com competências, de um aparelho munido do monopólio da utilização legítima da força (HABERMAS, 1984, p. 31).

Nesse momento, configurou-se o Estado moderno, o qual, conforme enunciado, representava o monopólio de poder, exercido muitas vezes por meio da força e violência. Atrelado à soberania e domínio do Estado, o *público* se transforma, desse modo, em *poder público* e, assim, a fusão entre esfera pública e Estado culminam na *esfera do poder público*. Tal associação influencia fortemente tanto na noção de público quanto de espaço público urbano, pois é possível identificar seu progressivo encolhimento nas metrópoles. Fato é, que o público se reduziu ao estatal e, a esfera pública, à burocracia de Estado.

A associação entre o público e o estatal juntamente com o embaralhamento entre o público e o privado levam a um esvaziamento do sentido de público e à minimização do político. Torna-se explícita uma divisão entre o aspecto *formal* e *prático* do público, ou, em outras palavras, entre a *propriedade pública* e o *uso público*. Dardot e Laval (2015) dizem que a forma jurídica do público reduzido a uma "concha vazia" porque, em contextos neoliberais, a propriedade e o patrimônio público são facilmente transferidos para a iniciativa privada, seja por meio de venda direta ou concessões. “Sob tais condições de hibridação generalizada entre público e privado, fica difícil continuar a opor frontalmente o público e o privado, como havíamos habituado a fazer no passado”(DARDOT; LAVAL, 2015, p.268). Dessa forma, cabe questionar se o *público* enquanto propriedade não passa de uma *moldura ficcional* que serve apenas para diferenciação formal dos espaços privados (Dardot; Laval, 2015). Na prática, isso significa que os espaços, mesmo tendo a propriedade pública, nem sempre são utilizados como tal, sendo possível questionar o *quão* público são esses locais.

A sobreposição do imperativo privado sobre o público e os crescentes processos de privatização – do espaço e da vida – criam cidades para poucos. Além disso, há uma dimensão dialética nos espaços públicos contemporâneos. Frequentemente, as privatizações são exibidas como soluções para os problemas que, muitas vezes, elas mesmas causam. Privatiza-se o espaço para supostamente devolver “a vida” dos espaços públicos antes abandonados e sem uso. Tal processo, por sua vez, mina a vida e a experiência dos espaços públicos por orientá-los a partir de uma lógica externa à vida cotidiana, a saber, o consumo capitalista (Lefebvre, 1969). A cidade-mercadoria vislumbra objetivos estranhos à sociedade e aos seus anseios, pois nem tudo é rentável – apesar de haver um enorme esforço nesse sentido. Podemos afirmar cada vez mais que vivemos em tempos de privação, onde a forma jurídica da propriedade pública não implica em sua realização enquanto acesso coletivo.

Nesse sentido, segundo Martins (1994, p. 21-22), no Brasil a distinção entre público e privado ficou restrita ao patrimônio público e ao patrimônio privado, à esfera da propriedade e não dos direitos das pessoas, sem ganhar, contudo, clareza nessa distinção. Essa falta de diferenciação clara do público e do privado significa, do ponto de vista da dominação política, a invasão da esfera do público pelo privado, no intuito de reproduzir, ampliar e/ou consolidar as relações de poder (SOBARZO,2005, p.96).

No contexto brasileiro, o público, ao ser definido apenas pelo patrimônio e por exclusão a tudo o que não é privado, situa-se em uma área de indefinição, enfatizando a necessidade de uma ressignificação de seu sentido para que se considere a construção coletiva da cidade e da vida pública.

3.1.3. O Público Estatal: A Propriedade Pública

Para discorrer a respeito da propriedade pública, faz-se necessária a definição de bens públicos. Esses bens, móveis ou imóveis, são administrados pelo Estado e possuem propriedade pública. “Art. 98: São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem” (BRASIL, 2002, art.98). De acordo com o Código Civil:

Art. 99. São bens públicos: I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Parágrafo único. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado (BRASIL, 2002, art.99).

É possível identificar, portanto, três tipos de bens públicos: os de uso comum, os de uso especial e os dominicais. Essa abordagem identifica os bens públicos a partir do critério da titularidade dos bens. Alguns autores, como Di Pietro (2004) consideram que os bens de uso comum e de uso especial constituem o *domínio público* e os bens dominicais fazem parte do *domínio privado do Estado*. Nessa perspectiva, considera-se a finalidade na qual os bens se destinam, ou seja, o critério se define pelo uso.

Os bens de uso comum são aqueles que se destinam ao uso pela coletividade e não podem ser de apropriação privada exclusiva de nenhum indivíduo. A esse respeito, o autor Justen Filho (2010) coloca:

[...] nem sequer se poderia aludir a algum vínculo de propriedade sobre os bens de uso comum. O Estado é titular desses bens porque nenhum sujeito pode adquirir o domínio sobre ele. Mas não é possível armar a existência de uma propriedade estatal já que não cabe ao Estado as faculdades de uso e fruição privativos, excludentes de idêntico benefício em prol de terceiros (JUSTEN FILHO, 2010, p.1057)

Essa passagem deixa evidente que, por questões jurídicas, resta ao Estado ser definido como o proprietário dos bens de uso comum "apenas" por uma formalidade, já que os bens são pertencentes à coletividade e o uso não pode ser dominado pelo Estado. Reconhece também que a propriedade pública não deve ser identificada de antemão como estatal, visto que se refere à coletividade e não ao domínio do Estado. No entanto, como já foi demonstrado anteriormente, a noção de público se associou à estatal, dificultando a admissão prática da

propriedade pública como bem da coletividade e do uso comum. Essa é uma relação que necessita ser afirmada e ressignificada através principalmente da prática social por meio do uso dos espaços – assunto do próximo subitem deste capítulo.

Os bens de uso especial são destinados para acomodar as atividades estatais, ou seja, para efetivação dos serviços públicos. São as edificações necessárias para que a Administração Pública execute seus fins, como as repartições públicas. Finalmente, os bens dominicais não têm o uso público definido e são identificados por critério de eliminação, isto é, como os bens públicos que não se enquadram como de uso comum ou de uso especial. Exemplos desses bens são "as terras devolutas, terrenos da marinha ou imóveis não utilizados pela Administração" (PORTO, JAJAH, 2016, p.10). Outra característica é que, de todos os bens públicos, esse é o único passível de gerar renda.

Em relação à função social da propriedade, quando se refere à propriedade pública, essa não é especificada e expressa na constituição, não havendo, assim, concordância a respeito da sua aplicabilidade ou eficácia. Uma das correntes contrárias à aplicação da função social da propriedade pública se justifica no fato de que "os bens públicos, pela sua própria essência, são caracterizados pela função social. Eles pertencem ao Estado justamente para essa função" (PORTO, JAJAH, 2016, p.10). Seria, portanto, redundante aplicar uma função social em algo que, por definição já é a própria função social.

Outra vertente de pensamento, como o do jurista Silvio Luiz Ferreira Rocha (2005), assume que a propriedade pública não é isenta da aplicabilidade da função social, pois a medida visa justamente assegurar e regular a utilização do patrimônio público pelo Estado. Sob esse viés, mesmo os bens públicos sendo juridicamente o fundamento da função social, caracterizados por visar o benefício da coletividade, a aplicação da função social da propriedade pública revela a impossibilidade desse princípio ser totalmente assegurado, sendo possível ou necessária a aplicação de "um efetivo instrumento para garantir a melhor forma de utilização do bem público, de acordo com o interesse social" (PORTO, JAJAH, 2016, p.10). Revela também o reconhecimento jurídico de que o Estado nem sempre estará de acordo com os interesses da coletividade, sendo necessária sua regulação. Cabe lembrar que no domínio do Estado "[...]os interesses de classe são capazes de ser transformados em um 'interesse geral ilusório', pois a classe dirigente pode, com sucesso, universalizar suas ideias como "ideias dominantes" (HARVEY, 2005, p.81). Dessa forma, os interesses comuns e sociais não podem ser reduzidos às ações e à competência do Estado simplesmente. Ainda sobre esse aspecto,

Necessariamente o Estado se origina da contradição entre os interesses particulares e os da comunidade. No entanto, como o Estado tem de assumir uma existência “independente” para garantir o interesse comum, torna-se o lugar de um “poder alienígena”, por meio do qual pode dominar os indivíduos e os grupos (HARVEY, 2005, p.80).

Há, ainda, uma contradição adicional, que são as classes dominantes atuando em prol de seu próprio interesse de classe, enquanto afirmam e convencem os demais que estão agindo para benefício do bem comum. Essa explicação de Harvey, em referência à Marx e Engels¹⁶ deixa claro que o Estado não responde ao interesse comum simplesmente por ser o suposto representante da coletividade. Existe um jogo de relações de poder muito mais complexo do que essa dedução entrevê.

Os vários edifícios de propriedade pública abandonados em Belo Horizonte são exemplos que comprovam que nem sempre o Estado cumpre com a função social da propriedade. O que se vê no contexto de governamentalidade¹⁷ neoliberal são justamente medidas estatais voltadas ao benefício de interesses econômicos em detrimento dos sociais. Afinal, "o Estado já não se destina tanto a assegurar a integração dos diferentes níveis da vida coletiva quanto a ordenar as sociedades de acordo com as exigências da concorrência mundial e das finanças globais" (DARDOT, LAVAL, 2016, p.284).

Nesse contexto, se a propriedade privada serve como garantia da liberdade individual, o mesmo não ocorre com a propriedade pública. Esta, assegura menos o uso e a liberdade coletivos do que o domínio estatal submetido às lógicas privadas e de rentabilidade. Como no Brasil não basta ter os direitos assegurados, o uso público dos espaços de propriedade pública, muitas vezes, precisa ser reivindicado e reconquistado na prática. A propriedade pública é considerada aqui apenas como uma garantia jurídica e institucional que viabiliza a realização do *real* sentido de público – coletivo, acessível, visível. Com isso, parte-se da ideia que "a construção social dos lugares politiza o espaço urbano (qualificando-o como

¹⁶ MARX, Karl; ENGELS, Frederick. *The German Ideology*, ed. CJ Arthur. New York: International, 1970.158p.

¹⁷ Entende-se por governamentalidade “o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bastante específica e complexa de poder, que tem por alvo a população, como forma principal de saber a economia política e por instrumentos técnicos essenciais os dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008, p. 143).

espaço público)[...]" (LEITE, 2002, p.130) e se define para além da propriedade pública estatal.

3.2. O Espaço Público a partir do uso

3.2.1. O Público como construção coletiva: O Uso Público

O conceito de público, além de se referir a uma forma de propriedade, também concerne ao uso e à maneira na qual as pessoas utilizam e significam os espaços. Analisar o aspecto público a partir do uso, implica em salientar que a propriedade pública por si só não garante a utilização pública do espaço, é necessária uma dimensão prática e social congruente. Parte-se do pressuposto de que o uso coloca em questão o caráter público ou privado dos espaços. Desse modo, o uso público é um tipo específico que se estabelece em relação ao outro. De acordo com Chantal Mouffe (2005), existem dois significados distintos para caracterizar o *público*, podendo se referir à *coisa pública*, na palavra alemã, *Offentlichkeit*, e à audiência ou *Publikum*. Será tratado, nesta pesquisa, o público como *coisa pública* que geralmente se opõe ao privado, mas pode apresentar significados diferentes dependendo do contexto:

Podemos, de modo geral, distinguir três contextos principais que podem ser especificados com base nessa oposição:

1 - público – como o que é comum, geral, oposto ao privado como o que é particular e individual;

2 - público – no sentido de publicidade, como o que é visível e manifesto, oposto ao privado como o que é secreto;

3 - público – como acessível e aberto, oposto ao privado como fechado (MOUFFE, 2005, p.182).

As distintas definições de público se correlacionam, mas não se coincidem, pois dependem do contexto em que estão inseridas. Todos seus sentidos se opõem ao conceito de privado e podem ser associados de acordo com determinada situação. O mais importante é que nas três dimensões de público tratadas por Mouffe, é possível estabelecer uma relação baseada no *uso*, ao se referir ao espaço. O público como coletivo, como visível e como acessível, podendo transitar entre essas categorias.

Além disso, as formas de articulação entre os três sentidos têm variado historicamente desde o tempo da polis grega, em que o comum, o visível e o aberto estavam unidos na constituição do significado de 'o público' para o estabelecimento, por meio da construção do Estado, de um novo tipo de separação entre o público e o privado – uma separação cada vez mais prejudicada pela invasão do mercado na esfera pública (MOUFFE, 2005, p.182).

Nesse sentido, Mouffe vai ao encontro do pensamento de Hannah Arendt no que se refere à formação do Estado e conseqüente mudança das esferas pública e privada na sociedade moderna. Como já afirmado anteriormente, a dimensão pública associada à vida política e que englobava os três sentidos de *público* se alteraram, transformando-se hegemonicamente em função do Estado. Assim sendo, não reduzir o conceito de público ao estatal, remete à possibilidade de ressignificá-lo a partir do uso.

Conforme a definição de Mouffe (2005) o público suscita a *visibilidade*, *coletividade* e *acessibilidade*, características importantes a serem consideradas também quando se trata do espaço público urbano. Além desses, podem ser acrescentadas outras variáveis, como *diversidade* e *gestão do espaço*, como formas de avaliação e definição do uso público. A diversidade permite verificar a heterogeneidade de grupos e é uma noção associada à acessibilidade. A gestão do espaço contribui para o entendimento da relação entre propriedade e uso, podendo haver casos, por exemplo, de propriedade pública com gestão privada, o que certamente minimiza a dimensão democrática. É necessário que vários desses sentidos sejam combinados para conferir um uso radicalmente público, porque o fato de um espaço ser somente visível, coletivo ou acessível, não o faz ser público. A variação dos níveis desses parâmetros auxilia na definição de maior e menor *grau de uso público* em um espaço. Portanto, em relação à espacialidade – o espaço público urbano –, as três dimensões de Mouffe se tornam fundamentais para constituição do uso público. Essa consideração se apresenta como tentativa de *radicalização* ou *publicização do público* e conseqüentemente democratização do espaço público.

Isso se justifica sob a premissa de que mesmo os espaços que possuem a propriedade pública, sua dimensão público-política só será efetivada a partir do uso em um processo constante de disputa. Retomando a discussão de Delgado (2011) é a disputa colocada pela contraposição entre como o espaço público *deveria ser* e em como ele *realmente é* concretamente. Em tese, ele deveria ser um espaço de todos, isto é, acessível, visível e coletivo, no entanto, muitas vezes, é apenas público em um desses aspectos ou, ainda, apenas na sua formalidade – propriedade pública. Crê-se que não é somente o atributo proprietário que faz dos espaços vivos ou apropriados, são as pessoas que conferem sentido aos espaços e são capazes de transformá-los.

Pode-se inferir que um espaço de uso efetivamente público – que não é público apenas em seu aspecto formal – é um processo que prioriza o *uso* ao invés da relação de *troca*, a heterogeneidade e pluralidade em contraponto à homogeneização espacial. Um espaço deixa

de ser considerado público quando visa o interesse individual em detrimento do coletivo, afinal, a noção de coletividade aqui mobilizada não é simplesmente a soma de indivíduos, mas uma relação comum. É exatamente isso que diferencia os espaços públicos dos espaços apenas de convívio coletivo. Se todo espaço público é coletivo, pode-se dizer que o inverso não se aplica, pois nem todo espaço coletivo é público. A coletividade não é suficiente para definir um espaço como público, sendo apenas uma das dimensões. É possível, então, perguntar: o que diferencia um espaço coletivo de um espaço público? Certamente o atributo da propriedade é uma das diferenças, mas acredito esta não ser a principal. A diferença primordial, por exemplo, entre os *espaços condominais* (Souza, M., 2000), o playground de um condomínio fechado e uma praça ou rua não é somente a questão da formalidade da propriedade, mas em relação à "dimensão socioespacial da vida urbana, caracterizada fundamentalmente pelas ações que atribuem sentidos a certos espaços da cidade e são por eles influenciadas (LEITE, 2002, p.116). Tais ações coletivas podem ser articuladas por grupos sociais a ponto de desenvolver tanto uma relação de comunidade política – como nos protestos e manifestações – quanto uma dimensão de coexistência – reconhecendo o conflito agonístico. Nenhuma dessas possibilidades são excluídas ou previstas de antemão, pois o espaço público não é uma entidade pré-constituída. Ele, no entanto, expõe ou provoca a possibilidade dessas interações.

Mesmo com a erosão dos espaços públicos nas metrópoles brasileiras – decorrente dos processos de privatização, fragmentação e financeirização – o caráter socializador e de encontro, ainda permanece. É onde a heterogeneidade e convergência – característica das cidades – se expressam. Sob esse ponto de vista, é o uso o que confere sentido e qualifica o espaço público.

Em suma, a análise da noção de público a partir da propriedade, o considera como um *atributo do espaço urbano*, ao passo que a concepção a partir do *uso* (público) o reconhece como uma *relação*, um processo em curso que almeja a ampliação do sentido político. A partir dessa discussão é possível estabelecer uma diferenciação entre um *espaço de propriedade pública* e um *espaço público*, na medida em que não se considera a dimensão pública condicionada pela propriedade, mas atrelada ao uso e à prática social coletiva. Logo, um espaço de propriedade pública nem sempre se caracteriza como um espaço público, tal como um espaço público não se constitui, necessariamente, em um espaço de propriedade pública – estatal – como é o caso das ocupações de edifícios abandonados, processo a ser abordado no próximo capítulo. Sobre essa diferenciação, que indica a expansão do conceito de público para além do estatal, é oportuno dizer que não há intenção de se concluir

prematuramente que qualquer lugar possa se tornar um espaço público, pois corre-se o risco de promover justamente o que se pretende evitar: a redução do público somente à acessibilidade do espaço – que, conforme visto, é apenas uma das dimensões do uso público aqui considerado. O objetivo com tal formulação é reiterar que o aspecto jurídico não garante a realização prática no espaço. É sob esse aspecto que se delineia a necessidade de problematização e consequente ressignificação do público, antes de considerá-lo como totalmente suprimido frente à mercantilização do espaço.

O uso público enquanto construção coletiva vai em direção à realização do direito à cidade, conceito elaborado por Lefebvre na década de 1960 e que ainda possui relevância atual. O autor defende a ideia de que a cidade não é apenas um produto, mas é, primeiramente, uma construção social na qual deve-se sobressair seu valor de uso. Além de riqueza, as cidades também produzem e acumulam conhecimento, técnicas e obras. Para Lefebvre (1969), a obra é o valor de uso e o produto, o valor de troca. Nesse sentido, a cidade em sua essência é vista pelo autor como uma obra coletiva, pois diz respeito às necessidades criadoras vinculadas à vida urbana "(e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas" (LEFEBVRE, 1969, p.97). O processo de urbanização decorrente da industrialização transformou a cidade em mercadoria enaltecendo o valor de troca e deturpando seu sentido de obra. Com isso, as necessidades predominantes na sociedade urbana tornaram-se as "necessidades individuais, com suas motivações marcadas pela sociedade dita de consumo (a sociedade burocrática de consumo dirigido)" (LEFEBVRE, 1969, p.96). Torna-se necessário, portanto, a restituição do valor de uso da cidade, como objetivo e meio para alcançar o direito à cidade.

O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 1969, p.124)

Nessa concepção, o espaço público possui importância crucial. A centralidade entendida por Lefebvre como atributo fundamental da cidade é constituída justamente por espaços públicos vivos, ruas apropriadas e encontros inesperados. Muitas características consideradas indispensáveis à noção de cidade – encontro, diversidade, intercâmbios – são comuns aos atributos dos espaços públicos. Nessa perspectiva, o espaço público pode ser compreendido como o corolário do direito, situando a disputa por uma cidade mais democrática na dimensão política e espacial.

Se historicamente há um esforço constante para que o antagonismo e a natureza política sejam camuflados nos espaços públicos, isso se expressa em conflitos urbanos e formas de reivindicação nesses locais e por eles. Nesse sentido, reivindicar os espaços públicos é, sobretudo, reivindicar a cidade. Aponta-se como necessário transcender a funcionalização do espaço público e ressignificá-lo como um lugar da possibilidade do político, muito além da funcionalização que o destina ao lazer e à circulação. A democratização dos espaços públicos não será alcançada por meio do desenho urbano, mais ou menos adequado à convivência – como sonhou o urbanismo moderno – e sim por meio do reconhecimento da dimensão política e dissidente do espaço. Não obstante, o compromisso com a almejada esfera pública urbana não consiste simplesmente na coletivização do espaço. O direito à cidade, defendido por Lefebvre, não é apenas o acesso a ela, mas o direito de construí-la coletivamente. O direito à cidade, para Lefebvre, tem um sentido político transformador explícito, de caráter emancipatório. É preciso cautela para não transformar uma discussão política em normativa, apontando uma possível solução técnica. O direito à cidade não será alcançado através de políticas públicas – o que não diminui sua importância – pois não é o direito às condições de reprodução mínima, mas vai além e, em última instância, é o direito a ter direitos e à possibilidade de construir uma nova cidade, condizente com a prática social coletiva.

Ademais, o direito à cidade também se relaciona com a democratização *do* e *no* espaço, isto é, democratizar os espaços, tornando-os acessíveis e coletivos e alcançar esse objetivo por meio da construção do próprio espaço. Dessa maneira, a defesa pelo público, bem como a realização do direito à cidade não parece residir na esfera jurídica ou do planejamento urbano, mas nas ações e práticas dos cidadãos e movimentos sociais na vida cotidiana. Assim, a cidade deve ser usufruída, apropriada e imaginada por quem a constrói.

3.2.2. O espaço público entre a dominação e a apropriação

Ao considerar o espaço público como um campo de disputa entre os processos de reivindicação do caráter público e uso comum, e os processos de privatização e mercantilização, estabelece-se um tensionamento entre a apropriação e a dominação. Sob o âmbito da dominação, ou seja, do poder, o espaço público é mobilizado como dispositivo ou instrumento no qual, tomado enquanto mercadoria, serve ao processo de acumulação capitalista. Por outro lado, a esfera da apropriação pode ser interpretada como um esforço de publicização do espaço a partir do uso.

A oposição “dominado-apropriado” não se limita ao discurso; não se trata de uma simples oposição significativa. Ela dá nascimento a uma contradição, a um movimento conflitual, que se desenvolve até a vitória opressiva de um dos termos: a dominação até a redução extrema de outro termo: a apropriação. Sem que esta última possa desaparecer. Ao contrário: a prática e a teoria proclamam sua importância, reclamando a restituição (LEFEBVRE, 2006, p.135).

É importante salientar que a dominação e apropriação se estabelecem num mesmo espaço – público – afinal, não são processos excludentes, ao contrário, um se define a partir do outro. De acordo com Lefebvre (2008), a apropriação do espaço está ligada à criação de novas espacialidades e novos significados e, dessa forma, se abre à possibilidade de transformação social rumo à emancipação. Se relaciona com as práticas sócio-espaciais no cotidiano que se estabelecem a partir do uso. A apropriação está na esfera da vida das pessoas, do *espaço vivido*.¹⁸

Em contraponto com o espaço dominado, funcionalizado e racional, o espaço apropriado é o espaço da vida social, do possível, das diversas ações e relações que transformam e são transformadas pelo espaço. “[...] trata-se da ideia de um espaço social elaborado, complexo e exitoso, numa palavra, apropriado, e não somente dominado pela técnica e pelo poder político, o que estaria associado com o “mudar a vida” (LEFEBVRE, 2008, p.150).

Para Dardot e Laval (2015) é possível interpretar o conceito de apropriação a partir de dois sentidos, ambos derivados da noção de *próprio*. Um deles, remete ao significado de ser próprio para algo, ou seja, se apropriar de algo para um determinado fim. Nesse âmbito, existe uma relação de finalidade na apropriação. O outro significado remete a algo ser próprio de alguém, isto é, se apropriar de algo para fazer daquilo sua propriedade. Estabelece-se nesse caso, uma relação de pertencimento na apropriação.

Evidentemente, os dois sentidos podem ser combinados. Pode-se alegar assim que a modalidade da relação de pertença deriva, em última instância, da relação de finalidade: dizemos que só a pertença da terra a um coletivo de camponeses possibilita apropriá-la à sua destinação, enquanto a sua apropriação privada a desvia dessa mesma destinação (DARDOT; LAVAL, 2015, p.269).

A *apropriação-pertença* se destina à propriedade, enquanto a *apropriação-destinação* se destina ao uso. Se no âmbito da propriedade privada só a pertença da terra garante a sua

¹⁸ “Os espaços de representação, ou seja, o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais. (LEFEBVRE, 2006, p.40).

destinação, pode-se dizer que na propriedade pública, tal relação não é tão evidente e pode inclusive se inverter. A apropriação-pertença nos espaços públicos, na maioria dos casos, já está assegurada, a propriedade é pública, o que, por sua vez, não garante, necessariamente, sua apropriação-destinação, ou seja, seu uso público. Nesse caso, é o uso que vai validar e reivindicar a apropriação-pertença referente à propriedade pública já existente. Isto é, o uso – público – vai garantir o caráter público do espaço. Reconhece-se assim, a importância da apropriação-destinação e a relação de finalidade de uso que esta pressupõe.

Os autores qualificam, ainda, a apropriação como social, ou seja, baseada no interesse da coletividade em detrimento do individual. Sob essa perspectiva, visa-se uma apropriação que se refere ao uso coletivo do espaço, para que seja cada vez mais público. A apropriação-pertença dos espaços públicos por meio do Estado assegura a forma jurídica da propriedade e seu conteúdo formal, mas sua realização democrática só acontece a partir do uso e da apropriação-destinação coletiva.

Como colocaram Dardot e Laval (2015), a propriedade é o que permite a apropriação, mas trata-se aqui de outra acepção do conceito de apropriar-se. Mais do que a ideia de apropriação-social, apropriar-se de um espaço, no sentido mobilizado por Lefebvre, diz respeito à atribuição de um uso que confere sentido, além da simples utilização. Isso porque a apropriação visa a construção de um novo tipo de espaço. Conjectura-se que por meio da apropriação é possível ressignificar o espaço público e efetivar seu caráter coletivo que visa o bem comum da sociedade – não isento de conflitos. Nesse contexto, a apropriação é uma tentativa de produção de um outro tipo de espaço, mais público, diverso e comum.

Quando um espaço público não é apropriado pelas pessoas, ele não deixa de ser público em relação à propriedade, mas deixa de ser público em relação ao uso, no que concerne à dimensão da prática espacial. No entanto, percebe-se que a ausência de uso nos espaços de propriedade pública também pode ser um atrativo ou condição para a apropriação, como será visto em seguida na análise do processo das ocupações no centro de Belo Horizonte. O objetivo é evidenciar a importância do uso coletivo atribuído ao espaço para concretização do público.

Em contrapartida, de acordo com Lefebvre, imbricado ao conceito de apropriação está o de dominação. O espaço produzido sob o aspecto da dominação é o espaço dominado pelo poder, transformado e comandado por meio técnica e pela racionalidade. Isto é, o espaço instrumentalizado e estratégico, subordinado ao poder. Em vista disso, o espaço público quando dominado pode ser interpretado como um espaço abstrato que serve de instrumento

à dominação, ou seja, uma representação que encobre as contradições do real. É um espaço produzido sob o princípio da homogeneização, fragmentação e hierarquia.

O espaço abstrato, em Lefebvre (2000), corresponde à expressão espacial do trabalho tornado abstrato pela produção capitalista sob o controle do Estado moderno. O espaço abstrato, formal e quantificado, é simultaneamente homogêneo (o que vai na direção da negação das diferenças, sem, contudo, jamais eliminá-las por completo), fragmentado (pulverizado pela propriedade privada, funcionalmente segregado) e hierarquizado (organizado em termos de relações centro- periferia de dominação) (BASTOS *et al*, 2017, p.254)

Nesse contexto, a dominação do espaço público se expressa na sua instrumentalização. Sua finalidade é estratégica, baseada no controle da técnica. A dominação funciona como forma de neutralização do espaço e das relações, criando lugares estéreis, pois são domesticados e reprimidos. Além disso, o controle político é utilizado para garantir o domínio sobre o espaço e definir quem está apto ou não para utilizar e pertencer aquele local, mesmo que este seja formalmente definido como público. São processos determinados pela mercantilização – do espaço e da própria vida – e, em última instância, pelo consumo no/do espaço. “O espaço dominado é geralmente fechado, esterilizado, vazio. Seu conceito só toma seu sentido ao se opor ao conceito inseparável da apropriação” (LEFEBVRE, 2006, p.134).

Definir um tipo de uso e produção do espaço público que o identifica como dominado, implica em reconhecer seu oposto, a apropriação. O espaço dominado é, por assim dizer, dominante, entretanto, a dominação absoluta o escapa. A relação entre apropriação e dominação é dialética e culmina em duas formas de orientação espacial: o espaço subordinado ao poder, ou seja, às elites, ao Estado e ao mercado, e o espaço apropriado que se abre à prática urbana cotidiana. A apropriação não visa o consumo *do* espaço – pela lógica do capital – e sequer o consumo *no* espaço. Não é o consumo que a orienta, mas o uso e a possibilidade de transformação.

Visto que o espaço assim produzido também serve de instrumento ao pensamento, como à ação, que ele é, ao mesmo tempo, um meio de produção, um meio de controle, portanto, de dominação e de potência {poder} – mas que ele escapa parcialmente, enquanto tal, aos que dele se servem. As forças sociais e políticas (estatistas) que o engendraram tentam controlá-lo e não conseguem; aqueles mesmos que levam a realidade espacial em direção a uma espécie de autonomia impossível de dominar se esforçam para esgotá-lo, para fixá-lo e o subjugar. Esse espaço seria abstrato? Sim, mas ele também é “real”, como a mercadoria e o dinheiro, essas abstrações concretas (LEFEBVRE, 2006, p.31)

Os espaços dominados podem ser apropriados e os apropriados podem ser dominados, é uma constante disputa entre a lógica de produção orientada pela acumulação e a lógica que visa outros tipos de relações não submetidas à troca mercantil. O espaço público situa-se, desse modo, *entre* a dominação e a apropriação, isto é, no seguinte tensionamento: de um lado, a financeirização dos espaços públicos e movimentos na direção da privatização, do outro, a luta pelo caráter público do espaço e processos que visam sua democratização.

Assim, se houve um esvaziamento da forma jurídica do *público* – que necessita ser disputada – e se a dicotomia público/privado não é mais tão evidente, devemos então nos concentrar em diferenciar os processos que visam tornar o espaço *mais público* e inclusivo e os que visam torná-lo *mais privado* e exclusivo – tanto no sentido de exclusão quanto de exclusividade. Mais explicitamente, opor as práticas que vão em direção à restituição do sentido público de acesso, visibilidade e coletividade e as iniciativas que culminam na privação do outro e também da coletividade, opondo-se à democracia radical almejada. Afinal, “esse mundo privado, como o próprio nome indica e Hannah Arendt enfatizou muitas vezes, é o mundo de privação – privação de vida pública” (KAPP, 2007, p.2).

No ano de 2013, em meu trabalho de conclusão de curso intitulado "Manual do Espaço Público: Belo Horizonte", realizei uma cartografia de apropriações nos espaços públicos (figura 2) de diversas naturezas, mas enfatizando as iniciativas autônomas, auto-organizadas e auto-geridas pelos cidadãos. Ao longo de um ano foram mais de 55 práticas catalogadas e minimamente sistematizadas a partir de critérios como: localização na cidade, identificação dos agentes, infraestrutura necessária, recursos captados, abordagem legislativa a respeito da ação e enunciação de qual o potencial da prática na cidade.

A pesquisa demonstrou que apesar de todos os empecilhos burocráticos por parte do poder público em relação a protagonização dos moradores na construção, ativação e manutenção dos espaços públicos e da legislação constrangedora e funcionalista – principalmente o Código de Posturas –, muitos grupos e indivíduos resolvem atuar e propor novas espacialidades e atividades públicas. Foi possível inferir que os espaços públicos de Belo Horizonte vêm sendo reivindicados e apropriados em diferentes contextos. São contribuições que atuam em escala local e fazem parte de um processo crescente na luta pelo direito à cidade. Ademais, caracterizam um processo de enfrentamento à alienação dos cidadãos face à produção do espaço.

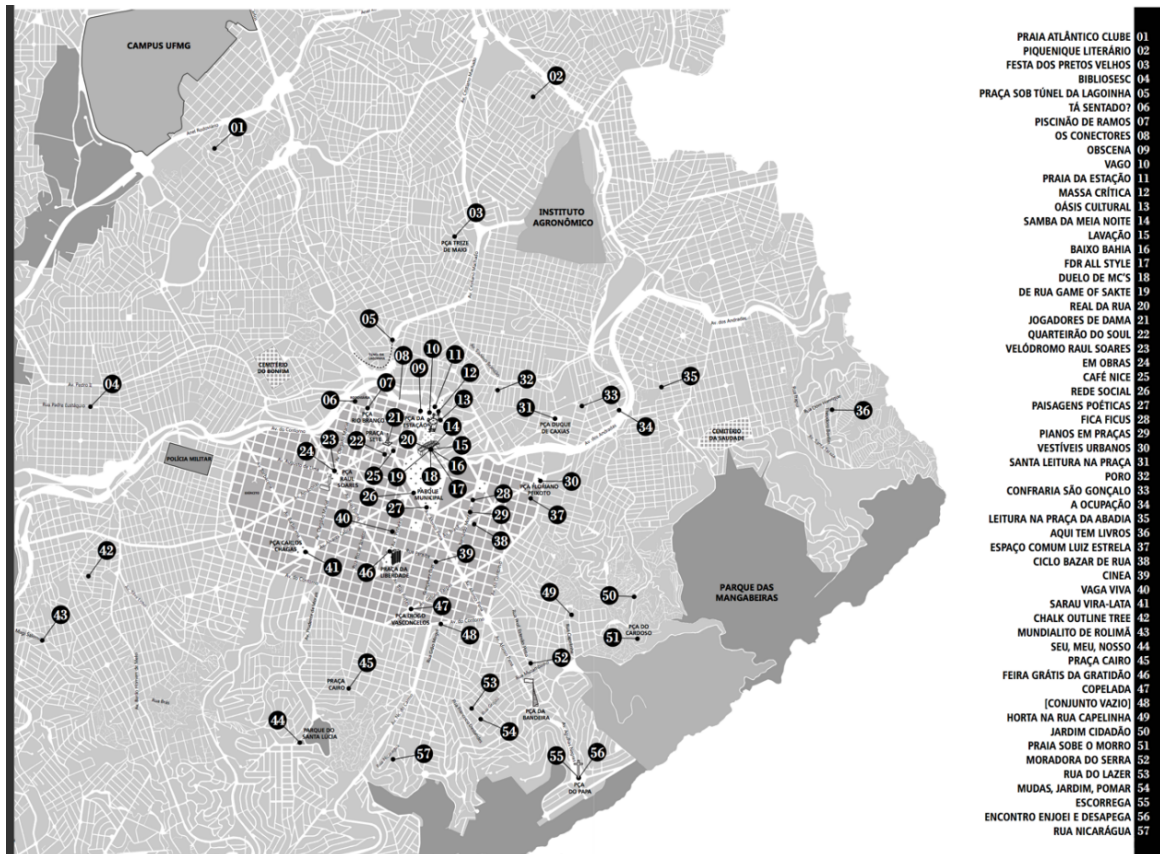


FIGURA 2 Cartografia de apropriações do espaço público de Belo Horizonte
Fonte: Patrícia Mattos, 2013

A cartografia de iniciativas cidadãs em espaços públicos em Belo Horizonte, realizada há cinco anos, salientou uma pequena parcela das inúmeras ações que se dispõem a praticar uma cidade mais pública e compartilhada. A noção de público aqui considerada não se reduz ao coletivo, mas sem dúvida, não existe sem ele. É na coletividade e em todas suas articulações e implicações que reside o fundamento do direito à cidade, um direito que se ocupa do múltiplo em detrimento do uno – já tão maximizado. Um dos possíveis sentidos do direito à cidade é também o direito ao espaço público, isto é, o direito à expressão de múltiplas vozes, à sociabilidade, à vida pública. Em outras palavras, resume-se em "pensar a cidade como espaço público em conflito por direitos" (RAMÍREZ KURI, 2017, p.50). Cabe lembrar que o espaço só será ressignificado e esses direitos só serão alcançados por meio de luta e resistência.

4

Práticas espaciais e disputas no/pelo espaço público

4 Práticas espaciais e disputas no/pelo Espaço Público

Após o panorama exposto nos capítulos anteriores, foram escolhidas três situações para serem analisadas, de acordo com o arcabouço teórico previamente explicitado. As práticas tratadas aqui são experiências diversas de proposição ou uso público do espaço que envolvem o dissenso – ainda que em distintos graus. Os casos colocam em discussão o aspecto público do espaço e a relação entre propriedade e uso. Não se trata de espaços públicos projetados pelo urbanismo, pré-concebidos e utilizados posteriormente, mas locais que foram ocupados e contruídos por meio da luta e transformaram-se em espaços públicos – ou ampliaram seu aspecto – ao longo do processo. São situações de grupos sócio-espaciais que produziram ou ressignificaram o espaço e estabeleceram novas relações – ainda que de forma temporária – a partir de demandas coletivas. Buscou-se uma variedade a respeito dos casos, explorando distintas escalas, temporalidades, formas de engajamento, organização do espaço, atores e pautas, como meio de abarcar a diversidade de espaços públicos.

As situações foram analisadas a partir de três níveis de aprofundamento e aproximação: a Casa da Árvore em que foi feito um acompanhamento sistemático do processo, realizando entrevistas com os envolvidos e visitas constantes ao local, a OCUPA EAD em que tive participação direta e pude, em alguma medida, fazer parte do processo, e as ocupações de uso público no centro de Belo Horizonte, em que foi realizada uma análise cujo objetivo é entender de que maneira esse tipo de ocupação – sem finalidade de moradia – contribui para a discussão acerca dos espaços públicos. A partir disso, foram selecionados três exemplos desse tipo de ocupação, a saber, o Espaço Comum Luiz Estrela, a Kasa Invisível e a Casa de Referência da Mulher Tina Martins em que não houve um acompanhamento do processo de construção, por se tratarem de espaços já consolidados. A descrição e aproximação dos casos aconteceu mediante entrevistas com os envolvidos, notícias da imprensa, acompanhamento de movimentos sociais que dão suporte, apoiadores, entre outros. Assim, as ocupações urbanas serão analisadas como partes de um processo único de construção coletiva de espaços potencialmente públicos em imóveis abandonados, sem deixar de explicitar, porém, a singularidade de cada caso específico. Interessa nessa discussão entender as motivações para ocupar os edifícios, as formas de organização e relação com o espaço, situação jurídica e diálogo com o Estado, repercussão da ocupação na cidade, entre outros, com a finalidade de investigar em que medida esses locais podem ser considerados públicos a partir dos parâmetros de uso público definidos previamente: coletividade, acessibilidade, visibilidade e diversidade.

4.1. Casa da Árvore: quando a rua vira casa e a casa vira rua¹⁹

4.1.1. Da construção à destruição

A Casa da Árvore²⁰ trata-se de uma construção que conjuga moradia, biblioteca pública e serviços esporádicos de corte de cabelos, localizada na Avenida Barão Homem de Melo, em torno do número 55, no bairro Nova Granada, região oeste de Belo Horizonte (figura 3). O local da instalação fica num espaço ocioso formado pelo encontro da avenida Barão Homem de Melo com a rua Maria Macedo (figura 4), espaço que continha duas árvores de manga e que anteriormente era utilizado como estacionamento particular de carros e depósito de lixo (figura 5).

A iniciativa começou por volta de 2016 por Klinger Douglas Rodrigues, Warlei Santos Nunes, e Marlon Pires e posteriormente associou-se Greice Hellen Cardoso Moraes de Oliveira, todos eles, pessoas em situação de rua (figura 6). Eles resolveram ocupar o espaço e atribuir um novo uso ao local, até então subutilizado. Segundo relatos de Douglas²¹, foi um amigo – hoje falecido – que o convidou para que ocupassem a área pública abandonada. A falta de uso adequado do local juntamente com a presença de grandes árvores foi o que mais chamou a atenção e motivou a construção da casa. Ergueram paredes entre as duas árvores mangueiras utilizando materiais encontrados no lixo e na rua, como portas, madeirite, mdf e restos de móveis descartados.

A casa iniciou-se com apenas um cômodo, com cerca de cinco metros quadrados e à medida que encontraram mais materiais, os moradores foram aumentando a casa gradativamente. Com dificuldade de expandir a casa horizontalmente, devido ao pouco espaço disponível e necessidade de materiais mais robustos, decidiram aumentar a casa no sentido vertical, criando um segundo andar, onde localizavam-se os quartos e uma varanda. Ao todo, a casa era composta por quatro cômodos, uma sala e três quartos. Não havia sistema de

¹⁹ Referência ao livro *Quando a rua vira Casa* de Carlos Nelson F. dos Santos publicado em 1981 que sintetizou uma pesquisa etnográfica realizada no final dos anos 1970 sobre as formas de apropriação dos espaços urbanos no bairro Catambi e no conjunto habitacional Selva de Pedra, no Rio de Janeiro.

²⁰ Tive conhecimento dessa proposta por meio de notícias e logo depois realizei uma visita ao local. O acompanhamento com maior proximidade, se iniciou após o incêndio, com diálogos com o grupo de apoio à Casa da Árvore, principalmente com a integrante Neide Pacheco e Klinger Douglas Rodrigues. O caso será descrito com a sequência de acontecimentos expostos de maneira cronológica e com datas, com o objetivo de melhor entendimento de todo o processo de constituição da Casa da Árvore até a situação atual (agosto de 2018).

²¹ Entrevista realizada pela autora no dia 14 de junho de 2018.

abastecimento de água nem luz elétrica, os moradores utilizavam banheiros de estabelecimentos das proximidades e faziam a iluminação com lanternas e lâmparinas. Na frente da casa foi feito um jardim com grama doada pelos vizinhos e Douglas construía canteiros feitos com molduras de quadros coletadas do lixo e demais materiais.

O jardim era também um espaço de experimentação e criatividade na elaboração das soluções espaciais. A respeito dos materiais utilizados na construção da casa:

Temos a total ciência que por ser área pública e ocupada, não podemos de forma alguma neste endereço ter alvenaria, também resolvemos que não temos cercas, muros, grades ou qualquer outro tipo de material que cerque o espaço que habitamos.²²

Observa-se que desde o início a intenção dos moradores era manter o espaço acessível, não inserindo barreiras físicas para cercar a construção. Os moradores, por trabalharem com coleta e em busca de materiais que serviriam para a edificação da casa, perceberam a grande quantidade de livros que eram jogados no lixo. Isso despertou um movimento de recolher os livros e deixá-los expostos na frente da casa, para que pudessem ser adquiridos por quem se interessasse. Com o tempo, a coleta e disponibilização de livros se tornaram a motivação principal dos moradores da Casa. Ao todo, arrecadaram um total de dois mil livros, construindo um verdadeiro acervo aberto à consulta (figuras 7 e 8) e posteriormente criaram um sistema de empréstimo, funcionando como uma pequena biblioteca pública e comunitária. Algumas outras atividades eram combinadas com os demais usos, como o corte de cabelos, serviço oferecido esporadicamente por Douglas que já havia trabalhado como cabeleireiro, mas, gradativamente, a biblioteca foi se sobressaindo em relação às demais finalidades.

Aos poucos, a casa da árvore foi se tornando um espaço que despertava curiosidade entre os transeuntes e dividia opiniões a respeito de sua inserção. Por estar localizada numa avenida movimentada próxima a edifícios residenciais e comerciais em um bairro de classe média, alguns moradores reclamavam que a casa gerava poluição visual na região, apresentando considerações higienistas e até mesmo preconceituosas. Parte dos comerciantes do entorno sentiram-se incomodados com a ocupação, devido ao fato de não haver mais possibilidade

²² Publicação na página do Facebook da Casa da Árvore. Disponível em: <https://www.facebook.com/defendoacasadaarvore/>. Acesso em: jun 2018

de parar carros no local e alegaram que o espaço estava sendo usado como ponto de tráfico de drogas. O fato da iniciativa ser protagonizada por pessoas em situação de rua coloca em evidência o quanto elas podem ser estigmatizadas e muitas vezes, criminalizadas devido a essa condição.

A relação entre a Casa da Árvore e a vizinhança era ambígua, havendo muitos moradores que apoiavam a iniciativa e outros que desejavam sua retirada. A Secretaria de Administração Regional Oeste, juntamente com o respaldo de alguns comerciantes locais, iniciou um processo para remoção da Casa da Árvore.

No final de agosto de 2017, os favoráveis à manutenção da casa, ao saberem da possibilidade da retirada da construção, instituíram um movimento de apoio à Casa da Árvore, composto por moradores do bairro Nova Granada e bairros vizinhos e integrantes do bloco de carnaval Unidos do Oeste. Segundo a psicóloga Neide Pacheco, uma das mais atuantes do grupo, o bloco de carnaval realizava ensaios nas praças dos bairros da região oeste e por isso, já tinham conhecimento da Casa e a consideravam um ponto de cultura para o bairro. Decidiram então, prestar apoio aos moradores da Casa da Árvore para evitar que fossem removidos. A primeira ação de mobilização foi um ensaio do bloco Unidos do Oeste no local da casa, e, a partir desse evento, começaram a convidar pessoas para integrar o grupo de apoio, como profissionais da Pastoral de Rua, Ministério Público, Promotoria de Direitos Humanos, advogados, dentre outros.

No dia 06/09/2017, o grupo iniciou um abaixo assinado sugerido pelos moradores da casa que conseguiu coletar mais de 800 assinaturas em prol da manutenção da Casa da Árvore (figura 9). Alguns dias depois, no dia 13/09/2017, os moradores receberam uma notificação extrajudicial solicitando a desocupação do local num prazo de dois dias, sob pena de multa no valor de R\$1585,55 (Anexo A). A ação de despejo enviada à Casa da Árvore é uma ação administrativa, ou seja, trata-se de um pedido de despejo sem ordem judicial, com o objetivo de desobstruir o logradouro público.



FIGURA 3: Vista da Casa da Árvore
Fonte: Lucas D'ambrosio, 2017.



FIGURA 4: Localização da Casa da Árvore
Fonte: Google Earth com intervenções da autora, 2018.



FIGURA 5 Uso do espaço antes da construção Casa da Árvore
Fonte: José Flavio Meirelles, 2015.



FIGURA 6 Idealizadores da Casa da Árvore
(Greice Hellen, Warlen Santos e Douglas Rodrigues, respectivamente)
Fonte: José Flavio Meirelles, 2015.



FIGURA 7 Acervo de livros na entrada da casa
Fonte: Página do Facebook da Casa da Árvore.



FIGURA 8 Placa de identificação para a troca e doação de livros
Fonte: Página do Facebook da Casa da Árvore.

Em relação a esse tipo de despejo, no ano de 2017 já havia acontecido uma remoção de pessoas em situação de rua que moravam debaixo do Viaduto Amazonas, localizado na avenida Silva Lobo, no mesmo bairro da Casa da Árvore. O núcleo jurídico do movimento Brigadas Populares²³ elaborou um parecer-protesto contra esse tipo de conduta administrativa da Prefeitura de Belo Horizonte denunciando a inconstitucionalidade dessa prática.

Ao longo dos meses de junho e julho de 2017, a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), por via da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, a Secretaria Municipal de Políticas Sociais, a Secretaria Municipal Adjunta de Fiscalização (SMAFIS) e a Guarda Municipal, tem colocado em prática diversas ações de cunho higienista, direcionadas a grupos historicamente considerados marginalizados, a exemplo de trabalhadoras e trabalhadores informais, de moradoras e moradores em situação de rua e dos sem-tetos. Entre outras formas, tais ações são concretizadas por meio de condutas violentas e unilaterais de recolhimento de mercadorias e de instrumentos de trabalho, de “batidas” e averiguações preconceituosas, visando coibir a permanência e frequência dos indivíduos socialmente excluídos em certos locais da cidade e, ainda, por despejos administrativos flagrantemente ilegais.²⁴

O mesmo recurso foi utilizado para despejar os moradores da Casa da Árvore. Em resposta, os moradores redigiram uma carta enviada ao secretário regional. No último parágrafo da carta, fica elucidado o apoio que recebiam de algumas pessoas e como isso os incentivava a continuar o projeto.

Nós como cidadãos e moradores de Belo Horizonte, pedimos que seja reavaliada a notificação, já que não oferecemos risco à sociedade, não passamos por cima de nenhuma ordem judicial referente a conduta da casa, não a utilizamos para nenhum tipo de atitude que apoie a violência ou a criminalidade. E que possamos continuar com nosso trabalho tão bem aceito e aplaudido pela sociedade que apoia e nos incentiva pela valorização da educação pelos livros...²⁵

²³ Brigadas Populares é uma organização militante, popular e de massas cujo “ objetivo estratégico é contribuir para a superação da dependência brasileira e a formação de um regime político soberano, popular e democrático. Esta formulação é sistematizada no lema brigadista: Unidade Aberta por uma Nova Maioria. Significa a formação de um amplo campo político capaz de se consolidar como alternativa real de emancipação do povo brasileiro, contra os interesses da Casa Grande brasileira, a minoria proprietária e dominante”. (brigadaspopulares.org.br). Disponível em: < <https://brigadaspopulares.org.br/>> Acesso em jul 2018.

²⁴ Disponível em: <<https://brigadaspopulares.org.br/despejos-administrativos-ilegalidade-e-inconstitucionalidade/>>

²⁵ Página do Facebook do Grupo de Apoio da Casa da Árvore. Disponível em: <<https://www.facebook.com/defendoacasadaarvore/>> Acesso em: jun 2018

Na mesma data, foi criada uma página no Facebook com o objetivo de "unir os cidadãos que apoiam a Casa da Árvore, a favor de outras formas de viver a/na cidade". A página, que possui mais de 2800 curtidas, divulga eventos destinados ao suporte e permanência da Casa e é administrada pelo Grupo de Apoio (FIGURA 10).



FIGURA 9 Placa de divulgação do abaixo assinado em prol da permanência da Casa da Árvore
Fonte: Página do Facebook da Casa da Árvore



FIGURA 10 Placa contendo divulgação da hashtag criada para apoiar a permanência da Casa da Árvore
Fonte: Página do Facebook da Casa da Árvore

A vereadora Áurea Carolina (PSOL), demonstrou apoio público à manutenção da casa e em postagem em sua página do Facebook esclareceu:

A partir da leitura esmiuçada do Código de Posturas de Belo Horizonte e da audiência pública sobre despejos administrativos - que aconteceu na Câmara Municipal, no dia 7 de agosto, a partir de um requerimento feito pelo nosso mandato coletivo - há o entendimento de que quando o local se configura em moradia, como é a Casa na Árvore, não se pode fazer um despejo sem ordem judicial. Além disso, a notificação tem que ser enviada com um prazo de 30 dias até o cumprimento do despejo, e não 2 dias, como foi feito. Ainda, ao final desse prazo de 30 dias, a prefeitura é obrigada a entrar com uma ação judicial demolitória

Somos contra qualquer tipo de despejo, principalmente quando se trata de um espaço que se abre à cidade como ponto de cultura, que abre suas portas para a literatura e para as artes. A prefeitura utiliza, mais uma vez, o recurso de despejo administrativo como tentativa de intimidação e retirada de pessoas das suas moradias.²⁶

Para Anito Mário Mendes, integrante do Grupo de Apoio à Casa da Árvore e morador da região desde que nasceu, o pedido de remoção da Casa da Árvore por parte dos comerciantes é hipócrita, pois muitos deles já se apropriaram de áreas públicas do bairro. O advogado que também é militante do movimento Parque Já²⁷ realiza uma pesquisa desde 2012 em cartórios de registros e no Arquivo Público com o intuito de fazer um levantamento dos terrenos públicos nos bairros Nova Granada e Jardim América. De acordo com o levantamento pessoal de Mário²⁸ com plantas adquiridas pela Administração Regional juntamente com seu conhecimento pessoal da área, a Avenida Barão Homem de Melo, inaugurada em 1985 foi construída sobre o córrego das Piteiras, um dos afluentes do Ribeirão Arrudas. A avenida foi projetada para ter quatro pistas, o que demandou um processo de remoção das famílias que residiam na *Vila Beira do Córrego* ou *Vila Amaral*, ocupada na década de 1950. Parte dos terrenos eram de propriedade pública e foram ocupados, enquanto a outra parte foi comprada pela empresa Comiteco. No entanto, a avenida foi inaugurada na década de 1980 com apenas duas pistas, deixando a área que havia sido desapropriada – cerca de cinco metros de afastamento de cada lado da avenida – desocupada. Dessa forma, segundo Mário, grande parte dos terrenos foram apropriados por proprietários comerciais e residenciais que se apossaram de terras públicas para fins particulares. Sob essa perspectiva, todos os terrenos lindeiros à Avenida Barão Homem de Melo, inclusive dos empreendimentos que são contra

²⁶ Perfil do Facebook da vereadora Áurea Carolina. Disponível em: <<https://www.facebook.com/aureacarolina/>> Acesso em: abr 2018.

²⁷ O Parque Já é um movimento em defesa de uma das últimas áreas verdes permeáveis da região oeste de Belo Horizonte que está sob ameaça de desmatamento para construção de um empreendimento imobiliário.

²⁸ Parte das informações foram retiradas do “Dossiê da Casa da Árvore”, onde Mário descreve um pouco da construção da Avenida Barão Homem de Melo e em entrevista realizada pela autora no dia 14 de junho de 2018

a permanência da Casa da Árvore seriam de propriedade do município, o que tornaria o pedido de despejo uma ação hipócrita por parte dos comerciantes.

De todo modo, o Grupo de Apoio buscou alternativas para alocar os idealizadores da Casa da Árvore com a Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Familiar, e Cidadania (SMASAC), caso o processo de remoção se efetivasse. Os moradores da Casa se dispuseram a abrir mão do espaço enquanto moradia, desde que a biblioteca comunitária se mantivesse no local, preservando seu valor e função social no bairro. Em entrevista²⁹ Douglas comenta que a Casa estava se constituindo como um espaço de referência para a população em situação de rua, servindo como um ponto de apoio e diálogo entre eles.

Foram organizados eventos para dar visibilidade à iniciativa e fortalecer a rede de apoio. No domingo do dia 24/09/2017 foi realizada uma oficina de percussão, ministrado pelos blocos de carnaval da região oeste, juntamente com um café da manhã coletivo e solidário (figuras 11 e 12). Também foram coletadas doações de livros, quadros e confeccionadas camisetas com dizeres em apoio à permanência da biblioteca.



FIGURA 11 Café da manhã solidário em apoio à Casa da Árvore realizado no dia 24/09/2017
Fonte: Página do Facebook da Casa da Árvore

Nesse mesmo dia, após a finalização do evento, ocorreu um incêndio que reduziu a Casa da Árvore às cinzas (figuras 13,14 e 15). A polícia militar foi ao local e conforme boletim de ocorrência efetuado, constatou que o incêndio teria sido criminoso (Anexo B).³⁰

²⁹ Entrevista realizada pela autora no dia 14 de junho de 2018.

³⁰ Os incêndios (criminosos ou não) já foram constatados em outros espaços ocupados em Belo Horizonte, como nos edifícios "Torre Gêmeas" no bairro Santa Tereza em 2010 e na ocupação Willian Rosa, na região

Ironicamente, havia uma reunião agendada com o vice-prefeito Paulo Lamac (REDE) para o dia 27/09/2017 para uma conversa a respeito do despejo, ou seja, justamente três dias após o ocorrido. As duas árvores que envolviam a estrutura da casa foram severamente queimadas e o acervo de livros construído coletivamente ao longo de quase dois anos, juntamente com todos os pertences dos moradores, foi destruído. O criativo espaço que aquele grupo de pessoas se empenhou em construir e ressignificar, em poucas horas desapareceu.

Na manhã seguinte, dia 25/09/2017 foi feita uma manifestação de repúdio ao incêndio e um grande abraço simbólico e coletivo no espaço que antes contemplava um ponto de cultura. Poucos momentos após a limpeza realizada pela SLU (Serviço de Limpeza Urbana), o local voltou imediatamente a ser utilizado como estacionamento de veículos particulares (figura 16).

A reunião ocorrida no dia 27/09/2017 no gabinete do vice-prefeito Paulo Lamac reuniu, além dos próprios moradores e do grupo de apoio à Casa da Árvore, membros da Pastoral de Rua, da Defensoria de Direitos Humanos (DPDH), de associações de bairros da região oeste, do Centro Nacional de Defesa dos Direitos Humanos da População em Situação de Rua e dos Catadores de Materiais Recicláveis (CNDDH) e do Coletivo 1207, juntamente com a secretária municipal de Políticas Sociais, Maíra Colares, a secretária de Política Urbana Maria Caldas, o diretor da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), Marcelo Bones e a defensora pública Júnia Roman. Após exposição dos relatos dos envolvidos evidenciando que o foco principal na continuidade da iniciativa não era em relação à moradia, mas à biblioteca comunitária construída e gerida coletivamente, ficou decidido que a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) disponibilizaria equipe técnica – arquitetos urbanistas da Secretaria de Política Urbana – para realização colaborativa com os moradores e apoiadores de um projeto de reconstrução denominado "Biblioteca Pública Casa da Árvore". No mesmo dia foi divulgada no site da PBH a notícia de reconstrução da Casa da Árvore, oficializando a decisão.



FIGURA 12 Café da manhã solidário em apoio à Casa da Àrvore realizado no dia 24/09/2017
Fonte: Página do Facebook da Casa da Àrvore



FIGURA 13 Incêndio que destruiu a Casa da Àrvore
Fonte: Flávio Tavares, 2018



FIGURA 14 Incêndio que destruiu a Casa da Árvore
Fonte: Flávio Tavares, 2018



FIGURA 15 Incêndio que destruiu a Casa da Árvore
Fonte: Flávio Tavares, 2018



FIGURA 16 Carros estacionados no local onde havia a Casa da Árvore pouco tempo após o incêndio.
Fonte: Neide Pacheco, 2017.

O vice-prefeito afirmou que "é possível agregar a experiência já vivida no local com a adequada utilização do espaço público, em conformidade com o ordenamento urbano"³¹, deixando claro a importância em se manter a ordem no espaço público. Em relação à acomodação dos antigos moradores da Casa, houve a sugestão de colocá-los na lista de espera de albergues de outros bairros, por não haver albergues na região oeste. Em publicação na página do Facebook da Casa da Árvore, esclareceram:

Na audiência disseram que iam ver as condições de inseri-los no programa "Aluguel Social" que assegura a locação de um imóvel para os quatro atingidos pelo incêndio. Ocorre que o programa não tem vaga e há uma fila de espera grande. Os albergues noturnos também estão cheios e ficam distantes. Na nossa região Oeste não tem nenhum aparato pra abrigar nem gerar trabalho na reciclagem.³²

No dia seguinte, 28/09/2017, foi realizada uma reunião a respeito do encaminhamento do projeto da Casa da Árvore na sede da Regional Oeste, com a presença de membros da Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano (SMAPU), Secretaria Municipal de Assistência Social, Segurança Familiar, e Cidadania (SMASAC), Fundação Municipal de Cultura, Coletivo 1207, Associação Comunitária Social Cultural Desportiva Gameleira/Nova Suíça, Angélica – que não é vinculada a nenhuma associação – e José Nicolau de Abreu, assessor parlamentar do vereador Pedro Patrus (PT). Apenas Douglas dentre os moradores esteve presente e fez algumas sugestões a respeito do novo projeto. Em relação à estrutura, ele disse que acharia interessante se a casa fosse feita de containers, que poderiam ser empilhados e conectados internamente, pois já tinham o contato de uma pessoa que faria a doação dos módulos. No entanto, a ideia logo foi descartada devido aos supostos problemas de iluminação e ventilação apontados pela técnica da prefeitura. O prazo estabelecido pela SMAPU foi de apresentar um projeto nos próximos 20 dias após a reunião, aproximadamente. Ficou acordado que a biblioteca não teria função de moradia e seria um espaço apenas para fins culturais. Essa decisão de tornar a Casa da Árvore em uma mera biblioteca convencional elimina as relações e construções coletivas que foram feitas pelos moradores, pois a biblioteca comunitária não faz sentido sem a casa.

³¹ Disponível em: < <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/casa-da-arvore-recebera-projeto-urbano-e-sociocultural> > Acesso em: ago 2018.

³² Publicação na página do Facebook da Casa da Árvore do dia 26 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.facebook.com/defendoacasadaarvore/>. Acesso em: jun 2018

Passados dois meses após o incêndio, a prefeitura ainda não havia entrado em contato para apresentação do novo projeto arquitetônico. O Grupo de Apoio enviou um ofício na Regional Oeste e ao gabinete do vice-prefeito cobrando esclarecimentos sobre o projeto, mas não obtiveram retorno. Dia 25/11/2017 (figura 17) foi realizado um grande ato festivo como forma de protesto, tanto pela destruição possivelmente criminosa da Casa da Árvore incendiada, como pelo descaso do poder público na reconstrução.

O evento teve a participação do bloco de carnaval Pena do Pavão de Krishna (PPK) e outros blocos de carnaval como forma de apoio e maior visibilidade para a situação. Foi divulgada essa nota na página do Facebook:

O dia de hoje, 25 de novembro, foi de protesto e indignação pelos dois meses do incêndio. Estamos a dois meses aguardando respostas da Administração Regional Oeste, do vice prefeito, Paulo Lamac, das secretárias de governo do Kalil, que estiveram reunidos com os atingidos pelo incêndio junto com vários representantes da sociedade civil, de onde saiu a proposta da PBH reconstruir uma Biblioteca comunitária no local da casa incendiada. Queremos respostas. Não vamos desistir³³



FIGURA 17 Evento marcando dois meses do incêndio realizado no dia 25/11/2017
Fonte: Página do Facebook da Casa da Árvore

³³ Postagem da página do facebook da Casa da Árvore. Disponível em: <https://www.facebook.com/defendoacasadaarvore/>. Acesso em: jun 2018

No dia 26/12/2017, foi protocolado no gabinete do vice-prefeito, Paulo Lamac, um relatório denominado "Dossiê da Casa da Árvore". O dossiê de mais de 50 páginas contém informações acerca da Casa da Árvore desde a sua construção, além de reunir um conjunto de notícias sobre a Casa que foram veiculadas em jornais, revistas e sites. A intenção com a elaboração do documento era dar mais subsídio e legitimidade para a reconstrução da biblioteca, até então ainda não iniciada.

4.1.2. O Novo Projeto da Prefeitura

Depois de meses entrando em contato com a prefeitura e solicitando previsões a respeito do projeto, as tentativas não foram exitosas. Somente no mês de abril de 2018, sete meses após o incêndio, o grupo de apoio à Casa da Árvore teve acesso ao projeto da prefeitura, encaminhado por email através da equipe do gabinete do Pedro Patrus, conhecido de um dos integrantes. Percebe-se que o conhecimento do projeto partiu de iniciativa do grupo que por meio de vias indiretas, conseguiu ter acesso ao material. Sequer uma reunião foi convocada pela prefeitura para apresentação do novo projeto, haja vista que a proposta inicial era a elaboração colaborativa entre os moradores e os arquitetos da SMAPU. Além de não serem incluídos no processo de elaboração da proposta, o que foi enviado não condiz com o que ficou acordado na reunião.

O material elaborado pela equipe da prefeitura e recebido pelo Grupo de Apoio consiste em uma série de desenhos técnicos que integram o projeto³⁴ de uma pequena praça (figura 18), com bancos de concreto e detalhamento de um módulo de exposição de livros (figura 19). Tal módulo resume-se a um mobiliário urbano feito de material metálico “similar a um armário”, como descreveu uma das responsáveis pelo projeto, que tem a função de expor os novos livros para que as pessoas possam acessar. Nota-se que o acordo selado na reunião do dia 27/09/2017 previa a reconstrução da "Biblioteca Comunitária Casa da Árvore", proposta que está muito distante da apresentada. Os interesses e desejos dos idealizadores da Casa definitivamente não foram contemplados. Em nenhum momento o objetivo dos moradores

³⁴ Esse entendimento do projeto arquitetônico somente foi possível mediante à minha participação no processo, no qual fiz uma leitura da planta técnica e repassei para os integrantes do grupo de apoio. A necessidade de um técnico para leitura da planta reforça a necessidade de uma reunião para apresentação e explicação do projeto por parte da equipe da PBH, o que não ocorreu.

foi a construção de uma praça no local, mas um espaço compartilhado e comunitário, como havia sido a Casa da Árvore. O projeto institucional desconsidera não somente as intenções dos envolvidos, como toda a rede de relações que havia sido construída em torno e a partir da Casa. Após a interferência da prefeitura, essa construção coletiva foi deixada de lado para dar lugar a um projeto convencional e padronizado de espaços públicos. No novo projeto, as árvores, símbolo do antigo espaço, foram retiradas.



FIGURA 18 Planta referente ao projeto de reforma elaborado pela prefeitura.
 Fonte: Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano, 2018.

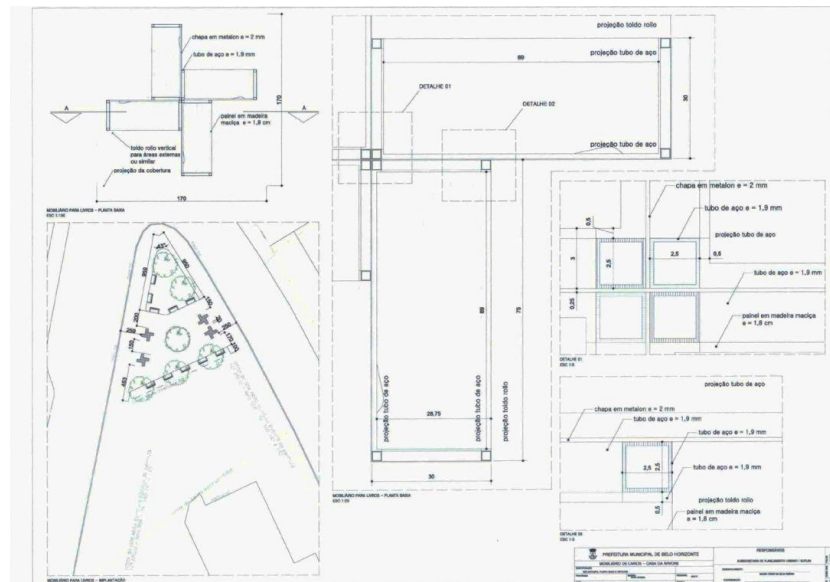


FIGURA 19 Detalhamento do novo mobiliário proposto
 Fonte: Secretaria Municipal Adjunta de Planejamento Urbano, 2018.

Em uma conversa com Douglas a respeito do projeto ele comenta: "o poder público ganhou tempo com a gente, para abafar, esquecer a história, eles nunca tiveram a intenção de reconstruir a Casa"³⁵. Devido a falta de diálogo por parte da prefeitura e o descaso com o acordo realizado em reunião, os antigos moradores da Casa da Árvore não se identificaram com o novo projeto. Douglas alegou não querer nenhum tipo de envolvimento com a nova proposta:

O que eles estão fazendo ali não tem ligação nenhuma com o que era antigamente, tanto é que as pessoas passam e falam que o pessoal da Casa da Árvore agora está aqui –referindo-se ao novo local de moradia –, porque tem identidade, tem a marca. Fazer de concreto é fácil, uma coisa que tem uma luta, que tem uma história é diferente. A gente teve muito trabalho.³⁶

Ao entrar em contato com a diretoria de Urbanismo e Espaço Público da SMAPU³⁷, responsável pelo projeto técnico enviado, fui informada que inicialmente havia sido elaborado um estudo preliminar seguindo a sugestão do Douglas e utilizando containers como base da estrutura da biblioteca. Essa proposta, no entanto, não foi aprovada pelos secretários municipais, sob a justificativa de falta de segurança e manutenção, por se tratar de um espaço que teria a necessidade de ser fechado durante a noite. Foi alegado não haver recursos disponíveis para contratação de um funcionário para gerir o espaço – ignorando a possibilidade de Douglas exercer essa função – afinal, é necessário uma pessoa que tenha vínculo com a prefeitura para esse tipo de gestão. Foi solicitado, então, que o estudo preliminar fosse alterado para uma conformação que não necessitasse de um intermediário. Importante ressaltar que todo esse processo ocorreu sem o conhecimento dos idealizadores da Casa da Árvore, que não foram contatados em nenhum momento pela prefeitura, pelo contrário, eram ignorados quando buscavam informações a respeito, segundo relatos de Neide Pacheco. A solução escolhida foi a instalação de mobiliários urbanos para exposição de livros, ao invés de uma biblioteca. Quando questionada a respeito do envolvimento dos idealizadores na concepção do projeto, foi dito que a responsabilidade da SMAPU era apenas a elaboração do projeto arquitetônico e que a função de diálogo com os envolvidos ficava a cargo da SMASAC. O projeto da praça já está sendo executado sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura (SMOB) e Superintendência de

³⁵ Depoimento de Douglas em entrevista realizada pela autora no dia 14 de junho de 2018.

³⁶ Depoimento de Douglas em entrevista realizada pela autora no dia 14 de junho de 2018.

³⁷ Entrevista realizada pela autora com a diretora Laila Faria no dia 4 de julho de 2018.

Desenvolvimento da Capital (SUDECAP) e tem planejamento de ser concluído em outubro de 2018 (figuras 20 e 21).



FIGURA 20 Reunião no local da antiga Casa da Árvore
Fonte: Marcelo Bones, 2018.



FIGURA 21 Mobiliário para exposição de livros
Fonte: Marcelo Bones, 2018.

4.1.3. A Casa do Saber

Desde a destruição da Casa da Árvore, Douglas voltou a morar nas ruas, mas não perdeu sua motivação. Alguns quarteirões à frente, ainda na Avenida Barão Homem de Melo, encontrou outro espaço subutilizado próximo à uma encosta. Dessa vez, o local não era localizado na frente de empreendimentos comerciais e tinha uma menor visibilidade, numa tentativa de amenizar possíveis conflitos como os que já haviam ocorrido. O pequeno espaço estava sendo utilizado como depósito de lixo e, novamente, Douglas resolveu dar um novo uso. Iniciou uma nova construção utilizando materiais descartados, da mesma forma que fez anteriormente, mas, dessa vez, executou tudo sozinho. Os outros idealizadores acabaram se dispersando e seu contato com eles era esporádico.

Douglas denominou a nova construção como *Casa do Saber* (figura 22), como maneira de dar continuidade ao projeto de biblioteca comunitária, mesmo em outro local sem a presença das árvores que se tornaram identidade da proposta inicial. O novo espaço era uma clara tentativa de reerguer e renascer uma proposta que foi destruída de maneira tão trágica. De acordo com ele, "depois da casa da árvore, a maioria dos usuários de drogas e moradores de rua da região passaram a ler e a guardar os livros"³⁸. Dessa forma, começou a coletar livros novamente e a receber doações para compor o novo acervo. O plano foi fazer o projeto “renascer das cinzas” como definiu Douglas.

Na frente da nova casa, fez uma prateleira para deixar os livros expostos para quem quisesse levar (figura 23). Após alguns meses que Douglas estava instalado no local, foi contatado por um homem que se dizia dono do lote. Mesmo se tratando de uma pequena porção de terra, no alinhamento da Avenida Barão Homem de Melo entre a calçada e uma encosta – parecendo ser uma área pública – o suposto proprietário alegou que a parcela fazia parte do terreno localizado atrás da encosta, onde reside há mais de 50 anos. No primeiro contato não foi solicitado que Douglas se retirasse do local, permanecendo por mais algumas semanas. Na segunda visita, no entanto, o proprietário exigiu que Douglas desocupasse o

³⁸ Depoimento de Douglas em entrevista feita pela autora no dia 14 de junho de 2018.

local e ofereceu uma quantia de dinheiro como forma de indenização. Mais uma vez, Douglas foi expulso de sua moradia.

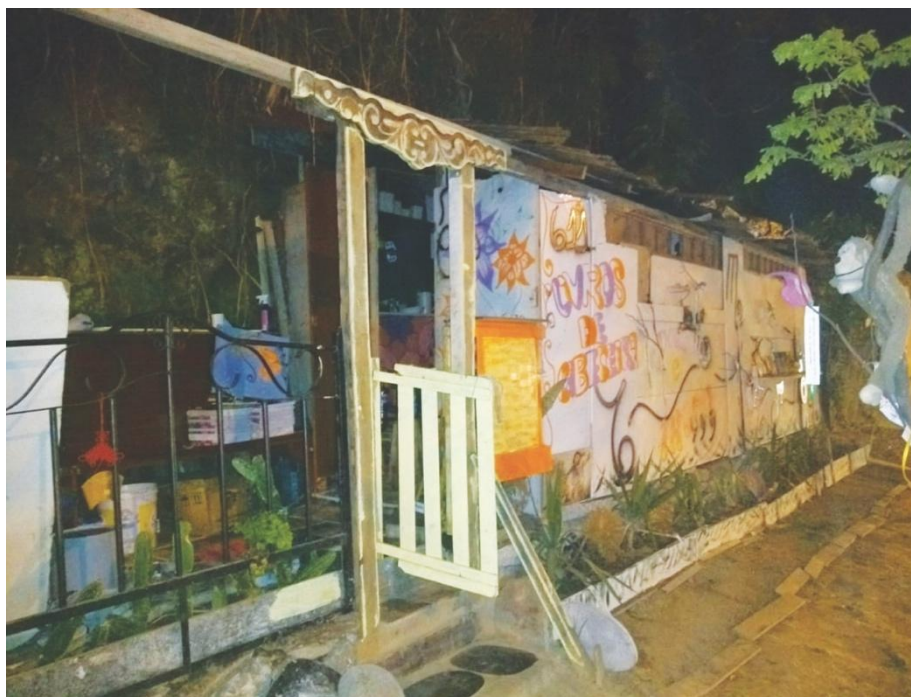


FIGURA 22 Casa do Saber
Fonte: Patrícia Mattos, 2018



FIGURA 23 Livros disponíveis na Casa do Saber
Fonte: Patrícia Mattos, 2018

4.1.4. Reflexões sobre o processo

A especificidade do caso da Casa da Árvore vem do fato de ter se configurado um espaço público a partir de uma necessidade privada, a moradia. Um processo que se iniciou a partir de uma demanda individual, tornou-se coletivo e, sobretudo, público. Douglas, Warlei, Marlon e Greice construíram mais do que uma residência, mas um espaço de encontro, cultura, educação e compartilhamento. A experiência incita uma discussão acerca das liminaridades entre o público e o privado, tanto em relação ao uso, quanto à propriedade. Quais tipos de uso são reconhecidos coletivamente como públicos e sob quais critérios? Afinal, quem tem direito de usar e gerir o espaço público?

Além disso, a Casa teve a capacidade de conferir um uso realmente público a um espaço que já tinha a propriedade assegurada de domínio público, ou seja, atribuiu novo sentido ao espaço, decerto, mais democrático. A subutilização do espaço público, nesse caso, foi uma precondição para que ele fosse apropriado, conferindo um novo uso ao local e ressignificando seu entorno. Como Douglas bem coloca, trata-se da construção coletiva de um espaço efetivamente público, de intercâmbios e trocas, visto que o uso anteriormente destinado ao estacionamento de veículos de clientes do comércio local, não condiz com a noção de uso público aqui defendida e diz respeito a um uso particular.

Neste pequeno espaço público, antes esquecido pelo poder público, com muito esforço e dedicação e carinho, criamos um espaço realmente público, destinado à cultura, pois, o saber não ocupa espaço.³⁹

Não há dúvidas de que a Casa da Árvore atribuiu um maior grau de uso público e, portanto, democrático ao local do que havia anteriormente, afinal, foi desenvolvida uma prática que visava o interesse comum e não somente o uso individual. A Casa da Árvore conseguiu abarcar as três dimensões do público definidas a partir das formulações de Mouffe (2005): permitiu a visibilidade de um grupo social marginalizado, ampliou a acessibilidade do espaço e foi construído para a coletividade. A questão da visibilidade é, na realidade, muito cara aos moradores em situação de rua, pois há uma clara tentativa de ocultamento dessa parcela da população que deve permanecer nos locais mais escondidos da cidade para existir. Sendo o principal alvo das estratégias de *sadismo urbanístico*, pessoas em situação de vulnerabilidade social e que moram nas ruas necessitam procurar abrigo de alguma forma. Certamente, a

³⁹ Depoimento dado ao Jornal Minas exibido no dia 21 de junho de 2017. Disponível em:<<https://www.youtube.com/watch?v=YFJpggrqK7M>> Acesso em: jul 2018.

decisão ousada de Douglas, Warlei, Marlon e Greice em construir uma casa na árvore em num espaço tão visível quanto aquele, foi interpretado como um ultraje por muitos vizinhos. Ocorre que, consoante com a tradição urbanística de Belo Horizonte, os pobres e moradores em situação de rua não combinam com o ideal de higiene da cidade. Houve relatos contados pelos integrantes do Grupo de Apoio de vizinhos, alegando que a Casa gerava uma poluição visual para o local. Além dos estigmas e preconceitos que a população em situação de rua é alvo, a novidade do espaço foi motivo de incômodo para uma parcela da vizinhança, como pode ser visto nessa fala de um morador da região:

Incomoda bastante, porque aqui é uma região comercial né e a gente está tendo muita dificuldade, primeiramente para a locação dos imóveis na região, eles incomodam os comerciantes, ficam pedindo. Infelizmente o local virou ponto de tráfico de drogas.⁴⁰

A questão do tráfico de drogas nunca foi comprovada, segundo Neide Pacheco. Em uma entrevista para um jornal local⁴¹, Douglas confirma ser usuário de drogas, mas isso não confirma a acusação de comercializarem entorpecentes. Parece que essa suspeita foi utilizada pelos comerciantes locais como justificativa pelo desconforto causado pela Casa da Árvore, independente da veracidade do fato. Essa situação assemelha-se à atitude *Not in my backyard* (NIMBY), traduzida como *Não no meu quintal* que ficou conhecida pela oposição seletiva de vizinhanças a projetos e empreendimentos considerados indesejados próximos às suas casas, que vão desde bares até moradias sociais. “O clamor Nimby pode revestir-se de valores universalistas, de aceitação ampla (como a preservação ambiental ou histórica), ou carregar, ao contrário, bandeiras de interesse local, por vezes válidas, por vezes motivadas por preconceitos e sectarismos” (YANG, 2016, n.p.). Muitas vezes esse tipo de mobilização não discute o conteúdo das intervenções ou definem motivos muito consistentes para se opor a elas, apontando como solução simplesmente a transferência para outros locais da cidade, ou seja, as construções ainda podem ser feitas, desde que, literalmente, não seja no meu quintal. Em São Paulo, moradores de Higienópolis foram contra a construção de uma estação de metrô na vizinhança, alegando o provável aumento da violência urbana na região. Esse tipo de solução não parece razoável, uma vez que visa o *bem-estar* – que é profundamente questionável – de um grupo restrito de pessoas que usam justificativas muitas vezes preconceituosas e motivações individualistas para transferir supostos

⁴⁰ Depoimento anônimo dado à reportagem do Jornal da Alterosa no dia 20 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www.alterosa.com.br/programas/jornal-da-alterosa/moradores-de-rua-constroem-casa-na-arvore-em-bh-2/>> Acesso em: jun 2018.

⁴¹ Idem.

problemas para outros lugares. O interesse privado – que vai além do individual – é, em muitos casos, como na Casa da Árvore, motivação maior do que o interesse comum e algumas pessoas não estão dispostas a fazer concessões, mesmo que isso signifique apenas tolerar uma presença indesejada. A Casa da Árvore, no momento em que transcendeu de moradia à biblioteca comunitária, certamente expandiu sua função social e beneficiou a vizinhança.

A iniciativa coloca em questionamento o próprio entendimento de espaço público. Foi possível identificar uma divergência de visões a esse respeito. Os que apoiavam a Casa da Árvore acreditavam que aquele era um espaço público legítimo e que representava muito mais do que apenas uma solução de moradia para pessoas em situação de rua. Na verdade, eles reconheciam a qualidade dessa iniciativa: um espaço que foi construído de maneira autônoma e coletiva por moradores em situação de rua que transformaram um local subutilizado em espaço público e ponto de cultura para o bairro. Os contrários à Casa tinham a visão de que a proposta prejudicava as atividades comerciais e imobiliárias da região, evidenciando uma preocupação econômica, com receio de possíveis prejuízos financeiros oriundos da situação – mesmo não sendo comprovado se isso de fato estaria ocorrendo. Alguns vizinhos diziam que os moradores não tinham direito de ocupar aquele espaço, por se tratar de uma área pública. Esse argumento é curioso, pois está implícita uma noção de espaço público que confere legitimidade a certos tipos de uso – como o estacionamento de carros que ocorria anteriormente – e deslegitima outros – como o uso coletivo por moradores em situação de rua. O fato do espaço também ser utilizado como moradia foi uma das principais questões que causou polêmica entre a vizinhança.

No entanto, acredita-se que a acessibilidade do espaço foi ampliada após a construção da Casa, mesmo um dos usos sendo para fins de moradia. Como dito, a casa se expandiu e se tornou biblioteca pública, aumentando o acesso aos pedestres e excluindo a possibilidade de estacionar carros. Como o carro é um veículo de uso predominantemente privado e individual, a possibilidade de ter acesso a pé é, sem dúvida, uma escolha mais democrática que a primeira. Nesse sentido, o aspecto da coletividade também foi potencializado, pois mais pessoas passaram a frequentar e utilizar o local. Durante o processo, foi possível perceber uma hierarquização dos usos no espaço público que não apareceu de forma explícita, mas que se revelou à medida que a Casa da Árvore foi se consolidando. A priorização e naturalização do uso dos veículos nas ruas e áreas públicas fica evidente nessa situação. Não havia uma discussão entre os moradores do bairro a respeito da finalidade daquele espaço quando anteriormente era utilizado como estacionamento de carros e depósito de lixo, mas passou a ser considerado um problema ao ser ocupado por pessoas em

situação de rua, chegando ao ponto de iniciar um processo de despejo. Esse caso demonstra a falta de reconhecimento institucional de um projeto auto-gestionado e compartilhado em um espaço público – na verdade, o criminaliza. Mesmo não tendo sido efetivado o processo de despejo, a Casa da Árvore foi destruída em um incêndio bastante suspeito.

O novo projeto da prefeitura foi, então, a manifestação do esforço de normatização do espaço e aniquilação da produção autônoma por parte do poder público. A subdivisão e compartimentação das Secretarias Municipais foi utilizada como justificativa para o não envolvimento do Grupo de Apoio no projeto de reconstrução da Casa da Árvore, mas, na verdade, mesmo que os envolvidos fossem convocados para *opinar* a respeito do projeto – como ficou sugerido em diálogo com a SMAPU – o processo continuaria sendo heterônomo e não colaborativo como havia sido decidido. Além disso, a atuação da PBH desprezou os arranjos já estabelecidos e a capacidade das pessoas se mobilizarem e gerirem o local, sendo que o espaço já havia sido construído e gerido por essas mesmas pessoas. O envolvimento com a prefeitura neutralizou e enfraqueceu os laços criados entre os vizinhos e apoiadores. A inventividade e o conhecimento construtivo dos idealizadores da Casa também foram desconsiderados, na medida em que ficou à cargo exclusivamente da prefeitura a elaboração do projeto arquitetônico e execução da obra. A atuação institucional nesse caso, como em muitos outros, funcionou como forma de desmobilização dos atores, relegados a meros usuários do novo projeto padronizado de praça. A dominação do espaço ainda prevalece na situação da Casa da Árvore, mesmo com muita mobilização e resistência.

O processo de construção da biblioteca comunitária Casa da Árvore, ao contrário do projeto proposto pela prefeitura, foi uma prática cotidiana, na qual os moradores faziam a articulação entre a coleta e seleção de livros que estavam no lixo, ao mesmo tempo em que criavam maiores vínculos com a vizinhança, a partir do recebimento de doações ou mediante abertura do espaço para o uso público. A iniciativa é um exemplo de um processo de ressignificação, invenção e construção cotidiana do espaço que ampliou o aspecto público e a esfera pública democrática.

A Casa representa um duplo exemplo: tanto de construção coletiva e tentativa de democratização do espaço, quanto da dominação política do Estado que deslegitima novos usos e propostas para os espaços públicos, enquadrando processos em projetos técnicos. O descaso da prefeitura em reconstruir a Casa da Árvore não foi exceção ou falha de comunicação entre secretarias, mas é o fundamento da abordagem em relação aos espaços

públicos em Belo Horizonte: amansar antagonismos e doutrinar posturas, atuando em favor das classes dominantes política e economicamente.

4.2. Ocupação da Escola de Arquitetura e Design da UFMG (Ocupa Ead): Ensaio de vida pública

4.2.1. Contextualização: as ocupações secundaristas em São Paulo

A recente onda de ocupações estudantis realizadas no Brasil pode ser dividida em dois momentos distintos: o primeiro deles se refere às ocupações realizadas pelos secundaristas em São Paulo no ano de 2015 (figura 24) e o segundo às ocupações de escolas e universidades em 2016 em âmbito nacional (figura 25).



FIGURA 24 Estudantes da Escola Fernão Dias em Santo André (SP)
Fonte: brasildefato.com.br



FIGURA 25 Prédio CAD 1 (Centro de Atividades Didáticas) da UFMG ocupado
Fonte: Rayder Bragon

As ocupações em escolas no estado de São Paulo ganharam repercussão nacional em novembro de 2015, quando estudantes secundaristas ocuparam mais de 200 escolas contra uma medida de reorganização escolar da rede pública proposta às pressas pelo governo de Geraldo Alckmin (PSDB-SP) que propunha o fechamento de 94 escolas em todo o estado. A medida consiste em uma reorganização na distribuição dos alunos de maneira em que cada unidade escolar passasse a oferecer aulas de apenas um dos três ciclos da educação, ou seja, Ensino Fundamental I, que abrange alunos do 1º ao 5º ano, Ensino Fundamental II com alunos do 6º ao 9º ano ou Ensino Médio. Segundo a Secretaria de Educação o objetivo seria prover um ensino mais focado na faixa etária de cada aluno, respeitando os limites de vagas de cada ciclo. As justificativas apresentadas pela Secretaria para a mudança foram a queda de alunos na rede pública nos últimos vinte anos – cerca de dois milhões de alunos – e a constatação realizada pela CIMA (Coordenadoria de Informação, Monitoramento e Avaliação Educacional), órgão vinculado à Secretaria de Educação, de que o desempenho dos alunos nas escolas de ciclo único seria superior – em torno de 10% acima da média (Januário; Campos; Medeiros, 2016). A proposta previa o fechamento de 94 escolas e não houve nenhum tipo de diálogo com os alunos, diretoria e famílias dos jovens envolvidos. Muitos deles ficaram sabendo da reforma através de notícias de jornais ou televisão que informaram quais mudanças iriam ocorrer no ano seguinte.

Quando anunciada a reorganização pelo governo estadual, a reação dos alunos foi imediata de indignação. Uma série de postagens em redes sociais e abaixo assinados começaram a ocorrer contra a aprovação da medida e as respostas dadas pela Secretaria de Educação (SEE/SP) insinuavam a falta de entendimento dos alunos sobre a proposta. Ao perceberem que não haveria um diálogo efetivo com a Secretaria de Educação que constantemente repetia as mesmas informações, os alunos iniciaram protestos nas ruas de mais de 60 cidades do interior de São Paulo.

Durante seis semanas, os estudantes foram às ruas em quase 200 ocasiões para protestar contra a “reorganização”, eventualmente com a participação de pais e/ou professores. Esses protestos, no que foi possível de ser averiguado, ocorreram a partir de 28/09/2015, contando inicialmente com um protagonismo intenso do interior do estado de São Paulo (JANUÁRIO; CAMPOS; MEDEIROS, 2016, p.9).

Os atos foram desde passeatas até o trancamento de ruas e avenidas, mas a Secretaria de Educação continuava irredutível quando às exigências de suspensão da medida e diálogo com os que seriam atingidos. A “última medida”, segundo os próprios estudantes, foi ocupar as escolas como forma de gerar maior impacto nas negociações.

[...] ao final da primeira semana do movimento, já eram 20 escolas ocupadas; uma semana depois o número passa para 89 ocupações; em apenas dois dias, graças ao boicote ao SARESP, as escolas ocupadas saltam de 116 para 176; o ápice se deu na primeira semana de dezembro (dia 02/12), quando foram registradas 213 ocupações (JANUÁRIO; CAMPOS; MEDEIROS, 2016, p.16)

Apesar das atuações judiciais e policiais movidas pelo governo em resposta às ocupações, a repercussão de tamanha mobilização estudantil foi positiva e teve amplo apoio popular. Isso fortaleceu a manutenção das escolas ocupadas, pois recebiam doações de alimentos, materiais de limpeza e demais necessidades. A pressão política exercida pelas ocupações, juntamente com as ações do Ministério Público e da Defensoria Pública do estado de São Paulo levaram ao governador Geraldo Alckmin a adiar a implementação da medida por um período de um ano e ao pronunciamento de renúncia do cargo do secretário da educação Herman Vorwald.

As ocupações articuladas pelos estudantes em 2015 ficaram conhecidas como *Primavera Secundarista* – em analogia ao movimento do Oriente Médio *Primavera Árabe* de 2011 – e conseguiu suspender, ao menos temporariamente, a implementação da iniciativa que prejudicaria mais de 311 mil alunos e 74 mil professores. A *Primavera Secundarista* foi uma ação política da juventude brasileira importante – e inesperada – e alguns autores, como o filósofo Peter Pál Pelbart, acreditam que o movimento dos estudantes paulistas “passará para a história como um dos gestos coletivos mais ousados da história recente do Brasil” (PELBART, 2016. p.5). Ousados, porque se posicionaram de maneira contundente contra medidas que colocam em risco a qualidade e acesso à educação no país. Com isso, eles demonstraram que diferentemente do que o senso comum prega, os jovens brasileiros de escolas públicas estão interessados em política e estão dispostos a fazê-la com seus próprios corpos.

Entende-se o movimento das ocupações como uma nova forma de ativismo político que não representa somente uma maneira de reivindicar um direito – como acesso à educação – mas que vai além e demonstra “a repugnância pela vida que somos forçados a viver” (COMITÊ INVISÍVEL, 2016. p.57). Repugnância ao modelo de vida tomado como padrão segundo a lógica capitalista, da classe média, criado sob um falso consenso de que todos querem (precisam) ter (consumir) as mesmas coisas e que aniquila e deslegitima outras formas de vida. Dessa forma, a tática de ocupação funciona como "antecipação performativa daquilo que se busca" (ORTELLADO, 2016, p.13), ou seja, o próprio processo funciona como ensaio dos objetivos que estão sendo reivindicados fazendo com que os meios se misturem aos fins. As ocupações vêm reafirmar outros valores e coloca o coletivo como força motriz. Frente ao

crescente processo de financeirização das cidades, a coletividade se torna ponto crucial para a resistência e é o fundamento do ato de ocupar.

Segundo David Harvey (2012), “o poder coletivo de corpos no espaço público continua sendo o instrumento mais efetivo de oposição quando o acesso a todos os outros meios está bloqueado” (HARVEY, 2012. p. 61). Frente a uma presidência cuja ascensão ao poder se deu após um impeachment questionável quanto à sua legitimidade e que segue apresentando medidas de corte de investimentos sociais, a resposta encontrada pelos estudantes foi de ocupar. Colocando seus corpos no espaço público – político e urbano – como sugere Harvey, mas, desta vez não somente nas ruas, mas nos edifícios públicos – em alguns casos até particulares, como as universidades privadas que foram ocupadas – viu-se emergir uma nova forma de mobilização. Como relembra Giovanni Alves (2012):

Há tempos o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), no Brasil, e o Zapatismo, no México, valem-se de estratégias de ocupação como tática de luta e visibilidade social. Eles nos ensinaram que, hoje, a luta contra o capital global que desterritorializa é a luta pela territorialização ampliada, difusa e descentralizada (os novos movimentos sociais não têm um líder) (ALVES, G., 2012. p.33).

Pode-se dizer que o movimento das ocupações ampliou o imaginário político e exercitou formas mais democráticas de organização. Sabe-se, entretanto, que o suposto desinteresse geral dos cidadãos pela política, ao contrário de ser o motivo da pouca participação social é na verdade, produto do modelo social heterônomo brasileiro e a alienação é, portanto, estimulada (Souza, M., 2001). Retomando Rancière (1996a), a política, “antes de ser um conflito de classes ou de partidos, a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos” (RANCIÈRE, 1996a, p.373). No caso das ocupações das escolas públicas, o espaço, antes visto como apenas de ensino e de educação, passa a ser encarado como um espaço público em sua essência, ou seja, um espaço onde se tratam os assuntos relativos à comunidade. Surge uma nova configuração do mundo sensível em que os atores são os estudantes e, a escola, um objeto do conflito, pois coloca em discussão questões acerca da propriedade privada, direito de ir e vir, o conceito de espaço público, entre outros. Ao ocuparem os edifícios, os estudantes estão fazendo política e além de reivindicarem seus direitos – como em qualquer forma de protesto – defendem um novo modo de viver, questionando tanto o modo atual, quanto aquele que surgiria com a aprovação da proposta do governo. A disputa é, portanto, por novos modos de vida.

4.2.2. As ocupações contra a PEC 55

Em 2016, o motivo das (re)ocupações das escolas – e agora também das universidades – foi a oposição a um projeto mais amplo que a reforma paulista, a Proposta de Emenda Constitucional 55 – antiga PEC 241, lançada pelo governo do presidente Michel Temer (PMDB). A PEC 55 ou PEC do Teto, propõe o congelamento de gastos públicos pelas próximas duas décadas com o objetivo de contornar a suposta crise econômica vigente no Brasil. A primeira escola a ser ocupada foi o Instituto Federal de São Paulo no dia 21 de setembro de 2016.

O motivo dos estudantes serem contrários à aprovação da PEC 55 é porque ela representa um retrocesso social. O argumento do governo da necessidade de corte de gastos se torna questionável na medida em que a proposta prevê o congelamento do orçamento do executivo – aonde, via de regra, são mantidos os recursos dos direitos sociais – e não impõe limites, por exemplo, aos gastos com o pagamento de juros e amortização da dívida pública. Dessa forma, diversas áreas como saúde, educação e assistência social irão ter um limite de gastos anual, com correção de acordo com a inflação do último ano. Tal limitação implica numa provável piora nos serviços, visto que historicamente, os gastos nas áreas de saúde e educação crescem todos os anos em um ritmo acima da inflação.

Em relação à área de Educação, segundo o ex-ministro da Educação Renato Janine Ribeiro, a PEC55 limita o acesso e inclusão à educação pública, pois os novos alunos que iriam ingressar nas escolas demandariam mais investimentos do que o acréscimo da reposição inflacionária. A área de educação no Brasil – especialmente a pública – poderia ficar estagnada e não contemplar os novos alunos que surgiriam com o aumento natural da população do país. A PEC 55 demonstra como a prioridade de investimentos futuros não está no âmbito social, pois visa cortar gastos justamente nessa área. Num dos países com maior desigualdade social e distribuição de riquezas do mundo, os mais pobres são os mais prejudicados com as medidas propostas pela emenda.

Os contrários às ocupações dos estudantes alegam a ilegalidade da ação por impedir os outros alunos de exercerem o direito de estudar, ferindo o direito de ir e vir, presente no artigo 5, inciso XV da Constituição Federal. No entanto, alguns órgãos importantes consideraram as ocupações legítimas, como o Ministério Público do Paraná que, invocando o artigo 205, reforçou que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”

(BRASIL, 1988, art.205). Dessa forma, as ocupações foram consideradas como uma prática de cidadania dos estudantes. De acordo com o site⁴² desenvolvido por alunos e professores da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, foram ao todo, mais de 1400 escolas, universidades e institutos federais ocupados durante o período, que se iniciou no fim do mês de setembro de 2016.

4.2.3. Consolidação da OCUPA EAD

Como já mencionado, diferentemente do movimento secundarista de 2015 em São Paulo, no ano de 2016, as ocupações contra a PEC 55 também atingiram as universidades. No estado de Minas Gerais, o primeiro prédio a ser ocupado na Universidade Federal de Minas Gerais contra a emenda foi o Centro de Atividades Didáticas (CAD) 1, no dia 19 de outubro. No dia 24 de outubro de 2016, a Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design (EAD) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) foi ocupada pelos estudantes (figura 26).⁴³ Apenas três dias após a ocupação, mais de 50 professores assinaram uma nota em apoio à Ocupação da Escola de Arquitetura e Design, representando mais de 50% dos docentes.

De todas as unidades ocupadas da UFMG, todas eram localizadas no Campus Pampulha, exceto a unidade da EAD, cuja localidade é na Rua Paraíba, no bairro Funcionários. As demais unidades da UFMG que não se encontram na Pampulha (Medicina e Direito) não foram ocupadas. Isso confere um caráter específico da ocupação da EAD, pois esta é uma unidade inserida no meio da cidade e não "isolada" dentro de um campus universitário. A relação da ocupação com a rua é então amplificada e mais direta, estabelecendo mais contato com a vizinhança e transeuntes. Tal diferencial foi explorado pelos universitários com

⁴² www.pec55.info (Atualmente indisponível)

⁴³ No primeiro semestre de duração do meu mestrado, o qual já estava definida minha temática acerca dos espaços públicos, vivenciei o período de manifestações e ocupações contra a PEC 55. No dia 24 de outubro de 2016, quando ia para a Escola de Arquitetura e Design da UFMG para participar de uma disciplina, vi que a escola havia sido ocupada pelos estudantes, suspendendo todas as atividades e propondo uma nova programação para os próximos dias. Vi então, uma excelente oportunidade para vivenciar e acompanhar na prática, uma experiência de auto-gestão e ocupação do espaço público. Não fazia sentido para mim, ter como objeto de estudo a democratização e publicização do espaço e ignorar o que estava acontecendo na minha própria escola. Assim, minha participação no processo se iniciou pouco depois da primeira semana de ocupação, no momento em que as paralisações das atividades universitárias exigiram um posicionamento dos estudantes de pós-graduação. Esse momento foi necessário, pois a ocupação foi protagonizada pelos estudantes de graduação. A partir daí, estive presente nas reuniões que decidiram apoiar a ocupação e estabelecer um diálogo a respeito das especificidades do programa de pós-graduação, que não poderia suspender suas atividades por completo sem haver sérios prejuízos. Também fui integrante do Grupo de Trabalho de Intervenções Urbanas que realizou algumas ações informativas e provocativas na cidade.

atividades e eventos realizados na praça externa em frente a faculdade, que serão detalhadas mais à frente.



FIGURA 26 Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFMG ocupada
Fonte: Patrícia Mattos, 2016

A articulação inicial para a ocupação se deu a partir de uma reunião aberta, divulgada com o auxílio do DA (Diretório Acadêmico), realizada na sexta-feira (21/10/2016) anterior à semana da ocupação. O objetivo principal era uma ação de desobediência civil em repúdio à PEC 55 – até então PEC 241 – decisão alinhada com o movimento estudantil nacional. Ao longo dos quase dois meses de ocupação o número de pessoas foi variável, havendo dias em que cerca de 100 pessoas dormiram na ocupação como demonstração de apoio ao movimento, mas pode-se apontar um número médio de presentes constantes entre 20 e 25 pessoas todos os dias. Nas assembleias, momentos de tomada de decisão coletiva relativos a questões internas e externas à ocupação, o número de pessoas era geralmente bem acima da média diária.

A organização da ocupação era feita de maneira compartilhada e, para isso, foram formados Grupos de Trabalho (GTs), que estabeleciam discussões internas e a davam andamento em tarefas. Foram criados os grupos de trabalho: Comunicação, Articulação, Limpeza,

Segurança, Cozinha e Programação. Os GTs se reuniam e definiam as regras e diretrizes gerais, e internamente, cada grupo combinava regras internas entre os seus membros ativos.

O grupo de Comunicação era responsável por pensar e desenvolver ferramentas, formas e material gráfico para informar a comunidade sobre acontecimentos, eventos, decisões e fatos relevantes acerca da ocupação e da PEC 55. O de Articulação estabelecia comunicação e diálogo com outras ocupações estudantis, seja dentro da UFMG ou externas, como por exemplo, as ocupações dos secundaristas. A função do GT de Segurança era zelar pela integridade do espaço físico e pela segurança de todos os presentes na ocupação, bem como atentar para possíveis atos contra o patrimônio da Escola. O grupo de Limpeza garantia a manutenção do espaço limpo e organizado, mas essa era uma colaboração solicitada para todos.

O Grupo de Trabalho da Cozinha era responsável pelas refeições da ocupação e foi um dos diferenciais da Escola de Arquitetura e Design em relação às outras ocupações da UFMG, pois os alimentos eram preparados no espaço público. Havia uma cozinha móvel – cujo detalhamento virá mais a frente – que ficava na maioria dos dias, com exceção dos dias chuvosos, instalada na praça externa em frente à escola. Desta maneira, era possível visualizar os alunos cozinhando juntos no espaço público (figura 27) e quem passasse na rua e tivesse interesse poderia se agregar ao grupo.

A boa alimentação – nutritiva e saudável – foi um aspecto muito priorizado na ocupação da Escola de Arquitetura e Design. Transformando o momento de preparação de alimentos em um processo coletivo de aprendizagem e cooperação, eram elaborados cardápios contendo majoritariamente legumes, grãos, verduras e frutas. Além de mais baratas que outros produtos industrializados, essas opções estimulavam a criatividade na hora de cozinhar e de definir o prato do dia. O momento de se alimentar foi também de troca de experiências e saberes e configurou mais um espaço de aprendizado na ocupação.

O GT da Programação definia quais seriam as atividades a serem realizadas na ocupação. As atividades oferecidas eram muito variadas e o objetivo foi conciliar ações de cunho mais informativo e político com outras de lazer/entretenimento, como ioga, desenho, cinema, saraus, entre outros. A seleção do conteúdo e das pessoas convidadas era feita baseada na rede de contatos dos alunos e a programação era aberta. Foram realizados aulões com temas distintos, como discussão sobre a PEC 55, grupos de estudos; oficinas; rodas de conversas; exibição de filmes; palestras; café da manhã e almoços coletivos; exercícios físicos e tudo mais o que alguém quisesse propor.

Durante as atividades e da ocupação como um todo, o espaço da universidade foi ressignificado com outros usos. Salas de aulas foram usadas como dormitórios, corredores como depósitos, o hall de entrada como área de oficinas e a praça externa reunindo diversos usos, inclusive sala de aula, aberta ao público. Todas as atividades eram abertas e qualquer pessoa poderia participar.



FIGURA 27 Praça externa com Cozinha Comum à direita
Fonte: Página do Facebook do Ocupa EAD



FIGURA 28 Assembleia geral na EAD para decisões coletivas
Fonte: Lucca Mezzacappa, 2016

4.2.4. (Auto) Organização da ocupação e tomada de decisão

Desde as ocupações secundaristas em 2016 – que se inspiraram nas táticas detalhadas na cartilha *Como ocupar um colégio?*⁴⁴ – as formas de organização das ocupações estudantis são similares. Assim como as demais ocupações secundaristas e universitárias, a OCUPA EAD optou por uma forma de organização democrática, com tomadas de decisão coletivas e subdivisão em comissões/grupos de trabalho.

A maioria dos estudantes definem a organização da ocupação como horizontal e sem líderes, pretendendo assim, configurar uma forma mais democrática de organização. Na prática, isso significa que não existe um representante ou um líder que toma as decisões a respeito do encaminhamento do movimento, nem uma hierarquia de distribuição do poder e, portanto, as decisões são tomadas coletivamente. O que se percebe no discurso é que algumas noções são tomadas como premissas e servem de pano de fundo para a adoção dessa forma de organização. Uma delas é a visão de que a liderança é ruim e por isso, o movimento não deve possuir líderes. Acerca desta questão, o filósofo Rodrigo Nunes (2016) fala a respeito da ideia de *liderança distribuída*, que dialoga com o princípio de distribuição de poder da democracia radical de Mouffe e Laclau (2015). Para Nunes (2016), a maioria dos movimentos sociais que se definem como organizados de maneira *horizontal e sem líderes*, são na verdade, organizações em rede, onde existem lideranças e poder. O que diferencia a organização em rede das organizações formais é que a distribuição de poder não acontece de forma hierarquizada, mas sim, difusa. Durante o tempo em que o prédio esteve ocupado, novas relações e fronteiras foram estabelecidos pelos ocupantes. A relação de poder entre professor e aluno nos limites da escola, por exemplo, se inverteu. Eram os discentes que definiam horários específicos que alguns professores e técnicos administrativos poderiam entrar no prédio para pegar algum material ou exercer algum tipo de trabalho considerado essencial. Da mesma maneira, as demandas particulares de outros alunos para acessarem alguma sala era negociada com os ocupantes.

Nunes (2016) comenta que o ideal de horizontalismo nos movimentos pode ser muitas vezes imobilizador. A noção de que “as redes seriam formas organizativas intrinsecamente democráticas” (Nunes, 2016, p.13) opera como uma redução do movimento à sua forma, o

⁴⁴ A cartilha contém táticas utilizadas em uma experiência de ocupação argentina, por sua vez, inspirada em uma luta chilena que foi traduzida e adaptada pelo coletivo O Mal Educado. Disponível em: <<https://gremiolivre.files.wordpress.com/2015/10/como-ocupar-um-colic3a9gio.pdf>> Acesso em: jul 2018.

que dificulta o exercício da auto-crítica. Deve-se entender a horizontalidade não como um ideal a ser alcançado, pois, na prática, não é possível existir horizontalidade absoluta e sim, um processo de relação de forças que podem ou não estar em equilíbrio. E há contradições internas inerentes ao processo que, uma vez reconhecidas, podem ser atenuadas por meio da reflexão crítica constante. Um exemplo é a situação dos alunos que se posicionam de maneira contrária à ocupação: como considerar as divergências de opiniões e posicionamentos de maneira democrática? Ou ainda, como tomar uma decisão sem invocar a necessidade de consenso? Essas e outras questões são constantes em práticas que se pretendem menos hierarquizadas e mais alinhadas com a radicalização democrática, mas, no entanto, não possuem uma resposta rápida.

As intenções democráticas dos estudantes em relação à gestão e tomada de decisões era evidente. Até mesmo a decisão de emulação à democracia direta e não representativa, foi decidida de maneira democrática – ou com um esforço para sê-la. Por meio da assembleia geral, forma adotada pelas ocupações, inclusive a OCUPA EAD para discussões e decisões (figura 28), era possível que grupos minoritários ou socialmente vulneráveis se expressassem mais facilmente, diferentemente do que ocorre no sistema de governo representativo em vigor, em que as minorias não são representadas. Assim, foi possível balizar questões de gênero, etnia, e orientação sexual nas tomadas de decisão coletiva.

A experimentação vivida pelos universitários e secundaristas funcionam como uma crítica ao modelo de democracia representativa vigente e vai além, exercitando e testando novas maneiras de se organizar e viver, mais próximos à noção de democracia radical. Nessa experiência, a coletividade possui papel fundador, simplesmente porque esta estrutura não funcionaria sem essa premissa. Nunes (2016) alerta, entretanto, que:

Quando é tomada como único centro legítimo de todas as atividades de tomada de decisão, a assembleia passa a representar o movimento como um todo, de forma que iniciativas vindas de qualquer outro lugar são vistas como abusos de procedimento ilegítimos ou tentativas mal-intencionadas de usurpação, independentemente de quão relevantes ou úteis sejam e do quão limitada uma assembleia (por maior que seja) ainda é (NUNES, 2016. p.13).

Não é sempre possível incluir todos os tipos de identidades sociais numa mesma assembleia e nem por isso, esta deixa de ser legítima. Da mesma maneira em que não é possível – e nem desejável – que haja um consenso entre todas as pessoas. Esta é a importância da auto-crítica dentro do movimento, reconhecendo que os limites advindos do processo de horizontalidade são constitutivos e não acidentais (Nunes, 2016).

Em vista disso, pode-se dizer que a ocupação da Escola de Arquitetura e Design é um movimento auto-organizado em rede, com lideranças distribuídas. De fato, não existe um único líder, mas vários, com maiores e menores graus de influência e decisão. Essas lideranças são muitas vezes facilmente identificadas pelos próprios integrantes do grupo, percebendo que uns são mais pró-ativos que outros. Reconhecer a organização e liderança como importantes desmistifica a ideia de organização como sendo apenas uma estrutura formal e hierárquica, como a dos partidos políticos e sindicatos. Conseqüentemente, abre espaço para se pensar e criar novas formas de organizações mais democráticas e menos autoritárias.

4.2.5. Ações externas e ampliação da esfera pública

A OCUPA EAD foi um momento de expansão – e desconstrução – da sala de aula, na qual estavam sendo repensados e problematizados os modelos de ensino e sobretudo, a prática arquitetônica. Durante a ocupação, foi possível experimentar uma outra prática de arquitetura que não se restringe apenas à construção de edifícios, mas à construção de relações, espacialidades e afetos. Uma prática menos formalista, hierárquica e prescritiva que privilegia o espaço vivido pelas pessoas. Muitos alunos relataram que aprenderam mais na ocupação do que com as disciplinas dos cursos de Arquitetura e Design. Era como se ali tivesse sido criado um novo espaço de aprendizado, onde a teoria muitas vezes abstrata das salas de aula, pudesse ser vivenciada na prática e de maneira coletiva. Além da programação diária de atividades, foram propostas algumas ações externas à ocupação buscando expandir o movimento em outras partes da cidade. O principal objetivo foi produzir materiais e dispositivos para informar as pessoas sobre a PEC 55 e quais as conseqüências que sua aprovação poderia acarretar para o país.

No contexto brasileiro, em que a maioria da população se informa por meio da mídia de massa, controlada por algumas corporações de grande influência política, definiu-se a importância da disseminação da informação em relação à PEC 55, seus mitos e repercussões. Como dito anteriormente, a emenda foi colocada pelo governo como a única solução para a crise no país e apresentada com uma linguagem técnica muito distanciada do entendimento da maioria da sociedade. A intenção das ações era, portanto, esclarecer o que realmente é a PEC 55, quais os interesses por trás dela e qual o impacto da sua aprovação no cotidiano das pessoas. Duas cartilhas foram elaboradas com esse objetivo (figura 29).

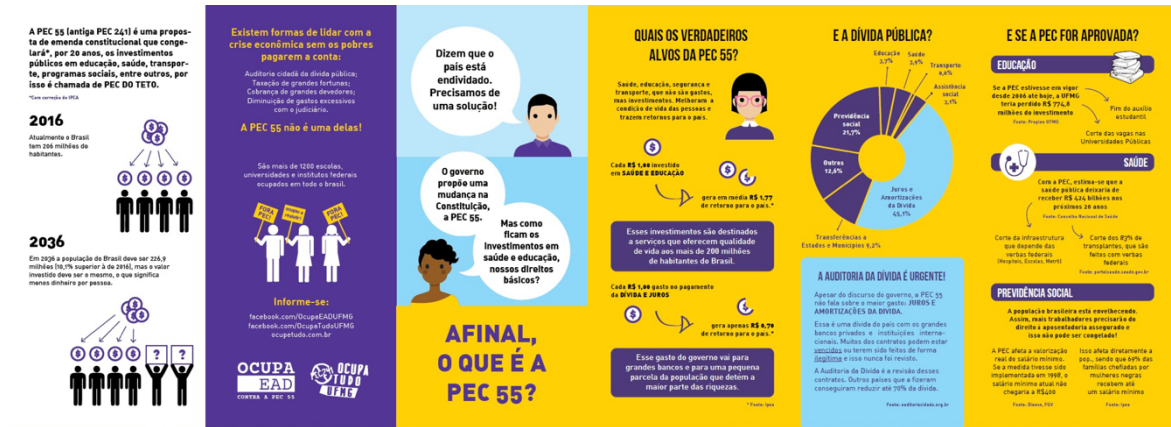


FIGURA 29 Assembleia geral na EAD para decisões coletivas
Fonte: Lucca Mezzacappa, 2016

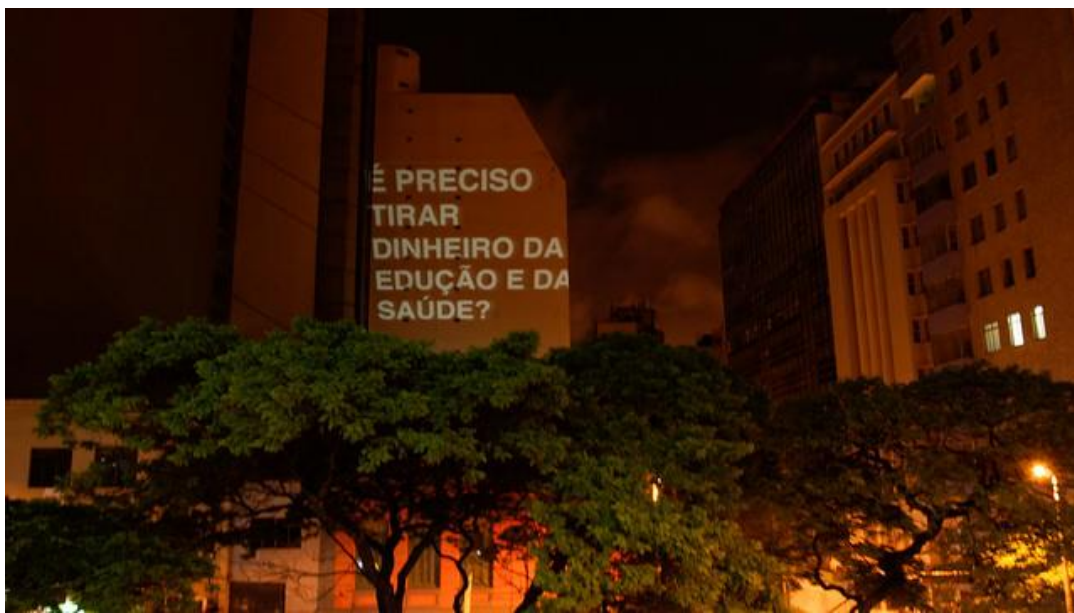


FIGURA 30 Projeção sobre a PEC 55 em edifício no centro de Belo Horizonte
Fonte: Lucca Mezzacappa, 2016.

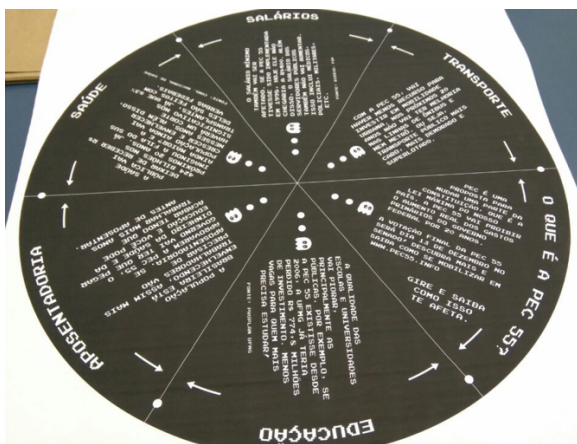


FIGURA 31 Intervenção PEC Man
Fonte: Lucas Alves, 2016



FIGURA 32 Intervenção PEC Man
Fonte: Lucas Alves, 2016

Para articular melhor as ações externas, foi criado um grupo de trabalho de Intervenção Urbana, articulado a partir de uma "Oficina de intervenção urbana para informar sobre a PEC55", com o suporte de cinco professores. A chamada foi a seguinte:

A oficina pretende divulgar informação sobre a PEC 55 para diversos públicos na cidade onde essa informação não chega, por meio de intervenções urbanas. As intervenções podem variar entre auto-informativas (a própria intervenção informa sobre a PEC) e atrativas para informar (a intervenção atrai o público e há simultaneamente uma ação de informação).⁴⁵

O GT se formou durante a oficina e organizou "panfletões" no centro, em praças, no metrô, em ônibus e no entorno da EAD com a distribuição das cartilhas produzidas. Foram feitas projeções em edifícios no centro da cidade com vídeos informativos e provocações acerca da PEC 55 (figura 30). Outras ações foram o "Cafezinho contra a PEC", que consistia em oferecer café para as pessoas como uma forma de aproximação para iniciar uma conversa sobre a PEC55 nos arredores da universidade e o "PEC Man", um dispositivo informativo instalado em pontos de ônibus que fazendo alusão ao jogo dos anos 1980 "Pac Man", explicava de que maneira a PEC 55 poderia "engolir" as áreas de saúde, educação, transporte, aposentadoria e salários (figuras 31 e 32).

Além das ações externas, a OCUPA EAD teve um importante dispositivo que funcionou como catalisador de interações entre os ocupantes e a vizinhança. Alguns alunos, como projeto de conclusão de curso em andamento na data da ocupação chamado *Cozinha Comum Itinerâncias*, patrocinado pelo edital Rumos do Itaú Cultural, juntamente com integrantes do escritório-oficina *No Prumo*, desenvolveram e construíram uma unidade de cozinha móvel estruturada em dois módulos: pia e fogão (figura 33). As estruturas dispunham de rodas e hastes similares a de um carrinho de mão que permitiam que fossem transportadas com facilidade para outros ambientes. Segundo seus idealizadores:

Tudo pensado de forma a promover diálogos entre os usuários, o uso do espaço público re-estruturado e re-significado com a presença do dispositivo e atrair as pessoas através da criação de uma espacialidade e estratégias de comunicação gráfica (cartazes, varal de receita, letreiro do carrinho) (FLORES, LOBATO e NERY, 2016. p.35).

⁴⁵ Página do Facebook da OCUPA EAD. Disponível em: <
<https://www.facebook.com/ocupaeadufmg/posts/411965872527397:0>> Acesso em: mai 2018

A estrutura da cozinha funcionou como um atrativo e foi um diferencial da ocupação. Instalada na maior parte do tempo na praça externa da universidade, muitas vezes não era necessário convidar as pessoas para se aproximarem, pois a própria estrutura ambulante já chamava atenção suficiente para atrair os passantes (figuras 34). Além de proporcionar uma interação entre os próprios alunos, que trabalhavam juntos no processo de preparação das refeições diárias, era possível estabelecer contato com pessoas externas à ocupação, transbordando os limites do prédio universitário.

A Cozinha Comum definia temporariamente a organização espacial ao mesmo tempo em que promovia interações sociais entre os usuários. Funcionou como instrumento de conexão capaz de expandir as possibilidades de uso e apropriação do espaço na ocupação. A própria interface estimulava novas maneiras de interagir com o espaço público, que naquele momento foi ressignificado e se transformou temporariamente em cozinha, espaço de convivência, permanência e troca de saberes (figura 35).

As ações externas e intervenções urbanas elaboradas podem ser entendidas como tentativa de ampliação da esfera pública no contexto das ocupações, frente à insígnia neoliberal que representou a PEC55. Naquele momento havia uma disputa de narrativas e um arsenal de informações de todos os tipos a respeito das consequências da aprovação da PEC 55 e por isso foi definido como prioridade a criação de materiais e articulação de ações com o objetivo de informar e esclarecer questões a respeito da medida. Os materiais informativos visavam expandir os canais de comunicação com a sociedade, além de produzir e compartilhar conhecimento de maneira democrática. Todo o conteúdo gráfico foi divulgado e disponibilizado para que outras ocupações ou grupos veiculassem em outros locais. Ainda que com abrangência limitada e reduzida, as ações provocaram a discussão e reflexão sobre o assunto fora da ocupação.

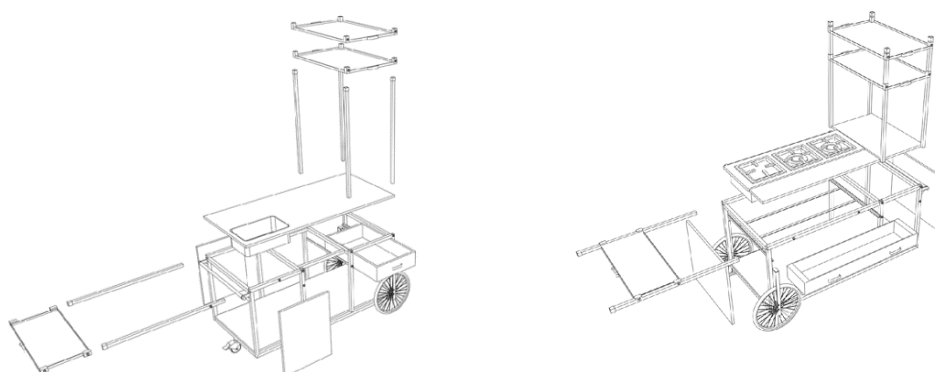


FIGURA 33 Módulo Pia e Fogão
Fonte: Nó Coletivo, 2016



FIGURA 34 Estrutura da Cozinha Comum
Fonte: Página do Facebook da OCUPA EAD



FIGURA 35 Cozinha Comum em funcionamento na praça externa
Fonte: Página do Facebook da OCUPA EAD

4.2.6. O pós-ocupação

Mesmo com todos os protestos e ocupações em todo o país, a aprovação da PEC 55 pelo governo federal foi oficializada após votação em segundo turno no dia 13 de dezembro de 2016. Depois disso, foi decidida a desocupação das unidades universitárias da UFMG, após uma série de assembleias internas e gerais no campus Pampulha – onde se concentram a maioria dos edifícios – inclusive da OCUPA EAD. Ao todo, a Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFMG ficou ocupada 55 dias.

É possível estabelecer uma interseção entre as ocupações contra a PEC 55 em 2016, as ocupações secundaristas de São Paulo em 2015 e as manifestações de junho de 2013. As ocupações estudantis secundaristas foram consideradas em alguma medida como um eco de junho de 2013, como argumenta Ortellado (2016) no prefácio do livro *Escolas de Luta* que relata toda a experiência de 2015:

Aprendendo a usar táticas diversas e se metamorfosear de acordo com as circunstâncias, forjando relações sociais horizontais, desprezando a mediação dos partidos políticos e despertando a solidariedade de vizinhos, personalidades e do público em geral, o movimento dos estudantes secundaristas pode ser visto como a primeira flor de junho, o primeiro desdobramento pleno dos protestos de junho de 2013 (ORTELLADO, 2016, p.15)

No entanto, em relação às ocupações universitárias contrárias ao projeto de emenda constitucional em 2016 e especialmente a OCUPA EAD – diferentemente das ocupações dos secundaristas em 2015 – suspeita-se que elas "não tiveram lugar". Essa expressão é utilizada por Nunes (2018) em relação a junho de 2013 – fazendo menção a um texto de Gilles Deleuze e Pierre-Félix Guattari publicado nos anos 80 a respeito de maio de 1968 – e significa que "[...] a transformação que era possível naquele momento não conseguiu se inscrever de fato na sociedade, ou se inscreveu de maneira amputada, distorcida, de certa forma até contra ela mesma" (NUNES, 2018). Em relação aos resultados de 2013, o autor coloca:

Há quem diga hoje que 2013 não tem importância porque deixou um legado concreto insignificante. Mas esta é apenas uma das dimensões em que um acontecimento pode ser medido, e algo capciosa, porque resultados são objeto de disputas e sempre podem ser desfeitos. Pela mesma lógica, poderíamos dizer que os governos do PT também não importaram, já que os avanços que realizaram estão sendo tão facilmente revertidos. Se pensamos do ponto de vista da não redutibilidade, da não trivialidade daquilo que aconteceu, não há nenhuma dúvida que 2013 foi o fato político de massas mais importante do país desde as Diretas Já (NUNES, 2018, n.p.).

Da mesma forma, pode-se pensar nas ocupações de 2016, pelo fato de que não houve um resultado concreto nas manifestações e ocupações contra a PEC 55 e especificamente na Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFMG após a ocupação. Nada mudou em relação às críticas sobre o formato de aulas do ensino universitário ou até mesmo sobre reivindicações de melhorias no espaço físico da universidade. A possível transformação dos arranjos de ensino ficou somente nos ensaios realizados e nas mudanças no uso do espaço durante o período de 55 dias da ocupação. Certamente isso não diminui o aprendizado e importância da experiência autogestionária, mas foi possível identificar algumas oportunidades que, se equacionadas de outra maneira, poderiam render transformações mais concretas para além da ocupação efêmera.

Um dos exemplos foi a existência de uma pauta de discussão a respeito das aulas ainda serem *no formato do século XIX* – conforme disseram os alunos – identificando a necessidade de repensar outras configurações mais flexíveis. A seguir o relato de um aluno que expressa isso:

A ocupação nasceu como um ato de desobediência em repúdio a PEC 55 - até então PEC 241 - e se mostrou, ao longo de quase dois meses, uma possibilidade de novas percepções do espaço da Escola, da cidade e das relações interpessoais, viabilizando concretizar uma nova forma de se apropriar, gerir e manter um ambiente prioritariamente burocrático e imbricado em um sistema de ensino ultrapassado.⁴⁶

Entretanto, no momento em que essas questões de *ensino antiquado* poderiam ter sido experimentadas e levadas à cabo, a proposta foi imediatamente descartada pelos alunos. Essa oportunidade surgiu devido à proposição de alguns professores em vincular matérias ou atividades letivas com os eventos e ações da ocupação. A ideia era justamente experimentar na prática a possibilidade de um outro formato de aulas e conseqüentemente de aprendizado, mais coletivo, menos hierarquizado e mais flexível. Como as aulas formais estavam suspensas devido a interdição do prédio, a estratégia era propor atividades de cunho avaliativo – visando principalmente os calouros – para estimular os alunos a participarem da ocupação da Escola. Certamente não haveria prejuízos para os alunos que preferissem não participar, mas poderia ser um incentivo para aqueles que de alguma maneira estavam indecisos ou que gostariam de se agregar, mas não sabiam como se associar ao grupo de ocupantes. A ideia foi colocada e rapidamente recusada, pela escolha de não misturar as atividades avaliativas com a programação da ocupação. Foi perceptível um certo *preciosismo*

⁴⁶ Entrevista realizada pela autora no dia 21 de janeiro de 2017

e resguardo em relação aos encaminhamentos da ocupação e à abertura para novas propostas por parte dos ocupantes mais atuantes – isto é, os que garantiam a permanência da ocupação. Tal preocupação e cautela são compreensíveis, na medida em que eram esses alunos que efetivamente colocavam seus corpos à prova em prol da manutenção da ocupação e estavam resistindo às tentativas de dissolução do movimento.

No entanto, não se pode ignorar que a ocupação era um momento oportuno para experimentar novos formatos de aula que poderiam promover mudanças efetivas e permanentes na universidade. Dessa forma, seriam garantidas alterações que de fato modificariam o cotidiano da Escola no período após a ocupação, independente da aprovação da PEC 55. Algumas novas formas de aula foram exploradas durante a programação da ocupação, mas por não se articularem com a estrutura já existente da grade curricular, ficaram restritas ao período da ocupação. Ao final da ocupação, muitos alunos estavam esperançosos com os próximos dias e otimistas em relação ao que mudou após a experiência. A seguir, quatro falas de alunos distintos a respeito do pós-ocupação:

Eu me sinto parte da escola de uma maneira que nunca senti, as amizades novas, as interações novas, conhecer outras pessoas, isso mudou muito meu jeito de lidar com política e com atividades de cunho político. Acredito que isso já vai provocar uma alteração tremenda na dinâmica da escola, houve uma politização e uma vontade de fazer junto dos estudantes, que estavam tentando há tempos com a *Peixaria*⁴⁷, por exemplo, mas ainda não tinha rolado com o sucesso que foi. A relação espacial com a escola também mudou e a consciência da questão espacial com a questão política foi vivida, e não estudada, isso acho que dá um click na cabeça das pessoas, pelo menos na minha. Acredito que a escola terá mais vida e mais atividades dos alunos e para os alunos.⁴⁸

Aos poucos, com as infelicidades políticas o movimento foi perdendo força, mas o sentimento de união e de pertencimento ao espaço da escola continuam a pairar por entre os corredores da EAD.⁴⁹

Algumas mudanças já foram vistas: maior exploração do espaço externo pelos próprios professores, maior integração dos alunos, maior identificação com a Escola, novos projetos sendo discutidos, enfim. Está claro que não conseguimos alterar todo o sistema de ensino vigente, ao qual

⁴⁷ A *Peixaria* é uma iniciativa criada pelos alunos da EAD que consiste em “um espaço para troca e viabilização de ideias para pessoas que queiram experimentar, dividir e colocar em prática projetos inovadores”. Disponível em: < <https://www.facebook.com/pg/peixariaexperimental/> > Acesso em: jul 2018.

⁴⁸ Entrevista realizada pela autora no dia 21 de janeiro de 2017

⁴⁹ Entrevista realizada pela autora no dia 21 de janeiro de 2017.

temos diversas críticas, mas conseguimos alguns resultados relevantes na mudança de postura dos envolvidos.⁵⁰

Acredito ser inútil dizer que a Escola nunca mais será a mesma, assim como é vão dizer que ela permanecerá totalmente inalterada. A percepção do espaço vivido de diversas pessoas foi afetada ao longo da ocupação, e conseqüentemente, as formas de viver e aprender, e as formas de se pensar arquitetura, relações humanas, cidade, e política foi alterada. Diversas intervenções foram realizadas no prédio apontam para uma inquietação daqueles que estiveram envolvidos com a ocupação. Talvez a principal marca deixada tenha sido a capacidade de se tentar estabelecer diálogos, promover participação, criar afeto e promover empoderamento de cada indivíduo.⁵¹

Não se sabe exatamente o que mudou após a ocupação na Escola de Arquitetura e Design da UFMG, mas, ao ouvir os relatos e observar o dia-a-dia da universidade, suspeita-se que as mudanças foram mais individuais, nas relações afetivas e percepções dos alunos que participaram ativamente da ocupação do que mudanças concretas no formato de ensino e funcionamento da escola. De fato, nenhuma ação proposta na ocupação foi *sedimentada* e incorporada no cotidiano da universidade e tampouco houve uma mudança espacial permanente. Nesse sentido, a OCUPA EAD se configurou mais numa prática de *desvio* do que de *apropriação*, segundo as concepções de Lefebvre.

A apropriação espacial não se confunde, nos alerta Lefebvre, com uma prática que lhe é muito próxima: o desvio [détournement], reapropriação de algum espaço existente que possa estar vazio ou suscetível para um uso diferente do que originalmente concebido. [...]O desvio e a reapropriação podem ter grande alcance e serem instrutivos: ainda assim, eles não se confundem com a criação, com a produção de novos espaços (realmente apropriados), que ponham fim à dominação do espaço (LEFEBVRE, 2014,p.215 *apud* TONUCCI, 2017, p.147)⁵²

A alteração espacial, ampliação das relações com a vizinhança e novas propostas de atividades abertas foram mudanças apenas temporárias que de fato não foram suficientes para promover a transformação do espaço, mas um desvio temporário. Seria necessária uma alteração das relações, e/ou do espaço concretamente que o transformasse, para que houvesse uma apropriação no sentido lefebvriano.

⁵⁰ Entrevista realizada pela autora no dia 21 de janeiro de 2017.

⁵¹ Entrevista realizada pela autora no dia 21 de janeiro de 2017.

⁵² LEFEBVRE, Henri. **Critique of everyday life** – the one volume edition. Londres: Verso, 2014 (1947; 1961; 1981).

Ainda, com vistas à democracia radical, o exercício democrático que a ocupação suscitou foi, em certa medida, restrito. O processo de ocupação das escolas já havia sido iniciado e movido pelos secundaristas, de modo que os universitários, inclusive a OCUPA EAD, tiveram o movimento apenas de aderir a algo que já estava estabelecido. O amplo apoio da diretoria e dos professores, os quais vários deles incentivaram os alunos, também foi crucial para que a ocupação se realizasse, não havendo grandes conflitos que os alunos tiveram que enfrentar. Além disso, o princípio que a radicalização democrática propõe de estar constantemente aberto a mudanças reformulações oriundas das contradições internas, foi pouco exercitado, criando um pequeno poder localizado por parte dos líderes da ocupação. Em relação às tomadas de decisão, os alunos que de alguma maneira não concordavam com a continuação da ocupação foram inevitavelmente excluídos do processo, havendo apenas propostas de conversas envolvendo esse tema. Cabe lembrar que o pluralismo democrático

[...]está ancorado no reconhecimento da multiplicidade de cada um e das posições contraditórias a que esta multiplicidade subjaz. Sua aceitação do outro não consiste meramente em tolerar as diferenças, mas em celebrá-las positivamente porque admite que, sem alteridade e o outro, nenhuma identidade poderia se afirmar (MOUFFE, 2003, p.19).

Desse modo, o estabelecimento de uma prática democrática orientada pela democracia radical implica em uma disputa que reconhece o outro como adversário e como legítimo e não o exclui de antemão. A democracia se estabelece no reconhecimento do conflito e demanda o esforço em disputar projetos distintos de forma agonística. Essa situação não foi vivenciada na ocupação, pois não houve efetivamente uma disputa.

É possível concluir que o descontentamento contra a PEC foi apenas o estopim de um longo processo de aprofundamento da desigualdade por meio da neoliberalização e financeirização das cidades e priorização do privado em detrimento do público. Sem dúvida, o motivo das ocupações foi se posicionar contra a PEC, mas seu legado foi outro, que vai além da aprovação da emenda: experimentar novas formas de compartilhamento. A OCUPA EAD teve uma função *pedagógica* que não deve ser ignorada. O que se iniciou como uma ação de repúdio a uma proposta de emenda constitucional que coloca em risco o futuro da educação no Brasil, se transformou em um ensaio de vida política e de resistência, de repensar padrões e encaminhamentos políticos vistos como naturais, de inventividade coletiva, de auto-organização, de experimentalismo democrático, de ativismo e de publicização do espaço universitário, em um tempo e espaço determinados.

4.3. Ocupações urbanas de uso público no centro de Belo Horizonte

As ocupações urbanas têm surgido nas metrópoles brasileiras como uma importante prática/tática utilizada por grupos sociais marginalizados para ter acesso à moradia, haja vista a ineficiência das políticas habitacionais que visam, na maioria das vezes, o lucro. Dados recentes "revelam que existem 461.480 pessoas morando em ocupações irregulares em Belo Horizonte – cerca de 20% da população local – sendo 10.400 nos ‘novos acampamentos’, isto é, ocupações urbanas " (MIRANDA;CÂMARA, 2013 *apud* NASCIMENTO, 2016, p.146).⁵³ Estima-se que na região metropolitana de Belo Horizonte existam cerca de 20 ocupações urbanas.

Além das ocupações por moradia, novas ocupações em Belo Horizonte vêm sendo realizadas também em prol da cultura, como o Espaço Comum Luiz Estrela, como experimentação autônoma e anticapitalista, como a Kasa Invisível ou em defesa ao empoderamento e segurança da mulher, como a Casa de Referência da Mulher Tina Martins. O que essas iniciativas têm em comum são o fato de ultrapassarem a função de moradia no ato de ocupar, construindo espaços coletivos e plurais. Mesmo que algumas delas abriguem tal função, esta não é a motivação e objetivo principais, tendo como foco as atividades coletivas.⁵⁴ Além disso, desde 2013, ocupações urbanas estão se consolidando e ocupando não apenas terrenos na periferia, mas imóveis abandonados no centro. Essa ação revela uma reivindicação pelos locais privilegiados da cidade, assim como a reconquista da centralidade enquanto acesso e direito coletivos.

Os movimentos de ocupação iniciaram-se em torno da moradia, e ela mantém se como seu núcleo. Porém, é uma luta que se enriquece e fortalece pela articulação com outros temas e que promove aprendizado e cooperação entre agentes de diferentes gerações, filiações e interesses. Ademais, são movimentos que tentam explicitamente uma construção que mescla arte e política, ativismo e festa; intencional ou intuitivamente

⁵³ MIRANDA, B. e CÂMARA, L. (2013). Investimento para sanar déficit habitacional é de R\$11 bilhões. **Jornal O Tempo**. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/investimento-para-sanar-deficit-habitacional-11-bilhoes-1.692207>> Acesso em: ago 2018.

⁵⁴ Não se desconsidera a existência de espaços públicos e coletivos que são formados nas ocupações urbanas de luta por moradia, mas, nesse caso, optou-se por priorizar os processos que têm no uso público, seu objetivo principal. Buscou-se um enfoque às práticas de ocupação que não têm majoritariamente a função de moradia, justamente porque essas se tratam de um uso que fundamenta a própria noção de privatividade, o que fugiria do objetivo do trabalho.

aproximando cotidiano, produção e reprodução. (BASTOS *et al.*, 2017, p.258)

Nesse sentido, pergunta-se como essas propostas se relacionam com o conceito de espaços públicos e quais novos parâmetros elas acrescentam ao debate? A intenção é analisar as ocupações urbanas que se enquadram nos processos de disputa pelo caráter público do espaço e por sua função social, mesmo que a propriedade do imóvel seja privada, como ocorre em um dos casos. Dessa forma, foram escolhidas três iniciativas que condizem com essas premissas e que já eram de meu conhecimento.⁵⁵ De antemão, considera-se que cada uma das ocupações urbanas aqui selecionadas contribui para a construção coletiva de espaços públicos a partir um olhar e de uma narrativa própria, ampliando, dessa forma, seu significado.

As três iniciativas localizam-se em bairros da área central de Belo Horizonte, região delimitada pela Avenida do Contorno e privilegiada devido a concentração de serviços e infraestrutura (figura 36). A primeira delas é a ocupação que se tornou o Espaço Comum Luiz Estrela, localizado no bairro Santa Efigênia; a segunda é a ocupação Kasa Invisível, situada no Centro e a terceira é a ocupação que se transformou em Casa de Referência da Mulher Tina Martins, no bairro Funcionários.

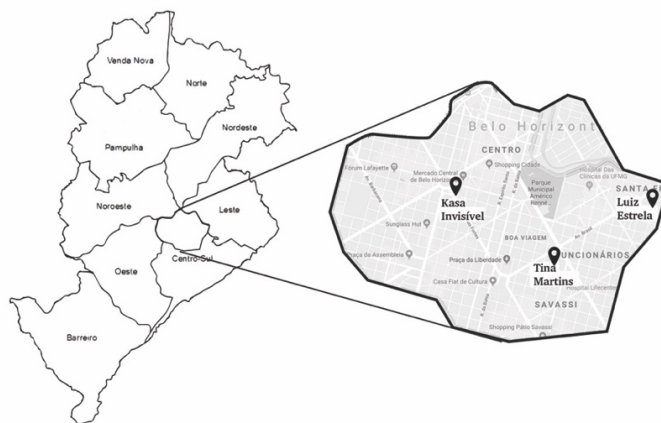


FIGURA 36 Mapa de localização das ocupações no centro
Fonte: Google Maps com intervenções da autora

⁵⁵ Essas foram as ocupações que mapeei em Belo Horizonte que constituem processos de construção coletiva para uso público e cultural.

Cada uma das ocupações possui uma especificidade que as configura como um processo único e singular. Porém, acredita-se que exista uma espécie de fio condutor que fazem dessas propostas espaços radicalmente públicos em construção, ou seja, num esforço constante para que sejam abertos, compartilhados, acessíveis, coletivos e autogestionados de forma colaborativa.

4.3.1. Ocupação Espaço Comum Luiz Estrela: espaço público e cultural em processo

O Espaço Comum Luiz Estrela (ECLE) (figura 37) é um Centro Cultural Comunitário para a formação e expressão popular, localizado na rua Manaus, 348, no bairro Santa Efigênia, região leste de Belo Horizonte. O espaço se constituiu a partir da ocupação do edifício que se encontrava abandonado desde 1980. O prédio foi construído em 1913 para ser a sede do Hospital da Polícia Militar e em 1947 passou a abrigar o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil (HNPI) que funcionou até 1979. Em 1980 o edifício abrigou a Escola Estadual Yolanda Martins Silva e foi desocupado em 1994, quando permaneceu em situação de abandono (ELEUTÉRIO *et al*, 2014). No mesmo ano, o imóvel foi tombado em pela Diretoria de Patrimônio Histórico de Belo Horizonte e desde então não recebeu nenhum tipo de manutenção. O casarão, de estilo eclético, pertence à Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais (FHEMIG) e integra o Conjunto Arquitetônico da Praça Floriano Peixoto.



FIGURA 37 Fachada do Espaço Comum Luiz Estrela

Fonte: foradoeixo.org.br

No dia 26 de outubro de 2013, por meio de uma performance, artistas, educadores, comunicadores, arquitetos, produtores culturais, livre-pensadores e ativistas de diversos setores da sociedade decidiram ocupar o imóvel e convidar "os moradores do bairro Santa Efigênia e de toda a cidade de Belo Horizonte a partilharem dessa nova experiência de criação artístico-cultural autônoma, autogestionada, construída por pessoas comuns que acreditam na memória viva da cidade e na construção coletiva"⁵⁶. O grupo se define como "um coletivo de coletivos" que se formou a partir de outras vivências e movimentos sociais em Belo Horizonte, como a Praia da Estação, o Carnaval de rua e, principalmente, as manifestações de junho de 2013. Logo após a ocupação do imóvel, o grupo anunciou nas redes sociais:

Daremos vida a essa casa pública com atividades formativas, vivências artísticas, culturais e políticas abertas, propostas por todas as pessoas interessadas em participar desta construção colaborativa. Tudo isso em harmonia e em conjunto com nossos vizinhos. Dessa maneira, convidamos a todos para adentrarem nesta casa e experimentarem, nesse espaço, o comum.⁵⁷

O nome do espaço é em homenagem ao artista e poeta belorizontino Luiz Otávio da Silva (figura 38), conhecido como Estrela, que morava na rua e participava de mobilizações artísticas e culturais da cidade. Luiz Estrela foi brutalmente assassinado por espancamento no centro de Belo Horizonte no dia 26 de junho de 2013 e não teve sua morte investigada. Poucos meses depois os ocupantes decidiram homenagear o centro cultural com o nome do poeta, para que não fosse esquecido.

O Espaço Comum Luiz Estrela pretende ser uma alternativa cultural aberta ao bairro e à população de Belo Horizonte, potencializando as possibilidades de exercício da cidadania a partir da cooperação. "Legitimada pela constituição, a sociedade civil tomou para si a responsabilidade de reverter o estado de desfuncionalidade social do lugar e decidiu recuperá-lo, devolvendo-o ao povo como um espaço autônomo de criação e partilha de experiências de arte e política".⁵⁸

No mesmo mês que realizaram a ocupação a Fundação Educacional Lucas Machado (FELUMA), possuidora da cessão de uso do imóvel, ajuizou uma ação de reintegração de posse solicitando a desocupação do casarão. Amparados pela assessoria popular do Coletivo

⁵⁶ Disponível em: < espacoluizestrela.tumblr.com >

⁵⁷ Carta-convite sobre inauguração de Centro Cultural em imóvel público abandonado 26 de outubro de 2013

⁵⁸ Disponível em <<http://espacoluizestrela.tumblr.com>>

Margarida Alves⁵⁹, que intermediaram as negociações, conseguiram suspender a reintegração sob o fundamento do artigo 216 da Constituição Federal⁶⁰ que determina que "a sociedade tem o direito de tomar para si a preservação do patrimônio histórico e cultural, sobretudo quando a ação ou a omissão do poder público o ameaça."⁶¹ A atuação do Coletivo Margarida Alves juntamente com a luta dos integrantes e apoio popular, levou ao reconhecimento da legitimidade do espaço pelo Estado, culminando na conquista da cessão de uso do imóvel pela sociedade civil por um período de 20 anos.



FIGURA 38 Luiz Estrela
Fonte: evoocultural.com/luizestrela

O Espaço Comum Luiz Estrela se organiza a partir de cinco eixos principais, quais sejam: Estruturação e Autogestão; Arte, Cultura e Educação; Patrimônio Cultural e Memória. Além disso existem os Núcleos de Patrimônio e Memória, História, Teatro (Trupe Estelar), Audiovisual, Infracultura, Música, Antimanicomial, Autogestão, Legal, Comunicação, Programação. Mensalmente ocorre a Feirinha Estelar (figura 39) que engloba artesanato,

⁵⁹ O Coletivo Margarida Alves (CMA) surgiu em 2012, na cidade de Belo Horizonte/MG, com objetivo de prestar assessoria jurídica popular a movimentos sociais, ocupações urbanas, comunidades tradicionais, coletivos organizados, dentre vários outros grupos que politizam as relações sociais no campo e na cidade.

⁶⁰ BRASIL. Constituição Federal. Artigo 216, de 5 de outubro de 1988, Brasília, DF: Senado, 1988 Art. 216. Disponível: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp> Acesso em: maio 2018

⁶¹ Disponível em <<http://coletivomargaridaalves.org/espaco-comum-luiz-estrela>>

comidas, shows, apresentações e rodas de conversa temáticas. A feira funciona conforme estatuto elaborado pelo Núcleo de Autogestão que se baseia em quatro pilares:

- 1- Não utilitarismo: a ideia é criar uma relação de mão dupla com o Espaço, no qual os interessados em utilizar o local ajudem na sua manutenção.
- 2- Não gerar mais valia: São aceitos somente trabalhos autônomos ou cooperados.
- 3- Não é permitido vender carne
- 4- Não é permitido vincular o Espaço a marcas de empresas⁶²

Fica explícito o foco na construção coletiva do espaço e interesse em preservar seu caráter autônomo e público, a fim de evitar o uso privado e relações de trabalho exploratórias. O Espaço Comum Luiz Estrela busca uma relação com o espaço mais afetiva e menos funcionalista, para que as pessoas se sintam mais conectadas com o propósito de ação continuada do local, que requer articulação e esforço coletivo constantes.

⁶² Publicação do dia 26 de abril de 2017 na página do Facebook do Espaço Comum Luiz Estrela.



FIGURA 39 Feirinha Estelar do Espaço Comum Luiz Estrela
Fonte: Página do Facebook do Espaço Comum Luiz Estrela



FIGURA 40 Reunião no Espaço Comum Luiz Estrela
Fonte: Página do Facebook do Espaço Comum Luiz Estrela



FIGURA 41 Maquete eletrônica do projeto de reforma do casarão
Fonte: evoecultural.com

O ECLE sedia inúmeras atividades culturais e políticas, como saraus de poesia, shows, lançamentos de livros, exibição de filmes, defesas acadêmicas, oficinas, debates, rodas de conversa, entre outros (figura 40). Recentemente foi anunciado o funcionamento no Espaço do Cursinho Popular Pré-Enem Afirmativa, que ainda está em formação.

Devido aos anos de abandono, o edifício está em estado muito deteriorado, havendo risco de desabamento. Por esse motivo, todas as atividades que ocorrem no espaço são realizadas somente no pátio externo. O projeto de restauração da casa vem sendo discutido no Núcleo de Patrimônio e Memória do Espaço Comum Luiz Estrela, um dos primeiros grupos a se formar. "Diante da fragilidade do imóvel, de sua ruína, e da impossibilidade de ocupá-lo, conformamos uma equipe técnica que desenvolve um processo formativo, cursos e oficinas, e ocupa o casarão com atividades que irão transformá-lo ao longo do tempo e de maneira continuada."⁶³

Foi em 2014 que se iniciou o processo de reforma do edifício com a finalidade de abrir definitivamente as portas do Luiz Estrela para a sociedade. A partir de um financiamento coletivo⁶⁴ em 60 dias foram arrecadados R\$52.122, destinados para o escoramento do interior, da fachada, das laterais e do telhado do edifício, que estava com a estrutura bastante comprometida. A escolha pelo financiamento coletivo para arrecadação da verba almejada não foi arbitrária, a opção é uma escolha política e representa um alinhamento com os ideais do ECLE. O coletivo acredita que existam outras formas possíveis de atuar na cidade e de contribuir para a produção cultural além da lógica de mercado e, por isso, optaram por manter e gerir o espaço sem a utilização de recursos da iniciativa privada. "Não temos dúvida de que seria possível encontrar empresas ou leis de incentivo para viabilizar financeiramente os gastos que o prédio histórico possa ter, mas apostamos que da pra fazer diferente."⁶⁵ Dessa forma, preserva-se o caráter público e autônomo da iniciativa e distancia-se de possíveis tentativas de privatização e mercantilização do espaço. Percebe-se que o coletivo atua de maneira cautelosa em relação às parcerias como forma de preservar os princípios democráticos e evitar que estes sejam deturpados por interesses distintos aos da proposta.

⁶³ Publicação do dia 27 de abril de 2017 na página do Facebook do Espaço Comum Luiz Estrela. Disponível em: <<https://www.facebook.com/espacoluizestrela/>> Acesso em: ago 2018.

⁶⁴ Trecho do texto de apresentação do projeto de financiamento coletivo do Catarse. Disponível em: <https://www.catarse.me/pt/espacocomumluizestrela>> Acesso em: ago 2018.

⁶⁵ Idem

A experiência do Espaço Comum Luiz Estrela representa, no contexto de Belo Horizonte, a urgência, a possibilidade de existência e a potência de uma cultura independente, livre das amarras do mercado. Representa, ainda, o desejo compartilhado da sociedade em assumir para si as rédeas dos processos de transformação e de efetivá-los coletivamente e colaborativamente, salvaguardando, independentemente do poder público, a memória da cidade.⁶⁶

No dia 19 de agosto de 2015 foi aprovado o projeto de restauração do casarão pelo Conselho Municipal de Patrimônio Cultural. Posteriormente, o Programa Adote um Bem, da Diretoria de Patrimônio de Belo Horizonte repassou o valor de R\$40 mil ao Espaço Comum Luiz Estrela que foram utilizados na reforma do telhado, a primeira etapa da restauração.

Em 2017, com as obras do telhado quase finalizadas, foi lançada uma campanha de financiamento colaborativo permanente do Espaço Comum Luiz Estrela⁶⁷, com o objetivo de captar recursos para a realização de todas as etapas da reforma e restauro necessários, que contempla o projeto de uma área pública externa ao lado do edifício (figura 41). Existem várias formas de apoiar o funcionamento contínuo do espaço, por meio de doações pontuais ou sendo um doador regular que contribui mensalmente. Foram estabelecidas quatro etapas para a conclusão total da obra, mas a finalização da primeira delas – restauro da fachada, recomposição das trincas, telhado e laje – já garante a entrada segura nas áreas internas do casarão e não somente no pátio externo.

O Espaço Comum Luiz Estrela foi um dos ganhadores da 30ª edição do Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade em outubro de 2017, considerado o maior prêmio de patrimônio do Brasil, na categoria IV das ações de preservação do patrimônio e da cultura nacional. O prêmio de R\$30 mil recebido foi destinado para a obra de reforma.

Apesar de não ser o objetivo do coletivo, o reconhecimento institucional do Espaço como uma iniciativa de preservação de patrimônio cultural confere legitimidade para o projeto autogestionado e coletivo de restauro em andamento. É importante ressaltar que o projeto de restauro não prevê o apagamento das marcas deixadas pelos usos anteriores do prédio, ao contrário, o objetivo é deixar a própria estrutura da casa contar parte da história ali vivida, que abrange a questão da loucura e do combate aos manicômios em Minas Gerais.

Pela primeira vez na história brasileira um grupo de cidadãos e cidadãos comuns conquistou o direito, reconhecido pelas leis nacionais e pelo Estado,

⁶⁶ Trecho do texto de apresentação do projeto de financiamento coletivo do Catarse. Disponível em: <https://www.catarse.me/pt/espacocomumluizestrela>> Acesso em: ago 2018.

⁶⁷ Idem

de restaurar, ocupar e gerir um prédio público com base no princípio da autogestão, da comunicação não violenta, do combate ao machismo e ao racismo, da ampla e irrestrita participação democrática.⁶⁸

Dentre as inúmeras contribuições do Espaço Comum Luiz Estrela, uma delas está na ação de não apenas atribuir um uso público a um imóvel que estava ocioso, mas recuperar seu valor simbólico respeitando sua história, ou seja, utilizando o patrimônio como força transformadora para o espaço. De acordo com os integrantes do coletivo, o Espaço é um patrimônio em processo.

A questão do patrimônio é geralmente reduzida a um problema preservação de memória, como uma temporalidade passada. Aqui, nossa proposta é não pensar patrimônio cultural em seu sentido clássico, para que possamos permitir a observação da dinâmica da urbanidade em geral através dos desejos e práticas das pessoas que participam da história sociedade urbana. É fundamental que a cidade e seus espaços sejam avaliados pela vivência e discursos de seus moradores, para que possamos detectar o sentido de um patrimônio comum urbano. (SILVA, 2016, p.139)

Os assuntos relativos à loucura e abordagens a respeito do patrimônio cultural foram colocados em debate na esfera pública a partir da ocupação. Foi somente mediante a construção do Espaço Comum Luiz Estrela que a história do edifício ocupado e dos usos que ele abrigava se tornaram visíveis e reconhecidas. Dessa forma, pode-se dizer que o Espaço atribuiu uma função social à propriedade pública conferindo um uso público ao espaço que estava abandonado pelo Estado. Alguns aspectos como a *diversidade* e *coletividade* foram potencializados a partir da rede colaborativa necessária para a construção e funcionamento do espaço, que inclui pessoas das mais diversas áreas, e por meio dos eventos e atividades sempre gratuitos. O espaço se organiza a partir da *autogestão* o que inevitavelmente envolve uma teia de relações e articulações entre as pessoas que organizam o espaço de forma coletiva. A própria autodefinição do grupo como *coletivo de coletivos* já demonstra a priorização por esse princípio. A partir dessa articulação, o prédio, fechado há anos, abriu suas portas e se tornou *acessível* para o resto da cidade. A localização no hipercentro foi um pré-requisito na escolha do edifício a ser ocupado. Além de reivindicar a centralidade como ato político, a opção pelo centro foi devido à facilidade de acesso – referente ao fator de convergência e fluxo dos transportes coletivos no centro – de modo que pessoas residentes

⁶⁸ Publicação do dia 27 de junho de 2018 na página do Facebook do Espaço Comum Luiz Estrela. Disponível em: < <https://www.facebook.com/espacoluizestrela/> > Acesso em: ago 2018.

de diversos bairros de Belo Horizonte e região metropolitana pudessem frequentar e vivenciar o espaço.

O viés democrático da ocupação foi afirmado pelo viés da cultura e da arte, questionando o que de fato constitui um centro cultural. Sem dúvida, o ECLE foi capaz de criar uma visão própria de espaço cultural, associando espaço urbano, luta política, patrimônio, arquitetura, teatro, música, educação, etc. Desse modo, o Espaço Comum Luiz Estrela é uma iniciativa inovadora no sentido de combinar uma proposta de espaço público autônomo e coletivo – articulado a partir do viés cultural – com uma nova maneira de se pensar o patrimônio histórico, por meio de um projeto de restauro com responsabilidade compartilhada. O espaço se tornou uma referência na cidade de centro cultural acessível e pretende se estabelecer como um gesto multiplicador, demonstrando que a ocupação também é uma forma de luta pela democratização dos espaços públicos.

Ocupar! Ocupar é um ato político, um ato estético, um ato necessário. Entendemos que uma ação urgente e necessária é a ocupação de tudo aquilo que é e que deveria ser público. Para inventar espaços de partilha de experiências sensíveis, de desejos comuns, da fusão entre a arte e a política. Demanda de ação coletiva, que desenha outras possibilidades de futuro.⁶⁹

Ademais, pode-se dizer que a proposta funciona como um laboratório de co-criação de experiências colaborativas que testam, na prática, novas formas de articulação e cooperação mútua em prol da democratização da cultura e de uma cidade mais pública. O Espaço demonstra um compromisso com a radicalização democrática desde o projeto de restauro compartilhado do edifício até a forma de organização interna e tipos de atividades escolhidas para funcionar no espaço, como o cursinho popular em andamento. O ato de ocupar iniciou um processo de construção coletiva que exigiu o uso público de um imóvel de propriedade pública que não estava cumprindo sua função social. Desde então, Belo Horizonte ganhou um novo ponto de convergência e resistência cultural, política e artística. O Espaço Comum Luiz Estrela serviu de inspiração e exemplo para ocupações futuras que ultrapassam a função corrente de moradia, como as que serão tratadas a seguir.

⁶⁹ Publicação do dia 26 de outubro de 2017 na página do Facebook do Espaço Comum Luiz Estrela

4.3.2. A Ocupação Kasa Invisível: espaço público para além da propriedade estatal

A Kasa Invisível (figuras 42 e 43) é uma ocupação localizada na Avenida Bias Fortes, 1034, no centro de Belo Horizonte, e de acordo com seus integrantes é inspirado no movimento dos squatters⁷⁰, okupas e centros sociais anarquistas que ocupam casas abandonadas em pontos estratégicos da cidade e as transformam em moradia, centros sociais e culturais de resistência. O imóvel, datado da década de 1930 e abandonado há mais de 20 anos foi ocupado em 2013 por um coletivo formado por trabalhadores, artesãos, estudantes, professores e artistas que o descrevem como anticapitalista, autônomo e horizontal. Sobre as motivações de se ocupar um espaço, os integrantes do coletivo comentam:

Em vez de esperar que façam por nós, de apresentar demandas aos governantes ou trabalhar a vida inteira em empregos ruins para ter um espaço, achamos importante mostrar às pessoas que é possível ir lá e tomar o que queremos dessa lógica da especulação imobiliária e transformá-la em um bem comum de todas as pessoas da cidade e de fora dela.⁷¹

Segundo os idealizadores, diferentemente da maioria das ocupações urbanas em Belo Horizonte que após ocupar um espaço usam a estratégia de visibilidade e já buscam o apoio externo como forma de resistência, a Kasa Invisível – fazendo jus ao nome – optou por permanecer inicialmente *escondida* para evitar que fossem identificados pelos proprietários e pelo Estado. Nesse período, realizaram a limpeza da casa – que possui dois andares – e pequenas reformas com o objetivo de prover infra-estrutura necessária para a realização de atividades coletivas.

Além disso, é necessário que se diga 2013 foi um ano que os movimentos sociais, principalmente os anarquistas, autônomos e libertários haviam sido duramente reprimidos após Junho e com a Copa do Mundo da FIFA em 2014 já era esperado o aumento repressivo (o que de fato ocorreu), um espaço como o nosso seria um brutalmente visado.⁷²

⁷⁰ O movimento squatter ou okupa (como são chamados na Espanha e América Latina) “surgido no fervor da contracultura dos anos 1960, se colocava na Europa como alternativa de resistência à organização capitalista da vida urbana. Propondo a ocupação de casas e apartamentos abandonados ou desocupados, enquanto oposição as políticas de especulação imobiliária, que geravam espaços “ociosos” em nome de interesses financeiros. A partir dos anos 1990, tal tendência de luta urbana ganhava visibilidade no Brasil associada a práticas anarquistas, de segmentos como o movimento anarco-punk” (RUDY, 2011, p.1)

⁷¹ Depoimento dado em entrevista realizada pela autora no dia 17 de julho de 2018.

⁷² Depoimento dado em entrevista realizada pela autora no dia 17 de julho de 2018.

Dessa forma, o receio das repressões policiais desencadeadas em junho de 2013 também foi um dos motivos dos integrantes da Kasa Invisível optarem por não tornar a ocupação pública num primeiro momento. Com o passar do tempo, o coletivo percebeu que o risco de despejo existia independentemente da divulgação da ocupação. Na realidade, compreenderam que a *visibilidade*, ao contrário, aumentaria o apoio à permanência da ocupação e seria um fator fundamental para a resistência contra tentativas de despejo.

Hoje contamos com apoio da comunidade, da vizinhança, apoio jurídico e boa relação com outros movimentos sociais. O que nos permite apoiar e receber muito mais apoio enquanto abrigamos atividades sempre abertas e gratuitas para toda a cidade.⁷³

Seguindo princípios de autonomia, autogestão, pluralismo e horizontalidade, a proposta do coletivo com a ocupação é ser um ponto de resistência e reivindicação pelo centro da cidade. Eles identificam a importância de espaços como esse para "mostrar que é possível uma outra política e que devemos ocupar todos espaços, inclusive o centro de uma das maiores cidades brasileiras".⁷⁴ Dentre os principais objetivos da ocupação:

A Kasa pretende ser um catalisador de lutas e de experiências libertárias na cidade e região, servindo de ponto de encontro, confabulação e propagação de informação. E quem sabe ser inspiração e referência para outras ocupações no futuro.⁷⁵

As principais atividades que acontecem na Kasa Invisível são oficinas, cineclubes, feiras, festas, debates, grupos de estudos, aulas, reuniões, apresentações, exposições, entre outros (figura 44). A Feira Okupa Skina é um evento esporádico de produtores locais que gera renda para os expositores e para a Kasa. O Cine Invisível acontece de 15 em 15 dias e funciona a partir de circuitos temáticos, exibindo filmes de acordo com um tema escolhido pelo coletivo. A Loja Grátis tem a proposta de que as pessoas adquiram um produto sem ter que pagar por ele ou trocar por outro objeto, experimentando novas formas de consumo. Além das atividades fixas, a Kasa contempla uma biblioteca onde ocorrem grupos de estudos com temática feminista e libertária. Também acontecem eventos pontuais, como o Okupa Tudo, que foi um encontro de coletivos autônomos, com debates e rodas de conversa, o Quartier Latino, festa de comemoração de 5 anos da ocupação e dos 50 anos desde maio de 1968, entre outros. A Kasa invisível também funciona como moradia, onde atualmente moram duas

⁷³ Depoimento dado em entrevista realizada pela autora no dia 17 de julho de 2018.

⁷⁴ Idem.

⁷⁵ Idem.

famílias, mas este não é o uso predominante da ocupação. O espaço, polivalente, não possui funções pré-definidas e está aberto a novas propostas e parcerias com grupos sociais e indivíduos que compartilhem com as ideias do coletivo.

A forma de organização é baseada na cooperação mútua e não há hierarquias. A Kasa Invisível possui um regimento interno e alguns princípios⁷⁶, de modo que todas as atividades são debatidas em reuniões e as demandas são trazidas para o coletivo tomar decisões. Os integrantes fazem reuniões semanais para desenvolver as atividades da Kasa e dividem as tarefas em Grupos de Trabalhos e Projetos, alguns deles internos ao coletivo, como o grupo responsável pelo Financeiro, Comunicação e Situação jurídica e outros grupos abertos à comunidade, como a Loja Grátis, Cine e Biblioteca Invisível. Os grupos têm autonomia na tomada de decisões, desde que estejam em conformidade com o regimento interno e que não entrem em divergência com os princípios da Kasa. A captação de recursos é feita por meio de doações, além das parcerias e festas que realizam para levantar fundos.

A respeito da situação jurídica da Kasa Invisível, o grupo informou que recentemente recebeu um alerta de pessoas que se dizem os proprietários do imóvel, que esteve abandonado durante longo período de tempo.

Ocupar uma casa é conviver com uma constante ameaça. Por parte do Estado, dos antigos “donos” e da própria Justiça Burguesa. Então sempre estivemos em risco. A Kasa encontrava-se abandonada a mais de 20 anos, e a 5 nós a ocupamos. Legalmente, pelo usucapião, já seríamos os proprietários “legítimos”. Estamos sempre atentos e assessorados juridicamente, uma reintegração de posse pode sair de um dia para o outro então nossos advogados estão acompanhando o processo. Nesse sentido, sempre deixando nossos apoiadores mobilizados para um possível chamado de urgência para resistir à reintegração.⁷⁷

Como os próprios integrantes do coletivo explicitaram, ocupar um imóvel abandonado, sobretudo localizado no centro da cidade – espaço extremamente visado e disputado – é sempre um risco e requer um processo constante de resistência e cooperação. A Kasa Invisível se difere das demais ocupações aqui estudadas, pois é uma iniciativa que ocupou um imóvel particular e o transformou em espaço comunitário. A conquista do uso público do espaço se deu mediante a prática política da ocupação que além de alterar as relações com o espaço, contribui para a realização da função social da propriedade.

⁷⁶ A autora não teve acesso aos regimento interno da Kasa Invisível.

⁷⁷ Depoimento dado em entrevista realizada pela autora no dia 17 de julho de 2018.



FIGURA 42 Kasa Invisível
Fonte: otempo.com.br



FIGURA 43 Kasa Invisível
Fonte: picbear.online/tarifazerobh



FIGURA 44 Palestra na Kasa Invisível
Fonte: twitter.com/kasainvisivel

A Kasa Invisível comprova a dissociação entre o uso público e a propriedade, tornando-se um exemplo de que é possível construir espaços públicos mesmo em imóveis de propriedade privada. A proposta demonstra também que esse processo de ressignificação, no entanto, não ocorre sem luta. Para o coletivo, ocupar é uma forma de “ação direta (que não depende de políticos, leis ou qualquer mediação das instituições de poder) que busca o uso coletivo de um imóvel que estava se deteriorando porque os ‘donos’ achavam que era melhor esperar a casa cair para construir um prédio ou vender o terreno”. É necessária cooperação entre as pessoas e uma organização diária para que a proposta se mantenha. Assim, a rede de relações e identificação com o espaço são fundamentais para que ele seja consolidado e continue em funcionamento.

A Kasa Invisível é usada e gerida pelo coletivo e por quem quiser fazer parte dele. Nenhum de nós tem ou busca ter a propriedade sobre a Kasa. Também não queremos uma noção de espaço público, onde as pessoas podem passar e sentir alienadas, como se não tivessem uma relação de responsabilidade pelo espaço. Comumente é isso que a noção de público traz, algo que não precisamos cuidar porque as autoridades competentes já cuidam. O espaço é experienciado por quem quer estar nele e gerido por quem está nele, sem funcionários ou patrões. Um espaço comunizado, uma casa que nega a propriedade privada e a administração estatal, restituindo seu uso e negando seu valor de troca (afinal, não é essa a finalidade de uma casa?). Legalmente lutamos pela “posse” do imóvel apenas como forma de impedir que ele volte para as mãos ricas dos proprietários que o abandonaram por décadas. Como diz uma linda canção: “essa casa não é minha, essa casa não é sua, essa é uma casa okupa!”⁷⁸

Nesse trecho fica evidente o receio dos integrantes em definir a Kasa Invisível como espaço público devido ao imaginário de que o *público* remete a um espaço negligenciado e considerado *terra de ninguém*, por ser de responsabilidade do Estado. Esse ponto é interessante, pois trata das fronteiras borradas entre o público e o privado no Brasil e revela uma associação entre o público e uma relação de paternalismo (YÀZIGI, 1997). A total atribuição ao Estado como responsável pelos espaços públicos culmina em uma desresponsabilização por parte da população. Com isso, as pessoas não se sentem parte do processo de construção dos espaços públicos – de fato, não há esforço por parte do poder público para que sejam incluídas – e conseqüentemente não criam nenhum vínculo com o espaço. Frequentemente, as pessoas apenas cobram do Estado o cumprimento de suas obrigações enquanto mantenedor das áreas públicas da cidade.

⁷⁸ Depoimento dado em entrevista realizada pela autora no dia 17 de julho de 2018.

Paradoxalmente, no momento em que o Estado, suposto responsável pelos espaços públicos, negligencia sua tarefa, muitas vezes, as pessoas se (auto) organizam e acabam construindo novas relações e espacialidades. São agentes e grupos que estão dispostos a ultrapassar a demarcação que separa os moradores dos espaços públicos de suas cidades – como estas iniciativas em Belo Horizonte. Certamente existem outros fatores que influenciam na decisão dos grupos atuarem no espaço, mas essa dinâmica demonstra o papel multifacetado exercido pelo Estado no que diz respeito ao tratamento dos espaços públicos, assim como em relação ao engajamento e protagonismo dos cidadãos. A construção coletiva de um espaço demanda justamente um senso de responsabilidade e comprometimento entre os envolvidos e é isso o que vai garantir seu tempo de permanência, por meio da reformulação dos acordos. Esse tipo de atitude se distancia da alienação em relação à produção do espaço, uma vez que é preciso estar consciente das diversas relações de poder envolvidas nesse processo e do enfrentamento à lógica de produção dominante.

Os integrantes da Kasa Invisível também deixam claro a falta de interesse em adquirirem a *propriedade* do imóvel, sugerindo, ao invés disso, a *posse* apenas como forma de assegurar que não haja despejo. O título de propriedade, nesse caso, não é o objetivo dos ocupantes, até porque uma ocupação que não tem finalidade de moradia se enquadra em uma situação bem menos vulnerável do que as anteriores, não fazendo desta, uma prioridade. O importante, nesse caso, é o *uso público* atribuído ao imóvel, ressignificando-o como espaço comum. A Kasa Invisível foi capaz de ampliar os aspectos de *acessibilidade* do edifício a partir da construção de um sentido de *coletividade*. No entanto, apesar de aberto a propostas, a Kasa não apresenta tanta *diversidade* de pessoas e temas quanto o Espaço Comum Luiz Estrela, por exemplo. As atividades são mais esporádicas e parece haver uma rede de relações menos abrangente. Não há tampouco, um vínculo tão grande com o espaço como no caso anterior, levando a crer que a Kasa pusesse ser sediada em qualquer outro imóvel do centro de Belo Horizonte. Nesse sentido, a dimensão espacial não parece ter sido estruturante na proposta da Kasa para além da sua localização central, que era uma condição do coletivo. A questão da *visibilidade* também influencia no acesso pelas pessoas, pois o espaço ainda não conseguiu se estabelecer como uma referência na cidade – objetivo colocado pelos idealizadores – possuindo poucos frequentadores. Por outro lado, o fato de não ser tão conhecida pode ser apontado como um dos possíveis motivos que garantiu a manutenção do espaço e que evitou grandes tentativas de remoção e despejo por parte dos proprietários.

A Kasa Invisível contribui para o avanço da discussão a respeito dos espaços públicos porque permite pensar um outro sentido à noção de público, desvinculado da propriedade. O público

se refere ao uso conferido ao espaço, de modo que quanto mais acessível, coletivo e compartilhado, mais próximo estará de sua realização enquanto espaço radicalmente democrático. Nesse sentido, acredita-se que a Kasa Invisível ainda está em processo de se tornar um espaço público democrático – assim como as demais práticas analisadas – uma vez que o uso público não é garantido, mas conquistado e exercitado no cotidiano.

4.3.3. Ocupação Casa de Referência da Mulher Tina Martins: feminismo no espaço público

A Casa de Referência da Mulher Tina Martins⁷⁹, iniciou-se como uma ocupação do prédio da antiga Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, localizado na rua Guaicurus, 343, no centro da cidade e que estava abandonado há mais de 10 anos. No dia 8 de março de 2016 o Movimento de Mulheres Olga Benário juntamente com o Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) resolveram ocupar o edifício (figuras 45 e 46) com o objetivo de exigir do governo políticas públicas efetivas em prol das mulheres, dado os números alarmantes de violência contra as mulheres e feminicídios no Brasil.⁸⁰ O movimento buscava a criação de uma *Casa Abrigo*, que pudesse acolher mulheres, mães e trabalhadoras que estão em situação de risco ou violência, visto que Belo Horizonte possui apenas uma casa de abrigo com a capacidade de acolhimento de apenas 13 mulheres.

Em 2014, foi aprovado o Projeto de Lei 993 que estabeleceu a transferência do edifício para o Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais (TRT-MG), informação utilizada como justificativa para o pedido de reintegração de posse, mobilizada no mês de abril de 2016. No entanto, dois anos após a aprovação do projeto o TRT ainda não havia tomado posse do prédio nem havia uma previsão concreta de utilização do local, o que serviu de argumento

⁷⁹ O nome da ocupação é em homenagem à militante anarquista Espertirina Martins, que lutou pelo feminismo em Porto Alegre e também no Rio de Janeiro no início do século XX.

⁸⁰ “No Brasil, a taxa de feminicídios é de 4,8 para 100 mil mulheres – a quinta maior no mundo, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Em 2015, o Mapa da Violência sobre homicídios entre o público feminino revelou que, de 2003 a 2013, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54%, passando de 1.864 para 2.875” (ONU, 2016). Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/> > Acesso em: ago 2018.

do movimento para que o governo cedesse um outro espaço para o TRT que não fosse o edifício já ocupado.

Foi um longo processo de negociação com a Superintendência de Patrimônio da União e o Governo Estadual com ameaças constantes de remoção violenta das ocupantes pela polícia. Ao final de 87 dias de ocupação chegou-se a um acordo que garantiu a cessão de uso de outro edifício, localizado também na área central, na rua Paraíba, 641, bairro Funcionários, local próximo à Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFMG (figura 47).

O imóvel cedido provisoriamente pelo governo é tombado e pertence à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). Havia funcionado como um restaurante universitário e estava sem uso há mais de quatro anos. No novo local, a ocupação se transformou em *Centro de Referência da Mulher Tina Martins*, que desde 2016 atua no combate à violência das mulheres oferecendo atendimentos psicossociais e atividades de emponderamento feminino. De acordo com as integrantes:

A Casa vem desenvolvendo, com outras entidades parceiras, atendimento às mulheres refugiadas, vítimas do preconceito e discriminação. É importante ressaltar que, nesse período de quase dois anos, a maioria esmagadora das mulheres atendidas foi de mulheres pobres, negras, trabalhadoras e de periferia; exatamente porque são essas as mulheres privadas do acesso às informações e ao atendimento especializado, figurando entre as principais vítimas da violência doméstica e institucional.⁸¹

Ao longo de dois anos, foi registrado o atendimento de mais de 280 mulheres pela Casa. Todas as integrantes trabalham de forma voluntária e a autogestão do espaço é feita pelo Movimento de Mulheres Olga Benário por meio de doações. As contas de água, luz, impostos e pequenos reparos são subsidiados pelo governo Estadual, mediante a cessão de uso concedida. Além do abrigo temporário às mulheres em situação de vulnerabilidade, a Casa busca oferecer um espaço voltado para trocas entre as mulheres. “Nós temos mulheres morando aqui por necessidade, mas nosso maior objetivo é que esse seja um espaço de fomento, de discussão sobre essa pauta da violência e sobre outras pautas que também dizem

⁸¹ Publicação do dia 19 de dezembro de 2017 na página do Facebook da Casa de Referência da Mulher Tina Martins. Disponível em: < [tps://www.facebook.com/casatinamartins/](https://www.facebook.com/casatinamartins/) > Acesso em: mai 2018.

respeito às mulheres”⁸². A Casa possui uma programação cultural e oferece diversas atividades como aulas de ioga, meditação, exibição de filmes, rodas de conversa acerca da temática feminina, oficinas (tapeçaria, crochê, reforma de móveis, música, costura, etc), aulões, saraus e a Feira da Tina, que ocorre mensalmente no segundo sábado do mês e já reúne mais de 30 expositoras. O espaço também contempla uma pequena biblioteca aberta ao público que contém majoritariamente livros da temática feminista ou escritos por mulheres.

No dia 12 de maio de 2017, foi comemorado o aniversário de um ano da ocupação Tina Martins e inaugurado o Memorial de Resistência Feminina, localizado na Casa de Referência da Mulher Tina Martins. Sobre o Memorial, o grupo reforçou “que a Casa também é espaço de discussão, reflexões e espaço de desconstruirmos tantas questões machistas, racistas, patriarcais e, principalmente, políticas!”⁸³

A cessão de uso do imóvel foi concedida para o movimento por um prazo inicial de dois anos. Até o fim do prazo, a Casa precisaria se manter em funcionamento para a realização de uma nova negociação, que tornaria a concessão definitiva. Em novembro de 2016, integrantes da Casa Tina Martins e do Movimento de Mulheres Olga Benário participaram da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e apresentaram um projeto para o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG), onde conseguiram aprovar uma Emenda Parlamentar de auxílio financeiro específico à Casa Tina Martins. O prazo para efetivação da emenda era até o dia 22 de dezembro de 2017. Após o não cumprimento por parte do governo, as integrantes da Casa ocuparam no dia 19 de dezembro de 2017 o gabinete da Secretaria Estadual de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania (SEDPAC), na Cidade Administrativa de Minas Gerais com o objetivo de pressionar o pagamento da verba pública conquistada por elas.

⁸² Disponível em: < <http://www.obeltrano.com.br/portfolio/a-busca-de-um-novo-local-para-chamar-lar/>> Acesso em: ago 2018.

⁸³ Trecho do texto de descrição do evento de Lançamento do Memorial da Resistência Feminina + 1 ano de Casa Tina Martins no Facebook. Disponível em: < <https://www.facebook.com/events/742731069242316/>> Acesso em: mai 2017.



FIGURA 45 Ocupação Tina Martins
Fonte: Maxwell Vilela, 2016



FIGURA 46 Ocupação Tina Martins
Fonte: Lucas D'ambrosio, 2016



FIGURA 47 Centro de Referência da Mulher Tina Martins
Fonte: azmina.com.br

A ocupação do gabinete fez com que a Emenda da Tina fosse publicada no Diário Oficial, como forma de garantia institucional. O recurso já foi autorizado, mas a Advocacia Geral do Estado (AGE) ainda não fez a liberação do recurso para o Tina Martins e nem para as demais Políticas Públicas para Mulheres. “Em 2017 foram 4.473 casos de homicídios dolosos, um aumento de 6,5% em relação a 2016. Isso significa que uma mulher é assassinada a cada duas horas no Brasil”⁸⁴, dizem as integrantes.

A cessão do imóvel venceu em junho de 2018 e desde então a Casa está em situação vulnerável, pois não foi realizada uma nova mesa de negociação com o Estado e por isso não há garantias de que as integrantes não sejam removidas do edifício a qualquer momento. Assim, mais uma vez o coletivo feminista utilizou do ato de ocupar como forma de pressão política para exigir políticas de combate à violência contra as mulheres. No dia 01 de agosto de 2018 o Movimento de Mulheres Olga Benário ocupou o gabinete da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão (SEPLAG) com o objetivo de discutir a atual situação da Casa de Referência da Mulher Tina Martins. Ficou acordado uma garantia de permanência do coletivo no imóvel por mais um ano.

A Casa de Referência da Mulher Tina Martins é a primeira ocupação urbana de orientação feminista da América Latina e desempenha um papel social que deveria ser realizado pelo Estado, de acolhimento e amparo às mulheres vítimas de violência e em situação de vulnerabilidade. Mesmo assim, sua permanência ainda não está garantida e será necessário mais um processo de negociações e resistência para conquistar a permanência do espaço. A Casa Tina Martins inaugurou um ponto de encontro e referência e foi capaz de ampliar a esfera pública ao introduzir de forma contundente o debate em relação à desigualdade de gênero, machismo e opressão contra a mulher. De acordo com Santos (2017), o patriarcado é uma das três principais formas de dominação da modernidade – juntamente com o capitalismo e o colonialismo – e, portanto, é incompatível com os princípios democráticos.

Para ter êxito, a resistência contra a dominação moderna tem de assentar em lutas simultaneamente anticapitalistas, anticoloniais e antipatriarcais. Todas as lutas têm de ter como alvo os três fatores de dominação, e não apenas um, ainda que as conjunturas possam aconselhar que incidam mais num fator que noutro (SANTOS, 2017, n.p.).

⁸⁴ Publicação na página do Facebook da Casa de Referência da Mulher Tina Martins do dia 01 de agosto de 2018. Disponível em: < <https://www.facebook.com/casatinamartins> > Acesso em: ago 2018.

Clarice Filgueiras, uma das dez coordenadoras, afirma que considera a Casa Tina Martins “uma forma concreta de realização do feminismo classista”,⁸⁵ vertente defendida pelo Coletivo Olga Benário. O coletivo busca o amparo, acolhimento, acompanhamento e também a emancipação das mulheres que chegam até a Casa, proporcionando encaminhamento jurídico e psicológico. Há uma clara tentativa de uma nova abordagem no tratamento das vítimas de violência contra a mulher por parte do coletivo, que acreditam ser mais empoderadoras do que as práticas desenvolvidas pelo Estado.

A Casa desenvolve uma relação controversa com o Estado, uma vez que este não é considerado por elas como um aliado na luta contra a violência da mulher, mas ao mesmo tempo necessitam da manutenção dessa relação. O relacionamento com o Estado acontece principalmente devido às demandas financeiras necessárias para manter a casa e segurança das abrigadas, mas também por se tratar de um serviço que envolve uma questão de segurança pública. Como já explicitado, existe apenas um abrigo em Belo Horizonte para acolher mulheres vítimas de violência. A Casa de Referência da Mulher Tina Martins já faz parte da Rede de Enfrentamento de Violência Contra a Mulher⁸⁶ de Belo Horizonte e ainda não possui sequer a garantia legal de uso do imóvel. A coordenadora Clarice faz uma constatação a respeito da abordagem do poder público em relação aos setores sociais que já é conhecida, principalmente no contexto neoliberal pós-aprovação da PEC55: “O Estado e as instituições nos tratam como gasto e não como investimento”.⁸⁷ A Casa se mantém até hoje somente por causa da sólida rede de apoio que foi consolidada desde o momento em que a casa de referência era somente uma ocupação.

A Casa de Referência da Mulher Tina Martins funciona como um símbolo da causa feminista, antes inexistente na cidade. A ocupação foi capaz de materializar a luta no espaço, fazendo uma articulação entre o *espaço público político* e o *espaço público urbano*, uma vez que a ocupação foi uma maneira de dar *visibilidade* e articular as mulheres em torno de demandas feministas, ao mesmo tempo em que construiu um espaço coletivamente que tem relevância municipal e metropolitana. A discussão sobre o feminismo e o combate à violência contra a

⁸⁵ Depoimento dado em entrevista realizada pela autora no dia 20 de agosto de 2018.

⁸⁶ “A Rede Estadual de Enfrentamento à Violência Contra a mulher foi criada em 2006, a partir de um Projeto Nacional da SPM (Secretaria de Políticas Para as Mulheres, da Presidência da República), e realizado como projeto piloto pela AGENDE (Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento). Participam da Rede instituições do Governo Federal, Estadual e Municipal e entidades da sociedade civil do Movimento de Mulheres (SINPRO, 2016). Disponível em: < <http://sinprominas.org.br/noticias/rede-de-enfrentamento-a-violencia-comemora-os-10-anos-da-lei-maria-da-penha/> > Acesso em agosto de 2018.

⁸⁷ Depoimento dado em entrevista realizada pela autora no dia 20 de agosto de 2018.

mulher foi colocada no espaço público – político e urbano – por meio da ocupação que se tornou Casa de Referência da Mulher. Considera-se essa concretização espacial indispensável ao processo, capaz de dar um sentido material e simbólico às causas da luta. Articula-se tal sentido à ideia do direito à cidade, como forma de acesso ao espaço urbano e também a outros direitos. A construção coletiva foi capaz de consolidar no espaço urbano, parte da luta feminista e contra a violência de gênero, ampliando assim a esfera pública e gerando resultados concretos ao debate acerca dos direitos da mulher.

4.4. Considerações sobre as práticas

A partir de demandas sociais e coletivas, como a necessidade de moradia no caso da Casa da Árvore, a resistência contra a aprovação da PEC 55 nas ocupações estudantis e a luta pela função social da propriedade nas ocupações urbanas, novos espaços públicos foram construídos de forma colaborativa. Em todos os casos, os objetivos iniciais foram ultrapassados e novos sentidos foram criados a partir das relações cotidianas. A moradia se transformou em biblioteca comunitária, o espaço de acolhimento de mulheres se transformou em centro de referência feminista, o centro cultural se expandiu para patrimônio em processo, o protesto contra medidas de cortes em investimentos sociais se transformou em experiência de autonomia temporária. Novas relações com o espaço foram estabelecidas e, com isso, uma outra produção espacial foi criada, pautada no valor de uso, na coletividade e com vistas à radicalização democrática. Produzir espaços compartilhados já é produzir novas formas de estar juntos e ir além daquilo que está dado (STAVRIDES, 2018). Além disso há uma inventividade atrelada a produção desses espaços, que combinam cultura e política. Não se trata apenas do uso criativo de espaços públicos existentes, mas de produzi-los a partir de demandas de luta.

As iniciativas apresentam posicionamentos diferentes no que se refere à relação com o Estado. O Espaço Comum Luiz Estrela conseguiu cessão de uso do imóvel por 20 anos e já recebeu verbas de órgãos públicos de patrimônio para reforma inicial do edifício. Já a Casa Invisível se coloca diretamente contrária às possíveis contribuições financeiras ou parcerias com o Estado, pois o grupo “nega a propriedade privada e a administração estatal”⁸⁸ em qualquer instância, prezando pela total autonomia, inclusive financeira. O Centro de Referência da Mulher Tina Martins recebia subsídio do governo até junho de 2018 para

⁸⁸ Depoimento dado em entrevista realizada pela autora no dia 17 de julho de 2018.

quitar as despesas de funcionamento do imóvel, como água e luz, mas, atualmente supre todo o gasto autonomamente. As integrantes deixam claro que o objetivo do movimento é conseguir a permissão para usar o imóvel, mas que seja mantido por meio da autogestão, conforme já ocorre. A demanda do coletivo é direcionar uma verba pública já existente, destinada para políticas públicas para as mulheres, para que a Casa mantenha seu funcionamento. Afinal, um espaço que presta um serviço público com abrangência metropolitana, precisa de recurso e investimento igualmente público.

Também foram verificados distintos graus de uso público, de modo que algumas práticas construíram espaços públicos em sentido mais radical que outros. Acredito que o Espaço Comum Luiz Estrela foi o caso que mais conseguiu expandir a dimensão pública e teve uma produção espacial mais rica. Foi possível identificar uma atuação efetivamente na esfera do *público* e não apenas na esfera de um pequeno coletivo. A Casa da Árvore, ainda que imbricada em um jogo de relações de poder complexo – e até perverso –, conseguiu erguer uma construção que alcançou a condição de pública mesmo mantendo o uso de moradia. Essa situação demonstra, surpreendentemente, como a partir de uma necessidade – privada – foi consolidado um espaço público colaborativo em um mesmo local de moradia.

Sobre as ocupações urbanas, seja em relação à segurança e ao amparo à mulher, à democratização da cultura e do patrimônio ou à atribuição de uso público a um imóvel particular ocioso, todas as propostas contribuem para a construção coletiva de espaços públicos mais democráticos. Essas ocupações vão além da reivindicação pelos espaços públicos, pois exercitam um outro sentido de público, baseado no uso e não na propriedade. Essa inversão coloca em evidência que o caráter público não é necessariamente atrelado à propriedade (privada ou pública), e, na verdade, o ultrapassa.

A tática de ocupação foi essencial para a consolidação da maioria desses espaços que seguem resistindo e se organizando para que sejam reconhecidos e permaneçam em funcionamento. As ocupações urbanas aqui estudadas já estão em certa medida consolidadas, mesmo no caso da Casa de Referência da Mulher Tina Martins, que ainda não adquiriu cessão de uso por um tempo prolongado, o coletivo está articulado e já possui uma rede de colaboração que contribuirá no processo de negociação e resistência. No entanto, as futuras ocupações, especialmente em áreas públicas, estão sob risco de sofrer maior repressão devido a uma medida recentemente aprovada pela prefeitura de Belo Horizonte.

No dia 12 de abril de 2018, o prefeito Alexandre Kalil (PHS) aprovou o Decreto nº 16.888⁸⁹ que reconheceu 119 ocupações de Belo Horizonte como Assentamentos de Interesse Social – 115 que já haviam sido aprovadas na IV Conferência Municipal de Política Urbana em 2014 e mais 4 ocupações da região da Izidora. A medida confere legitimidade às ocupações e formaliza a intenção de uma futura regularização fundiária para os terrenos. Apesar da conquista parcial, o primeiro decreto veio acompanhado por outro, o Decreto nº 16.889⁹⁰ que estabelece o Plano de Controle e Monitoramento de Áreas Públicas. O plano cria um Grupo Executivo responsável por "prevenir, monitorar e controlar a ocupação e o uso irregulares de áreas públicas nos municípios" – muito semelhante à *Turma de Guardas e Vigias* criada em 1903. De acordo com o site da prefeitura de Belo Horizonte,

A efetivação do Plano se dará a partir da atuação conjunta de diversos órgãos do Município, com ênfase nas medidas de prevenção, e envolve a ação de vigilância diária por equipe da Guarda Municipal nas nove regionais e a mobilização de recursos para ação de desforço imediato (impedir a ocupação imediatamente evitando a judicialização) (PREFEITURA DE BELO HORIZONTE, 2018)⁹¹

O decreto tem o objetivo de coibir o surgimento de novas ocupações em áreas públicas, abrindo precedente para o aumento da violência e repressão em relação aos possíveis ocupantes. A decisão praticamente criminaliza ocupações em espaços públicos, pois reforça a desocupação violenta em áreas do município por meio do "desforço imediato, demolição e demais penalidades previstas"⁹². Os movimentos sociais de luta pela moradia, como as Brigadas Populares, acusam a inconstitucionalidade da medida, pois ela incita a prática de despejo sem a necessidade de ordem judicial – como ocorreu na Casa da Árvore. Essa alteração no tratamento das ocupações poderá trazer sérias consequências e dificultará ainda mais os processos de ocupação de imóveis de propriedade pública e áreas do município em geral.

No entanto, o que todos os casos estudados demonstram é que mesmo com as inúmeras tentativas de coerção e inibição nos espaços públicos, muitos grupos estão dispostos a lutar

⁸⁹ Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/Files/dom5512%20-%20assinado.pdf> > Acesso em: ago 2018.

⁹⁰ Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/Files/dom5512%20-%20assinado.pdf> > Acesso em: ago 2018.

⁹¹ Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeito-alexandre-kalil-assina-decretos-reconhecendo-assentamentos-como-aeis>> Acesso em: ago 2018.

⁹² Idem.

pelo direito à cidade, reforçando cada vez mais que é possível que as pessoas atuem na construção de espaços públicos. As práticas aqui estudadas contribuem para o processo de democratização do espaço público e ampliação da esfera pública, na medida em que experimentam novos modos de compartilhamento do espaço, ressignificando-os como lugares políticos. Nesse sentido, o espaço público não é dado, mas construído de forma coletiva, configurando-se como um processo em detrimento de um produto.

Todos os casos estudados são, alguma medida, experiências de ocupação do espaço, sejam temporários ou permanentes. As ocupações urbanas penetram no processo de disputa capitalista pelo espaço e reivindicam mais acessibilidade, coletividade, visibilidade e diversidade. A partir de uma outra via de acesso ao espaço, em uma aproximação que não se estabelece pelo viés da troca mercantil e sim, na luta por um ideal, as práticas ultrapassaram a concepção de espaços de *propriedade pública* para se tornarem *espaços públicos* em processo coletivo de consolidação. Esses casos vêm problematizar a ordem do sensível, questionando a própria contagem dos reconhecidos como parcelas.

Diversas são as motivações para esses arranjos espaciais, mas, certamente, a questão afetiva funciona como motor para todos eles. É necessário um vínculo maior que apenas o comprometimento para levar à cabo a construção de espaços como esses, mediante lutas e conflitos cotidianos. Foram criados novos canais impulsionados a partir dos afetos das pessoas envolvidas em cada um dos projetos. Nesse sentido, acredito ter sido alcançado um princípio fundamental da democracia radical e plural: mobilizar paixões em prol de propósitos democráticos.

**ESPAÇO PÚBLICO EM DISPUTA: DA IDEOLOGIA AO
DISSENSO**

5 Espaço público em disputa: da ideologia ao dissenso

5.1. A ideologia do Espaço Público

Desde a segunda metade do século XX a definição de espaço público não é mais a mesma. Nesse período, a abordagem a respeito dos espaços públicos sofreu uma inflexão, evidenciada inicialmente entre autores dos países centrais e posteriormente no Brasil.

A crítica aos princípios funcionalistas perde força e ganha expressão uma série de investigações voltadas para o sentido das praças e ruas – que passaram a ser genericamente identificados como espaços públicos (urbanos) – frente aos dilemas urbanos e sociais e à agudização da crise de valores, decorrentes da consolidação de uma reestruturação econômica de perfil neoliberal, articulada em seus principais países a partir dos anos 70 (ABRAHÃO, 2008, p.182).

Os espaços livres, áreas verdes, ruas e praças foram incluídos na concepção de espaço público. A partir disso, sucederam diversas abordagens e discussões acerca dos espaços públicos nas cidades, tanto no Brasil quanto em outros países. No contexto brasileiro, precisamente, o debate em torno dos espaços públicos foi maior a partir da década de 1990 (ABRAHÃO, 2008). Desde a definição desse conceito é perceptível em grande parte dessas formulações o estabelecimento de uma relação entre a *esfera pública* democrática e *espaço público* urbano. A associação tornou-se mais forte no pensamento urbano na década de 1980 e 1990, ao considerar os espaços públicos como locais da realização da cidadania. O conceito contemporâneo, portanto, é mais audacioso e possui mais significados e pressupostos do que as aceções anteriores. Assim, na maioria das análises e interpretações atuais são "transpostos, explícita ou implicitamente, atributos de concepções de espaço público modeladas no campo da filosofia e das ciências políticas que, como vimos em Arendt, [...] eram concepções abstratas que em sua formulação não levaram em conta a materialidade dos espaços urbanos (ABRAHÃO, 2008, p.145). Nesse sentido, foi esforço deste trabalho realizar uma análise cautelosa visando o entendimento das consequências dessa transposição do espaço público abstrato para o concreto. A partir dessa análise, trata-se aqui de responder em que medida os espaços públicos urbanos são de fato expressão do espaço público político. A esfera pública conforme elaborada por Arendt (2007) a partir da pólis grega não possuía correspondência material definida, ainda que espaços como a ágora fizessem parte desse imaginário, pois exerciam a função de reunião e encontro.

A pólis (...) não é a cidade-estado no seu lugar físico; é a organização das pessoas à medida que surgem o atuar e o falar juntos, e seu verdadeiro espaço está entre as pessoas vivendo juntas para esse propósito, não importando onde estejam (...) é o espaço da aparição no sentido mais amplo da palavra, ou seja, o espaço em que eu apareço para os outros à medida que os outros aparecem para mim, em que o homem (...) faz a sua aparição explicitamente (ARENDETT, 2007, p.198-199).

A recente correspondência que atribui ao espaço público urbano a realização da esfera pública, certamente impõe grandes expectativas à essa espacialidade. "O conceito vigente de espaço público quer dizer algo mais que espaço em que todos e tudo é perceptível e percebido. Quer dizer, o conceito de espaço público não se limita a expressar hoje uma mera vontade descritiva, senão veicular uma forte conotação política" (DELGADO, 2011, p.20, tradução da autora). Se por um lado, essa conotação política associada ao espaço público contemporâneo o interpreta como local privilegiado da ação coletiva e da democracia, por outro, a expectativa de uma realização sócio-política no espaço público urbano estabelece uma oposição entre o espaço público *real* e o *ideal*. Nessa perspectiva,

[...]o espaço público passa a conceber-se como a realização de um valor ideológico, lugar em que se materializam diversas categorias abstratas como democracia, cidadania, convivência, civismo, consenso e outros valores políticos hoje centrais, um proscênio em que se desejaria ver deslizar uma ordenada massa de seres livres e iguais que emprega esse espaço para ir e vir de trabalhar ou de consumir e que, em seus momentos livres, passeiam despreocupados por um paraíso de cortesia. Com certeza esse território corresponde expulsar ou negar o acesso a qualquer ser humano que não seja capaz de mostrar os modelos dessa classe média cujo usufruto está destinado (DELGADO, 2011, p.10, tradução da autora).

A análise de Manuel Delgado (2011) repousa sobre a ideia de que o espaço público urbano, ao ser definido como espaço da cidadania e da civilidade, não passa de uma *ideologia*. Isso porque toma-se como pressuposto a materialização do político no espaço urbano, simplesmente por uma associação teórica. Imagina-se que o espaço público é o local do encontro, da igualdade de diferenças e da convivência harmoniosa entre os indivíduos e grupos sociais, e, justamente por seu potencial de sociabilidade, seja o espaço da esfera pública democrática.

Este lugar que chamamos espaço público é assim extensão material do que na realidade é ideologia, no sentido marxista clássico, ou seja, mascaramento ou fetichização das relações sociais reais e apresenta essa mesma vontade que toda ideologia compartilha de existir como objeto. (DELGADO, 2011, p.29, tradução da autora)

O conceito de ideologia segundo a interpretação marxista se refere a uma relação de ilusão, na qual um discurso é tomado como verdade sem que haja necessariamente uma correspondência com a realidade. A rigor, a real finalidade da ideologia é encobrir a situação

real em prol de uma ideia abstrata, mas que pretende se concretizar a ponto de virar uma verdade. Definindo-a como a *verdade da falsidade*, de acordo com Rancière:

Ideologia é o nome da distância indefinidamente denunciada das palavras e das coisas, o operador conceitual que organiza as junções e disjunções entre os elementos do dispositivo político moderno. Alternativamente, permite reduzir a aparência política do povo à ilusão, recobrando a realidade do conflito ou, ao contrário, denunciar os nomes do povo e as manifestações de seu litígio como velharias que retardam o advento dos interesses comuns. Ideologia é o nome que liga a produção do político à sua evacuação, que designa a distância das palavras às coisas como falsidade na política sempre transformável em falsidade da política (RANCIÈRE, 1996a, p.93)

Assim, o pressuposto de concretização da esfera pública no espaço urbano somente por seu atributo público é uma ideologia, pois diz respeito a uma suposição meramente especulativa que esvazia o real conteúdo político da democracia. A ideologia, nesse caso, cria uma idealização dos espaços públicos. Cabe alertar que "quando se trata o espaço concreto como se fosse teórico, o problema se agrava, pois as reais contradições e assimetrias sociais são encobertas" (DELGADO, 2011, p. 28, tradução da autora).

Para Delgado, a noção de espaço público como espaço democrático por natureza remete ao conceito marxista de mediação, "que expressa uma das estratégias ou estruturas mediante as quais se produz uma conciliação entre sociedade civil e Estado, como se uma coisa e outra fossem de certo modo o mesmo e como se houvesse gerado um território em que ficassem cancelados os antagonismos sociais" (DELGADO, 2011, p.23, tradução da autora). Nesse sentido, as estratégias de mediação, servem, na verdade, para mascarar as relações de dominação, pois é criada a ilusão de um lugar conciliatório no qual as assimetrias sociais encontram-se suspensas. O convencimento de uma suposta igualdade no espaço público faz emergir uma ideologia deixando evidente a diferença entre o espaço público urbano *real* e aquilo que ele *deveria ser* de acordo com a democracia liberal. Essa noção de democracia – a mesma considerada por Delgado ao definir o espaço público como ideológico – é aquela que trata o conflito como indesejável e um obstáculo à sua realização. Dessa forma, conceituar o espaço público como sendo presumidamente a concretização da esfera pública democrática é, certamente uma formulação ideológica. Fundamentalmente,

[...]a idéia da esfera pública, por si só, não cumpre o mandato de salvaguardar a democracia como uma questão. De fato, a afirmação de que o espaço público é o local da atividade política democrática pode repetir a própria evasão política que tal afirmação busca desafiar. Pois, assim como a crítica do urbano ao defender o espaço tradicional da cidade como um terreno no qual o discurso político ocorre, essa afirmação não exige que reconheçamos, na verdade pode impedir-nos de reconhecer que a esfera pública política não é apenas um lugar de discurso, é também um espaço

discursivamente construído. Do ponto de vista da democracia radical, a política não pode ser reduzida a algo que acontece dentro dos limites de um espaço público ou comunidade política que é simplesmente aceito como ‘real’[...] (DEUTSCHE, 1996, p.289, tradução da autora)

A idealização do espaço público urbano, ou seja, a consideração de um espaço concreto da forma que ele deveria ser em tese, configura-se, na prática, como um empecilho à radicalização democrática. Esse processo de abstração se distancia das reais causas que agravam a redução dos espaços públicos. Na realidade, a própria idealização que define um espaço como automaticamente democrático é o principal impedimento para o processo de democratização. Além disso, processos como a privatização atuam como causa e consequência em relação ao encolhimento dos espaços públicos. Como causa, no sentido de que a subordinação do domínio privado sobre o público faz com que as áreas públicas se tornem “segunda opção” de locais de sociabilidade, tornando-se menos frequentados e apropriados. E como consequência, pois a criação de espaços coletivos privados e a privatização dos espaços públicos “degradados” existentes são apresentadas como as melhores soluções de encontro e convívio. Essa dinâmica mascara o fato de que o setor privado, muitas vezes, apresenta soluções para os problemas que ele mesmo fomenta – por meio da narrativa de violência urbana propagada pela indústria de segurança por exemplo, que cria um estigma de espaços públicos serem sempre perigosos – e reforça, mais uma vez, a associação entre o privado virtuoso e o público desmoralizado. Certamente, a desresponsabilização do Estado neoliberal também contribui para esse processo ao se associar à iniciativa privada, demonstrando que o poder público não está apartado dessa lógica.

Numa cidade de muros e enclaves (...), o espaço público passou por uma transformação profunda. Vivenciado como mais perigoso, enquadrado por grades e muros, fragmentado pelos novos vazios e enclaves, privatizado com correntes fechando ruas, guardas armados e guaritas, o espaço público é cada vez mais abandonado pelas camadas mais altas. Na medida em que os espaços para os mais ricos são fechados e voltados para dentro, o espaço que sobra é abandonado àqueles que não podem pagar para entrar (CALDEIRA, 2000, p. 313)

Espaços públicos como praças e parques urbanos possuem barreiras físicas e simbólicas que passam por contornos raciais, de gênero e classe. A segregação sócio-espacial é encoberta por meio da perspectiva de idealização, pois ao se estabelecer o espaço público como sendo democrático, há uma pressuposição implícita que define *para quem* esse espaço é democrático, o que é totalmente questionável. Certamente, a maioria dos espaços públicos não é democrático para os sem-parcela – para utilizar os termos de Rancière – que precisam lutar para existir nesses locais.

É importante se ter em mente a quem esse discurso de espaço público serve e quem se beneficia com ele. Existem interesses para que o espaço público mantenha sua imagem de local democrático e acessível em absoluto, mesmo que esses atributos sejam apenas abstrações, quando desvinculados da prática sócio-espacial. “O que poderia ser reconhecido como o idealismo do espaço público aparece hoje ao serviço da reapropriação capitalista da cidade[...]” (DELGADO, 2011, p.10). A financeirização e espetacularização urbanas utilizam o espaço público uma peça de marketing, de modo que a imagem a ser passada seja da diversidade e democracia, enquanto, na realidade, o espaço é majoritariamente excludente e inacessível para grande parcela da população. Ao mesmo tempo, os projetos de requalificação e as regulamentações urbanas tem como meta um espaço público "de qualidade", mesmo não deixando claro o que isso de fato significa.

Apesar disso, após toda a investigação deste trabalho é possível inferir alguns elementos que estão implícitos no conteúdo dessa qualificação. O Código de Posturas de Belo Horizonte, por exemplo, revela que a *harmonia* e o *equilíbrio* são considerados sinônimos de qualidade urbana nos espaços públicos, alcançados “por meio do disciplinamento dos comportamentos, das condutas e dos procedimentos dos cidadãos no município” (BELO HORIZONTE, 2003). Além de definir as posturas a serem exercidas pelos cidadãos, a harmonia também é almejada mediante a organização do território. Retoma-se que “o Código de Posturas regula o uso dos espaços públicos da cidade, bem como as atividades que nele geram repercussão. Tem como principais focos a ordenação do mobiliário urbano e o controle da poluição visual no município” (BELO HORIZONTE, 2003). Percebe-se nos principais objetivos do Código que a associação entre belo e útil presente no plano de construção da cidade, ainda permanece, assim como a ideia de que o equilíbrio urbano será alcançado a partir da ordenação espacial. Princípios estéticos, funcionalistas e civilizadores ainda norteiam a abordagem e os procedimentos administrativos em relação aos espaços públicos em Belo Horizonte. Em decorrência disso, a idealização do espaço público como encontro pacificado não contribui para a possibilidade do político e para democratização espacial.

Esse tipo de concepções da imagem da cidade como paisagem tranquila e tranquilizante são incompatíveis com a natureza cronicamente alterada da experiência urbana e os imaginários a ela associados, visto que, como assinala Ledrut, "os conflitos, as tensões e as incoerências que aparecem no campo do 'imaginário urbano' não tem menos importância que os acordos, as concordâncias e as estruturas, quer se trate de relações entre grupos e os modelos ou relações que ocorrem no próprio interior da apreensão

individual do mundo urbano"(Ledrut, 1973:29) (LEDROUT, 1973, p. 29 *apud* DELGADO, 2011, p.104).⁹³

Para melhor entendimento do significado desses atributos conciliatórios como harmonia, equilíbrio e paz nos espaços públicos, retoma-se um pensamento de Marx (1973) – a partir de Harvey (2005) no livro *A produção capitalista do espaço* – quando observou que os conceitos de *liberdade, igualdade e justiça* estão sempre presentes nos discursos burgueses e realizou uma crítica às políticas revolucionárias que mobilizassem esses mesmos ideais, devido ao conteúdo ideológico e ligado ao Estado que contém.

Em O Capital, Marx procura elucidar um paradoxo básico: como um sistema de troca de mercadorias com base na liberdade e igualdade pode dar origem a um resultado caracterizado pela "desigualdade e falta de liberdade". (Marx, 1973:249; Marx, 1967, vol 1:cap. 5 e 684). Claro que a explicação se encontra no caráter de classe das relações capitalistas de produção, resultante de um longo processo histórico, no qual a força de trabalho se divorciou do controle dos meios de produção que, assim, tornou-se uma conserva da classe capitalista (MARX, 1973, p.249 *apud* HARVEY, 2005, p.83).⁹⁴

Observa-se, assim, que o mesmo paradoxo diz respeito aos espaços públicos, pois são locais considerados teoricamente como a realização da esfera pública e diversidade, mas que, na prática, são cada vez menos democráticos e acessíveis. O que se verifica é que ao mobilizar conceitos como a *harmonia e paz* em relação aos espaços públicos urbanos, o resultado acaba sendo seu oposto. Assim, pode-se dizer que os conceitos relacionados à *harmonia e convívio pacífico* no espaço público não fazem parte de um projeto político transformador e democrático e estão, aliás, atrelados à perspectiva do Estado. A ideia de que um espaço público seja democrático porque se baseia nesses princípios faz parte de um entendimento de democracia baseada no consenso que é suposto por uma classe única. A conciliação esperada pela democracia consensual que mobiliza a ideia de harmonia faz parte de um conteúdo de classe, ou seja, diz respeito às expectativas e aspirações das classes dominantes. Dessa maneira, a harmonia tem a ver com o consenso, um regime no qual não reconhece o conflito e o transforma em adversidade. “Todo litígio, nesse sistema, torna-se o nome de um problema” (RANCIÈRE, 1996a, p.109).

De acordo com Rancière, um dos problemas do consenso – ideia na qual ele se contrapõe – é a "pressuposição de inclusão de todas as partes e de seus problemas, que proíbe a

⁹³ LEDROUT, Raymond. Les Images de la ville... v. 7. Editions Anthropos, 1973.

⁹⁴ MARX, Karl. Grundrisse, trad. Martin Nicolaus. London: Fengum, 1973.

subjetivação política de uma parcela dos sem-parcela" (RANCIÈRE, 1996a, p.117). Conforme já afirmado nos capítulos anteriores, existe uma *divisão* que estabelece as pessoas que têm voz e as que não tem, ou seja, quem tem visibilidade e quem não tem no espaço público urbano e político. Ao negligenciar essa divisão, considera-se que todos têm os mesmos direitos e acessos, o que não é verdade.

O espaço público pensado a partir de uma concepção de democracia consensual, tem como pressuposto a equidade e harmonia social, o que, no entanto, neutraliza a real diversidade e alteridade. Afinal, "a desigualdade só pode justificar-se ao preço de pressupor a igualdade"(RANCIÈRE, 1996b, p.374). Se o espaço público é considerado local do encontro harmônico entre os atores urbanos, deduz-se que é um espaço isento de contradições, exclusões e barreiras sociais, afinal, é local do convívio pacífico. Com isso, torna-se mais difícil o questionamento e crítica em relação à produção e concepção desses espaços, pois há uma tentativa de apagamento da realidade dos conflitos e contradições sociais da percepção coletiva. Sob esse aspecto é negligenciado o princípio fundamental da radicalização democrática almejada, que é a permanente disputa entre sentidos e esforço contínuo em atenuar as formas de exclusão. Do mesmo modo, "a esfera pública permanece democrática apenas na medida em que suas exclusões são levadas em conta e abertas à contestação"(DEUTSCHE, 1998, p.289, tradução da autora). Em diálogo com Mouffe, Rosalyn Deutsche (1998) quer dizer com essa afirmação que a democracia – incluindo aí a esfera pública – é o comprometimento com a discussão e disputa acerca dos sentidos que a definem. Perde-se a dimensão democrática justamente "quando as exclusões que governam a constituição do espaço público político são naturalizadas e as disputas apagadas pela declaração de formas particulares de espaço inerentemente, eternamente, ou auto-evidentemente públicas" (DEUTSCHE, 1998, p.289, tradução da autora).

De forma geral, o espaço público não é em si um espaço democrático. Com efeito, essa interpretação parece prevalecer de forma dominante por ser considerada uma "última esperança" de democratização do espaço em tempos privados, uma vez que ao menos a chance de sociabilidade já é dada. Por isso, definir o espaço público como sendo intrinsecamente democrático é tomar os meios como os fins, reduzindo a importância da luta pela radicalização democrática. A idealização dos espaços públicos ao invés de almejar a democratização, a impede, simplesmente porque não há motivo em reivindicar a democratização de um espaço que já é considerado democrático. Além disso, a ideologia em torno do espaço público urbano oculta que a democracia é uma relação e não um produto ou mercadoria, e que sua radicalização será alcançada mediante a luta. Por isso, é preciso

reconhecer a real situação dos espaços públicos: são locais em disputa para se tornarem democráticos (ou não) mediante o dissenso.

5.2. O Espaço Público como dissenso

Enquanto Delgado realiza uma crítica contundente a respeito da democracia consensual e define o espaço público como ideológico, acredito ser possível que o espaço público ultrapasse a ideologia, desde que seja concebido sob uma outra perspectiva democrática. Em outras palavras, há um entendimento de que o espaço público vai além de uma orientação ideológica. O espaço público só é ideológico se considerado a partir da democracia consensual, que o coloca como amortecedor das assimetrias sociais ou “superador das diferenças de classe” (DELGADO, 2007, p.4). Chantal Mouffe nos mostrou que a harmonização dos interesses conflitantes é incompatível com a democracia radical, e, além disso, é indesejável. Atenta-se que “embora seja equiparado ao espaço político, o espaço público, ao receber uma fonte pré-política de significado político, se torna uma arma contra, ao invés de um meio para a luta política” (DEUTSCHE, 1998, p.289, tradução da autora). Propõe-se interpretar o espaço público como construção coletiva sob a lente da democracia radical e para isso, considera-se o *dissenso* como categoria fundamental, constituindo-se como *meio* e *condição* para realização da democracia. De acordo com Rancière,

O desentendimento não é o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz preto. É o conflito entre aquele que diz branco e aquele que diz branco, mas não entende a mesma coisa, ou não entende de modo nenhum que o outro diz a mesma coisa com o nome de brancura (RANCIÈRE, 1996a, p.11).

A partir do dissenso – ou desentendimento – é possível colocar em questão o próprio sentido do espaço público pela perspectiva da radicalização democrática. Isto é, o espaço público construído pelo dissenso é justamente a disputa pelo significado de público e de sua dimensão democrática. Partindo do pressuposto de que a definição do espaço público como lugar acessível a todos é falsa, é possível perseguir a democratização do espaço e torná-la uma realidade em detrimento de uma ideologia, ao considerá-la como um processo em constante aprimoramento. O dissenso instaura a possibilidade da disputa e é isso o que fundamenta a democracia.

Ao mesmo tempo, se para Rancière “a política é primeiramente o conflito em torno da existência de uma cena comum, em torno da existência e a qualidade daqueles que estão ali presentes (RANCIÈRE, 1996a, p.39), o conflito sobre a questão da existência ou morte do espaço público já é um conflito político. Nessa disputa, ficam estabelecidas concepções a

respeito do espaço público que vêm confirmar ou negar sua realidade. A esse respeito, acredito que as abordagens que definem o fim do espaço público, ao invés de culminarem em um tipo de denúncia sobre seu emagrecimento, acabam minimizando sua importância e direcionando para a iniciativa privada a tarefa de elaborar saídas para esse impasse. No entanto, as alternativas privadas são, como o próprio nome diz, privativas da vida pública, associando o acesso, na maioria das vezes, ao poder de consumo. “A política hoje deve ser imodesta em relação à modéstia a que a obrigam as lógicas de gestão consensual do ‘único possível’” (RANCIÈRE, 1996a, p.135). Essa perspectiva é importante para se ter em mente quando a privatização é apresentada como a única solução existente para que haja espaços públicos de qualidade.

A boa relação das pessoas com os espaços públicos depende de vários de fatores como identificação, pertencimento e fundamentalmente, de acesso. A questão da acessibilidade é outro aspecto crucial nessa direção. Como esperar que as pessoas cuidem e se apropriem de um espaço (público) sem ter acesso a ele? Por isso a importância da luta pelo direito à cidade aliada à reivindicação dos espaços públicos, pois este contempla o acesso em seu sentido mais amplo: aquele que é coletivo e com vistas à possibilidade de transformação do espaço. Sob esse aspecto, Rancière (1996a) coloca que somente a partir do dissenso é possível romper a lógica de um mundo sensível que se apresenta como isento de conflitos e contradições.

Além disso, se o reconhecimento do conflito é considerado uma forma de radicalizar e perseguir a própria democracia. Definir o conceito mesmo de *público* é também um processo político inevitável. Essa noção é crucial para o processo de democratização e na consideração do espaço a partir do dissenso. As dimensões de coletividade, visibilidade, acessibilidade e diversidade são atributos que garantem o uso público do espaço e que se relacionam tanto com a democratização dos espaços públicos quanto com a radicalização do aspecto público. Na realidade, uma das apostas desta pesquisa é precisamente que o processo de democratização do espaço público depende da radicalização do conceito de público, ou seja, em considerá-lo como coletivo, visível, acessível e diverso – em distintos graus. Essa lógica implica na expansão da ideia de público enquanto estatal, ultrapassando essa concepção, sem, no entanto, estabelecer um ideal a ser alcançado. Dessa forma, é possível avaliar o quão público os espaços são efetivamente, a partir de seu uso e conteúdo e não somente baseado na atribuição da propriedade pública do Estado. A subordinação do público ao privado demanda uma reformulação do aspecto público, que coloca em disputa narrativas que

influenciam a relação das pessoas com o espaço. Credita-se assim, uma conotação mais ampla e comum ao conceito de público.

Para Rancière, o dissenso é algo diferente de um *mal entendido* ou de um *desconhecimento*. O primeiro, envolve a falta de racionalidade entre uma ou ambas as partes para resolução dos conflitos e, o segundo, implica na ignorância sobre determinado assunto. O dissenso é verdadeiramente uma contraposição ao consenso e a premissa de que o conflito é a própria política.

Sob o nome de dissenso é, portanto esse modo de racionalidade que tentarei pensar. A escolha desse termo não busca simplesmente valorizar a diferença e o conflito sob suas diversas formas: antagonismo social, conflito de opiniões ou multiplicidade das culturas. O dissenso não é a diferença dos sentimentos ou das maneiras de sentir que a política deveria respeitar- É a divisão no núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e a sua racionalidade própria. Minha hipótese é portanto a seguinte: a racionalidade da política é a de um mundo comum instituído, tornando comum, pela própria divisão (RANCIÈRE, 1996b, p.368).

Sob esse ponto de vista, considera-se possível que a esfera pública se concretize no espaço público mediante o dissenso. Tal suposição, não mobiliza uma ideologia, um conceito metafísico de como o espaço público deveria ser em circunstâncias ideais. É um movimento que diz respeito ao real, relativo a uma esfera pública agonística e não burguesa, em que não se pretende alcançar a harmonização dos interesses conflitantes, mas assumir a coexistência dissensual como condição democrática. As assimetrias sociais não podem jamais ser consideradas canceladas ou inexistentes, inclusive – e talvez principalmente – no espaço público urbano, local verdadeiramente da expressão social.

O conceito de dissenso de Rancière (1996a) é pertinente para entender o espaço público contemporâneo porque introduz a dimensão de conflito que diz respeito ao político. Decerto, o dissenso não se resume ao conflito, mas o segundo é expressão do primeiro. O dissenso reconhece a legitimidade e necessidade do conflito nos processos democráticos, ao mesmo tempo em que constata a impossibilidade de uma igualdade absoluta. Além disso, o dissenso dialoga com a relação agonística, pois permite uma coexistência não pacificada dos grupos sócio-sociais. A partir do conflito é possível se estabelecer simultaneamente mundos sensíveis heterogêneos. Afinal,

A importância do antagonismo se deve ao fato de que ele fecha toda possibilidade de uma reconciliação final e de um nós plenamente inclusivo; a ideia de uma esfera pública sem exclusões, dominada pela argumentação racional, constitui uma impossibilidade conceitual. O conflito e a divisão são necessários mesmo à formação de uma política democrática e plural. (ALVES, A., 2010, p.91)

Relembra-se que, para Rancière, a racionalidade própria da política é o dissenso, ou seja, "o conflito sobre a própria configuração do sensível" (RANCIÈRE, 1996b, p.373). Sob essa perspectiva, o dissenso em torno dos espaços públicos é o conflito em torno do próprio significado e entendimento de *espaço público*, sendo esse, o principal litígio político. Conceber o espaço público a partir do dissenso é defini-lo como um local *de* disputa e *em* disputa. A primeira refere-se ao aspecto litigioso associado ao dissenso, como espaço de contestação e a segunda à disputa pelo acesso coletivo e concretização do aspecto público dos espaços frente à tentativa de dominação privada da cidade. Disputa entre a dominação e a apropriação, entre o individual e o coletivo, no qual a coletividade nunca é ausente de conflitos, tal como a sociedade.

Mais precisamente, o espaço público deve ser encarado, como espaço *de* disputa, isto é, da confrontação e da disputa política, construído na prática coletiva, sem resultados previstos de antemão – como a concretização da democracia. Antes de ser a realização da esfera política democrática, os espaços públicos são exercícios de vida pública. O espaço não é simplesmente um suporte para se compartilhar, mas ele próprio é capaz de fomentar o compartilhamento entre as partes. Assim, o espaço público é um meio relacional em potência, e é aí que reside sua dimensão democrática, como meio e não como requisito. Ele pode ser o lugar da democracia, mas não uma democracia dada, pré-constituída, mas aquela que necessita ser construída a partir de "um processo inacabado de interações complexas, práticas sociais e trajetórias fragmentadas que revelam formas diferentes e desiguais de cidadania que se expressam nas práticas sociais e nas relações de sociabilidade e conflito" (RAMÍREZ KURI, 2017, p.50, tradução da autora). O espaço público é local do enfrentamento e da *possibilidade* democrática e não da realização imediata da esfera pública. Mesmo quando os espaços públicos urbanos ensejam a ampliação da esfera pública, essa esfera não deve ser harmônica e tampouco, pacificada. Assim,

Sob o exercício do direito à cidade, o espaço público aparece como o lugar da realização concreta da história individual como história coletiva, pela mediação dos lugares de realização da vida. Por isso a dinâmica do processo de produção do espaço urbano revela o movimento da sociedade em sua totalidade. Essa idéia aponta a possível passagem da compreensão do espaço público entendido como aquele da "esfera pública", para o entendimento do espaço público - enquanto lugar determinado da cidade - como condição da realização da esfera pública enquanto momento da prática sócio-espacial (CARLOS, 2013, n.p.)

Além disso, têm-se a disputa propriamente física e também simbólica pelo espaço público, o colocando como espaço *em* disputa. Pode-se inferir que uma disputa implica necessariamente em uma divisão. "Vamos entender aqui divisão no duplo sentido da palavra: comunidade e

separação. É a relação de ambas que define a divisão do sensível” (RANCIÈRE, 1996a, p.39). O espaço público tensionado *entre* a dominação e a apropriação, apresenta, dessa forma, a possibilidade de separar ou unir. O estar *entre*, no entanto, não se confunde com uma suposta neutralidade quanto as relações de força. Ao contrário, esse raciocínio reforça a dimensão política no qual se situa o espaço público: entre as pessoas, podendo exercer o papel do que divide e ao mesmo tempo reúne. Esse é o espaço que está *em* disputa entre o valor de uso e o valor de troca, entre um projeto político de publicização ou privação da cidade e da experiência urbana. Em última instância é a disputa essencial entre aqueles que querem transformar o mundo comum e os que preferem manter as relações de poder, dominação e exploração como estão.

A comunidade política é uma comunidade de interrupções, de fraturas, pontuais e locais, [...] uma comunidade de mundos de comunidade que são intervalos de subjetivação: intervalos construídos entre identidades, entre locais e lugares. O estar-junto político é um estar-entre: entre identidades, entre mundos (RANCIÈREa, 1996, p.136)

A potência do espaço público existe justamente por ser um local do encontro inevitável com o outro. O contato com outras pessoas é imposto na medida em que saímos do espaço privado, transitando pelas ruas para realização das atividades cotidianas e nos deslocamentos em geral. O espaço público tem propriamente essa característica, a possibilidade de ver e ser visto, de aparecer para o outro. São nos espaços públicos urbanos que se aumentam consideravelmente as chances de intercâmbios e interações entre diferentes, em comparação com os espaços privados. Ainda que os espaços públicos estejam cada vez mais restritos e seletivos, não há dúvida que eles continuam sendo mais abertos à interação e heterogeneidade do que os redutos privados, pois representam uma oportunidade para a sociabilidade. Afinal, “ser público é estar exposto à alteridade” (DEUTSCHE, 2009, p.176) e, conseqüentemente, à descoberta do outro.

No entanto, esse *contato* que se estabelece quando adentramos o espaço público nem sempre culmina em um *encontro*, efetivamente. Isso porque, o encontro é sempre mediado por várias disposições. Muitas vezes é inevitável cruzar com o vizinho ou com o morador de rua ao sair de casa, mas o que está em jogo é a superação da *indiferença*. “Por contraste, o desaparecimento da certeza, que [...] nos chama para o espaço público, nos obriga a ser o que Lévinas chama de ‘não indiferente’ à aparição do outro. A ‘não indiferença’ designa a habilidade de responder ao outro, uma ‘responso(h)abilidade’[...] (DEUTSCHE, 2009, p.177). Essa não-indiferença ao outro é o que faz com que o contato se torne um encontro.

É possível literalmente se privar do encontro com o diferente dependendo da experiência urbana e dos mecanismos que servem como subterfúgio – intencionalmente ou não – como por exemplo o uso do carro – e sobretudo em um planejamento urbano estruturado no automóvel. Além disso, tal experiência urbana de cada indivíduo ou grupo social também varia de acordo com o contexto no qual estão inseridos, conformando um tipo de *sensorium urbano*. Esse conceito de Goonewardena (2005)⁹⁵ atenta para a possibilidade de uma classe viver e transitar numa mesma cidade sem sequer ter conhecimento ou noção da existência de outras realidades. O autor utiliza o depoimento de um trabalhador da cidade de Los Angeles em 1992 para elucidar a ideia de *sensorium urbano*:

[...] é possível ir de um ponto a outro sem experimentar nada no meio, simplesmente pegando a estrada. Você pode ir do centro da cidade ao LAX [aeroporto internacional] sem nunca ver a pobreza pela qual está passando ... Então as características físicas da cidade podem encorajar essa atomização, pode incentivar mais uma identificação com nossa classe econômica do que com sua comunidade típica. (GOONEWARDENA 1998, p.231)

Distintas classes e grupo sócio-espaciais tem distintos recortes do mundo sensível, ou seja, distintas visões da realidade, vivências e experiências dentro de um mesmo espaço urbano e estas podem ser completamente desvinculadas umas das outras. O encontro tem sido cada vez mais homogeneizado com a fragmentação urbana, segregação sócio-espacial e o aumento dos espaços privados de uso coletivo que não passam de "meios de se participar de uma vida pública entre iguais" (ABRAHÃO, 2008, p.55) – o que contradiz completamente o significado de público. Assim, a experiência urbana torna-se progressivamente privada e individual.

Apesar disso, o caráter socializador dos espaços públicos ainda resiste. Essa discussão aponta a relevância do espaço público nas metrópoles contemporâneas e sua importância política, tornando-se necessário o reconhecimento dessa luta à luz do direito à cidade. É através do questionamento, do conflito e da disputa sobre as condições e conteúdo do público que se institui o político. O espaço público pode – deve – ser lugar do litígio político.

Para isso, é necessário admitir a dimensão litigiosa do próprio espaço e ter a clareza de que o apaziguamento no espaço público urbano só é alcançado mediante a dominação e

⁹⁵ O autor constata a relação de mediação entre a produção do espaço e a produção de ideologia, entendida como a criação de distintas representações da realidade, as quais, de uma forma de outra criam novas realidades, mesmo que ilusórias (GOONEWARDENA, 2005).

violência. Se a política é o questionamento sobre a divisão entre os cidadãos e os não-cidadãos, de acordo com Rancière, ela é algo que raramente acontece, pois depende de uma interrupção. Assim como o conceito do político em Mouffe, para Rancière, há sempre uma possibilidade para que a política aconteça, mas esta expressão não é por si só garantida. Ambos os conceitos versam sobre a possibilidade de transformação a partir do conflito e da razão dissensual.

Essa razão, com efeito, não é a razão dos Estados, não é a dos indivíduos ou grupos que buscam se entender para otimizar seus interesses respectivos. É a razão dos atores ocasionais e intermitentes que constroem aquelas cenas singulares em que o próprio conflito é o que produz uma comunidade (RANCIÈRE, 1996b, p.381).

Assim, as práticas de Belo Horizonte estudadas no capítulo anterior, com escalas, sujeitos, temporalidades e territórios diferentes são experiências que buscam evidenciar o espaço público urbano como espaço político. A Casa da Árvore, construída e gerida por moradores em situação de rua, transformou uma moradia em biblioteca pública. Mediante muita mobilização e articulação, instituiu-se um grupo de apoio que continua atuando em favor da reconstrução da biblioteca compartilhada, depois de sua destruição no incêndio. A Ocupação da Escola de Arquitetura e Design, que manteve a universidade ocupada por 55 dias contra a PEC 55, se desenvolveu a partir de um processo já direcionado pelos secundaristas, mas, sem dúvida, estabeleceu novas conexões, afetos e criou uma nova comunidade temporariamente. Já as ocupações urbanas de uso público no centro de Belo Horizonte, cada uma em seu contexto, concretizaram suas lutas no espaço, fizeram e continuam fazendo política a partir das ações e relações no cotidiano que fazem as propostas continuarem existindo.

O Espaço Comum Luiz Estrela, por meio do patrimônio compartilhado e da cultura acessível, a Casa Invisível com uma proposta de gestão anarquista do espaço e a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, atuando como forma de política pública ao fornecer amparo às mulheres em situação de violência e ao se estabelecer como um marco da luta feminista em Belo Horizonte, podem ser consideradas experiências de consolidação de esfera pública ampliada e de expansão do conceito de espaço público urbano. Aliando espaço e política, todas essas experiências de luta e resistência ressignificaram o espaço público por meio do dissenso, em maior e menor grau. Assim sendo,

Nenhuma coisa é então por si política. Mas qualquer coisa pode vir a sê-lo se der ocasião ao encontro das duas lógicas. Uma mesma coisa - uma eleição, uma greve, uma manifestação- pode dar ensejo à política ou não dar nenhum ensejo. Uma greve não é política quando exige reformas em vez de melhorias ou quando ataca as relações de autoridade em vez da

insuficiência dos salários. Ela o é quando reconfigura as relações que determinam o local de trabalho em sua relação com a comunidade (RANCIÈRE, 1996a, p. 45).

Dessa forma, o que a análise dos casos selecionados suscita é que as ações e práticas coletivas, tanto na micro quanto na macro escala, em contextos e sob condições diversas, são formas decisivas de estabelecimento do dissenso nos espaços públicos. Algumas foram capazes de reconfigurar relações de maneira mais radical, como o Espaço Comum Luiz Estrela e a Casa de Referência da Mulher Tina Martins, alterando não somente o espaço físico, mas a esfera pública acerca dos debates que levantam. O que fica implícito nessas práticas é a interpretação da cidade como algo além do que já está dado, sendo construída coletivamente pelas pessoas por meio do engajamento e comprometimento com a democracia.

[...] uma vez que o aparelho do Estado está longe de ser um “juiz neutro”, que sempre age para defender o “bem comum” e o “interesse público”, os movimentos sociais têm a necessidade de desenvolver e (desde que isso seja possível) implementar suas próprias soluções alternativas (SOUZA, M., 2006, p.339, tradução da autora).

Nesse sentido, o espaço público foi um importante meio de experimentação e elaboração das soluções alternativas encontradas pelos grupos protagonistas dos casos em questão. O espaço público pode, então, funcionar como um *catalisador democrático*, ao se estabelecer o dissenso como meio para materializar no urbano, o espaço político. Em oposição ao “consenso superador das diferenças de classe” (DELGADO, 2007, p.4, tradução da autora) as relações advindas do dissenso buscam no conflito a expressão democrática, e se estruturam a partir dele. O espaço público não é o negativo do privado, relegado a categoria de *terra de ninguém*, tampouco é o local intrinsecamente democrático. Trata-se de superar as concepções reducionistas e conceber o dissenso como forma de *existência* e *resistência* do espaço público contemporâneo nas metrópoles brasileiras. Possibilita-se assim, uma maneira de *existir* de modo mais democrático e radicalmente público, porque estará aberto à disputa e à transformação, e de *resistir* às tentativas de captura do capital e do domínio privado que se inserem em uma disputa capitalista pelo espaço que já está estabelecida em escala global.

O esvaziamento do caráter público do espaço reduzido à formalidade jurídica coloca o espaço público em disputa. Disputa por seu sentido político e democrático e, fundamentalmente, por uma cidade mais pública e plural. A apropriação privada do espaço “neutraliza ou acusa a alteridade” (RANCIÈRE, 1996a, p.119), minimizando assim, a diversidade e potencializando a homogeneização. O consenso só pode ser entendido como oposto à democracia, de modo que a possibilidade de radicalização democrática reside na abertura ao dissenso. Afinal, o atual paradigma de segregação e controle não cria espaços

genuinamente públicos. Espaços pacificados e controlados abafam a expressão e intercâmbios sociais e restringem o acesso de certos grupos, baseados em recortes de classe, raça e gênero. A verdadeira diversidade e pluralidade deve se consolidar no espaço e não somente no discurso, como muitas vezes prega o planejamento urbano. Portanto, acredito que a partir do dissenso, o espaço público contemporâneo possa se tornar político e não somente ideológico.

CONCLUSÕES

A essa altura torna-se importante reiterar que as inquietações que deram origem a esta investigação surgiram da prática, no meu acompanhamento e envolvimento na profusão de apropriações e reivindicações em Belo Horizonte nos espaços públicos e por eles. Foi a partir das práticas protagonizadas pelos moradores nos espaços públicos que foram levantadas as principais perguntas desta pesquisa que envolvem a compreensão dos significados das acepções de espaço público em suas dimensões filosófico-políticas e espaciais.

Correntemente, os espaços públicos são abordados da seguinte forma: ou é constatada sua morte diante da captura privada, financeirização e processos de emagrecimento do espaço público urbano ou recorre-se à nostalgia do espaço público das cidades antigas, valendo-se da noção de esfera pública como realização de democracia imediata no território, sem contradições ou fissuras. Sobre a primeira interpretação, ao se considerar que os espaços públicos se extinguiram, pois estão cada vez mais privatizados e restritos, subentende-se que em algum momento eles foram acessíveis e plurais. Ora, o histórico da construção da cidade de Belo Horizonte comprova que aqui, os espaços públicos já nasceram num contexto de seletividade e segregação, sendo espaços projetados pelas elites e para elas, colocando esse argumento em questionamento. Já a segunda abordagem, resulta em um fetichismo do espaço público como local da harmonia e democracia absoluta, dissimulando as contradições e amansando os conflitos sociais. O que resulta desse raciocínio é a tendência ao imobilismo.

Ao fim desta dissertação acredito ter sido verificado que ambas as interpretações pouco contribuem para um pensamento prospectivo em relação à democratização dos espaços públicos nas metrópoles brasileiras. Simplesmente *constatar* o declínio dos espaços públicos não é suficiente para a reflexão a respeito de como reverter essa situação – se este for o objetivo, como o é nesta pesquisa – e tomar o processo democrático como já alcançado não instiga a mudança do cenário atual. Nesse sentido, mais do que apenas *acusar* e identificar o emagrecimento dos espaços públicos contemporâneos, meu objetivo foi, principalmente, *problematizar* as possíveis causas desse processo e elucidar experiências alternativas que já pensam e praticam novas formas de construir e dar sentido ao espaço público.

Por isso, a proposta foi considerá-lo sequer como completamente capturado, tampouco como espaço harmônico e pacífico; ao contrário, como um local contraditório e que está em disputa. Acredito que o ponto crucial da discussão seja que os espaços públicos foram alienados de seu sentido político e é esse âmbito que necessita ser resgatado. Dispensando o anacronismo e a possibilidade de repetir modelos prontos, esse resgate do político no espaço

público só pode ser construído na prática como um processo em constante apuração. Os casos aqui estudados se colocam como protótipos de novas formas de organização coletiva, mais políticas e plurais que dão ensejo à vida pública. A Casa da Árvore, por exemplo, a qual não havia um desígnio propriamente político a priori, tornou-se um espaço público de manifestação do político ao longo do processo, demonstrando a potencialidade das construções coletivas, que são em sua maioria, autônomas.

Assim, esta pesquisa buscou evidenciar que o espaço público de fato passou por uma grande transformação desde as cidades antigas, sofrendo uma significativa redução, tanto qualitativa quanto quantitativa, mas que ele ainda existe – e resiste. Nesse sentido, o espaço público é um objeto de conflito, tanto por parte do capital quanto por parte daqueles que visam a realização do direito à cidade. Os espaços públicos contemporâneos encontram-se tensionados entre os processos de mercantilização do espaço e, em última instância, da vida, e as tentativas de ampliação da vida pública e política. Em outras palavras, entre a dominação e a apropriação do espaço.

Diante da polissemia do conceito de espaço público, optei por analisá-lo primeiramente a partir de sua dimensão política, referente à esfera pública – o *espaço público político* – e depois em sua dimensão propriamente física – o *espaço público urbano*. No primeiro capítulo, sobre o espaço público político, foram demonstradas, a partir de Hannah Arendt (2007), as diferenças entre as esferas pública e privada, a primeira relativa à esfera da liberdade e vida pública e a segunda à necessidade e manutenção da vida, havendo uma indistinção entre as duas esferas no período moderno em função da nova esfera híbrida social. A ação política é então substituída pelo comportamento normatizado e os interesses individuais se sobrepõem aos coletivos. Numa tentativa de atualização da discussão no contexto brasileiro foi apresentada uma crítica às teses patrimonialistas feita por Jessé Souza (2015) que serviram de subsídio para explicitar uma falsa contradição colocada entre o Estado – precário e corrupto – e o Mercado – idealizado e virtuoso – que contribui mais para reafirmar o ocultamento da desigualdade e exclusão social no país de do que para justificar as especificidades da esfera pública brasileira. Foi apontada a importância do papel da mídia na colonização da esfera pública no Brasil que privatiza a opinião pública em prol de interesses econômicos. Foi então desmistificada a noção de que o Brasil nunca possuiu uma esfera pública a partir de um breve traçado do processo de construção da esfera pública seletiva brasileira de acordo com Fernando Perlatto (2015). Ao final, apontou-se a ideia de democracia radical de Chantal Mouffe e Ernesto Laclau (2015) como meio de construção de uma nova ordenação político-social a partir do antagonismo potencial suscitado pelo

político. Foi exposto que o modelo democrático dominante se pauta no consenso, que implica em necessariamente em um tipo de exclusão sendo, portanto, mais profícuo se pensar em uma perspectiva democrática que se baseie no dissenso. Essa concepção de democracia, em oposição ao consenso, é interpretada como um meio e não como fim, contribuindo com a inserção dos espaços públicos – político e urbano – nos processos de democratização a partir do conflito.

No segundo capítulo foi introduzida a ideia de que o espaço público está físico, simbólico e ideologicamente em disputa, onde me posiciono contrariamente à declaração de sua suposta morte e argumento em favor de sua transformação, demandando, contudo, novas abordagens. A partir disso foi analisado o processo de produção capitalista dos espaços públicos urbanos a partir de Henri Lefebvre (1973, 1991, 1999, 2000, 2006, 2008). Enfatizando o caráter político e dialético do espaço público, foi argumentado contra a neutralidade espacial e demonstrada sua condição como produto e produtor social. O argumento principal foi de que o espaço urbano, justamente por não ser neutro, tem a capacidade de se tornar público e compartilhado e esse é um processo necessariamente político. Em seguida, foi apresentada a complexidade de processos que atravessam o espaço público urbano contemporâneo – funcionalização, fragmentação urbana, segregação sócio-espacial, privatização, violência urbana, espetacularização, financeirização – e contribuem para seu encolhimento e conseqüente deterioração da experiência urbana. Por fim, foi relatada a construção histórica da cidade de Belo Horizonte que consolidou espaços públicos urbanos orientados pelos princípios de higiene, embelezamento, controle, segregação e disciplinamento dos comportamentos.

No terceiro capítulo foi analisado o aspecto público a partir da propriedade e do uso. No primeiro, reiterou-se que a propriedade é um arranjo jurídico de relações sociais e representa poder econômico, político e privilégios ligados à sua titulação, especialmente no Brasil. Foi evidenciado que a instituição da propriedade privada atua como mediadora no processo de produção da cidade enquanto mercadoria. Além disso, a liberdade associada à propriedade é garantida por meio da exclusão dos outros, constituindo relações individualistas com o espaço. Também foi apontada a fetichização da propriedade individual, considerada uma forma de apropriação mais legítima e segura que as demais – coletiva e comunitária.

O neoliberalismo foi indicado como um dos principais processos que agravaram a indefinição público-privada e se define como a reformulação do Estado em parceria com o setor privado, ultrapassando o sentido de regime econômico e se tornando uma nova razão de mundo

(Dardot, Laval, 2016). Assim, a associação entre o público e o estatal estabelecida após a ascensão do Estado moderno, juntamente com o embaralhamento entre o público e o privado levaram a um esvaziamento do sentido de público e à minimização do político. Foi argumentado que a propriedade pública estatal por si só não garante a utilização pública do espaço, sendo necessária uma dimensão prática e social congruente. Definiu-se, assim, a propriedade pública como apenas um canal para a realização do público em seu sentido mais amplo, referente ao uso coletivo que dá sentido ao espaço – coletivo, acessível, visível, diverso – como forma de realização do direito à cidade. Assim, o espaço público se estabelece no tensionamento entre a dominação – da técnica e do poder – e a apropriação – espaço da vida social que visa uma transformação coletiva do espaço.

No quarto capítulo foram discutidas três situações concretas de construção coletiva do espaço em Belo Horizonte que ilustram as possibilidades e impasses no processo de radicalização democrática e ressignificação dos espaços públicos. A opção por uma diversidade de casos abarcou desde a construção de uma moradia em espaço residual que se transformou em biblioteca pública denominada Casa da Árvore, passando pela ocupação temporária da Escola de Arquitetura, Urbanismo e Design da UFMG mobilizada contra a aprovação da PEC 55, até a soma de ocupações urbanas no centro da cidade com finalidade de uso público, coletivo e compartilhado: o centro cultural Espaço Comum Luiz Estrela, o coletivo anarquista Kasa Invisível e a ocupação feminista e abrigo para mulheres Casa de Referência da Mulher Tina Martins. Ainda que apresentem objetivos, conteúdos e escalas distintas, e tenham alcançado diferentes graus de radicalização do uso público, pode-se dizer que todas as experiências analisadas desafiam a concepção dominante de espaços públicos e colocam em questionamento seu próprio significado. A partir de arranjos coletivos e da auto-gestão, esses grupos foram capazes de transformar espaços que eram públicos somente em seu aspecto jurídico – exceto a Kasa Invisível que é inclusive, de propriedade particular – em espaços verdadeiramente públicos, ampliando as dimensões de acessibilidade, visibilidade, coletividade e diversidade, em distintas gradações.

O quinto capítulo foi elaborado como uma conclusão teórica dialogando com a formulação do espaço público ideológico de Manuel Delgado (2011) e propondo uma concepção de espaço público ancorado no dissenso, de acordo o conceito de Jacques Rancière (1996a, 1996b). Mediante questões levantadas a partir das práticas, que em maior ou menor grau, constituíram-se por meio da disputa espacial e política, o dissenso foi apontado como forma de existência e resistência dos espaços públicos nas metrópoles brasileiras. A ideológica transposição da esfera pública diretamente no espaço público urbano se apresenta como um

entreve ao processo de democratização. Por outro lado, o dissenso pode ser considerado *meio e condição* para a radicalização democrática e manifestação do político nos espaços públicos. Dessa forma, conceber o espaço público a partir do dissenso é defini-lo como um local *de* disputa e *em* disputa: espaço de confronto e contestação política e espaço em disputa por seu sentido democrático e pelo próprio significado de público.

Após toda a investigação é possível afirmar que o espaço público existe; segregado, recortado, usurpado, transformado, privatizado, mas ele permanece enquanto propriedade e, principalmente, resiste por meio do uso público. É urgente a elaboração de um novo repertório para se pensar os encaminhamentos dos espaços públicos contemporâneos nas metrópoles brasileiras. Para isso, é imprescindível um processo de *publicização do próprio público*, ressignificando o espaço através da luta e da disputa. O público aqui entendido em seu sentido arendtiano, como realização da condição humana a partir da ação (Arendt, 2011). A ideia de publicização dos espaços – políticos e urbanos – em detrimento de uma concepção de público atrelada à propriedade, abre a possibilidade para a conformação de espaços públicos que não sejam somente físicos, mas virtuais e digitais.

O futuro dos espaços públicos se delinea em um contexto de flexibilização de fronteiras e é preciso estar atento aos contornos e limites desse mesmo espaço. Não é possível afirmar que todo espaço pode vir a se tornar um espaço público, mas é viável e almejado que todo espaço que já é público possa se tornar democrático em seu sentido radical, mediante o dissenso. “[...]Marx assinala que o reino da liberdade começa onde acaba o reino da necessidade, sendo apenas por meio da luta, política e pessoal, que podemos obter o domínio sobre nossa existência social e física, produzindo essa liberdade” (HARVEY, 2005, p.78). Sabemos, no entanto, que não se trata de uma liberdade individual e esta só poderá ser concretizada por meio do coletivo.

REFERÊNCIAS

- ABRAHÃO, Sérgio Luís. **Espaço público: do urbano ao político**. São Paulo: Annablume Editora, 2008.194p.
- ALVES, Ana. **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. In: Lua Nova, São Paulo, v.80, 2010, p.71-96.
- ALVES, G. Ocupar Wall Street... e depois? In HARVEY, D. et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 31-82.
- ANDRÉS, Roberto. **Como superar a República Rodoviária do Brasil**. São Paulo.2018. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/brasil/como-superar-a-republica-rodoviaria-do-brasil/> > Acesso em: julho de 2018.
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. 352p.
- BASTOS, Camila; MAGALHÃES, Felipe; MIRANDA, Guilherme; SILVA, Harley; TONUCCI, João B.; CRUZ, Mariana; VELLOSO, Rita. Entre o Espaço abstrato e o Espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 19, n. 2, p. 251-266, 2017.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009. 96p.
- BELO HORIZONTE (MG). Câmara Legislativa. **Código de Posturas**. Lei no 9.845/2010. Belo Horizonte: PBH, 2010. Disponível em: < http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/comunidade.do?evento=portlet&pIdPlc=ecpTaxonomiaMenuPort al&app=legislacao&tax=12157&lang=pt_BR&pg=6480&taxp=0& >. Acesso em: junho 2018.
- BELO HORIZONTE (MG). Câmara Legislativa. **Decreto nº 16.888**, de 12 de abril de 2018. Declara de interesse social os assentamentos que menciona e dá outras providências, Belo Horizonte, 2018.
- BELO HORIZONTE (MG). Câmara Legislativa. **Decreto nº 16.889**, de 12 de abril de 2018. Dispõe sobre ações de Controle e de Monitoramento de Áreas Públicas Municipais e cria o Grupo Executivo de Controle e Monitoramento de Áreas Públicas Municipais, Belo Horizonte, 2018.
- BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 12**, cria a Turma de Guardas e Vigias de Belo Horizonte. Cidade de Minas: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1903.
- BRASIL. Código Civil. **Lei nº 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil, Brasília, DF: Senado, 2002 Art. 98 e 99. Disponível: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm > Acesso em: maio de 2018
- BRASIL. Constituição Federal. **Artigo 205**, de 5 de outubro de 1988, Brasília, DF: Senado, 1988 Art. 205. Disponível: < https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_205_.asp > Acesso em: maio 2018
- BRASIL. Constituição Federal. **Artigo 216**, de 5 de outubro de 1988, Brasília, DF: Senado, 1988 Art. 216. Disponível: < https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.asp > Acesso em: maio 2018
- CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000. 400p.
- CALDEIRA, Teresa. Enclaves fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 47, p. 155-176, 1997.

CAETANO, Marcelo. **História do Direito Português (séculos XII a XVI) seguida de subsídios para a História das Fontes do Direito em Portugal no século XVI**. Textos introdutórios e notas de Nuno Espinosa Gomes da Silva. Lisboa: Editora Verbo, 2000.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço público e “nova urbanidade” no contexto do direito á cidade. **Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia**, n. 18, 2013. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/confins/8391#tocto1n2>> Acesso em: abril de 2018.

CARLOS, A. F. A. ; PINTO, I. A. ; RIZEK, Cibele Saliba ; PALLAMIN, V. **A venda de São Paulo como política pública: a realização da cidade como negócio**. 2017.

CARRIÓN, Fernando. El espacio público es una relación, no un espacio. In: RAMÍREZ KURI, Patricia (Org). **La reinención del espacio público en la ciudad fragmentada**. México: UNAM, p. 13-47, 2016.

CHAUÍ, Marilena. **A tragédia do Neoliberalismo**. 2017. (5m43s) Disponível em:< <https://www.youtube.com/watch?v=TurMh9-bsR0>> Acesso em: maio de 2018.

CHAUÍ, Marilena. Neoliberalismo no Brasil. **Folha de São Paulo. São Paulo**, v. 24, 1994.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Propriedade, apropriação social e instituição do comum. **Tempo Social**, 27.1, p. 261-273, 2015.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016. 416p.

DAVIS, Mike. Cidade de quartzo: escavando o futuro em Los Angeles. Boitempo Editorial, 2015.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Contraponto, Rio de Janeiro,1997. 240p.

DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideología**. Madrid: Los libros de la Catarata, 2011.109p.

DELGADO, Manuel; MALET, Daniel. **El espacio público como ideología**. Jornadas Marx siglo XXI, Universidad de la Rioja, Logroño, dez 2007. p.1-12.

DEUTSCHE, Rosalyn. **Evictions: Art and spatial politics**. Cambridge, MA: Mit Press, 1996.394p.

DEUTSCHE, R. A Arte de Ser Testemunha na Esfera Pública em Tempos de Guerra. In: **Revista Concinnitas**, Ano 11, v. 2, n, 17, UERJ, RJ, 2009. p.176-183.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2004. p. 96.

ELEUTÉRIO, Deise; FOUREAUX, Francisco; GOMES, Rafael; LIMA, Luiza; MARTINS, Laís; MUSA, Priscila; PIRES, Felipe; SANTOS, Daniel. **Congresso de Viollet-Le-Duc à Carta de Atenas-Teoria e Prática do Restauro Ibero-Americano**,2014, Lisboa. Publicado no livro Viollet-Le-Duc à Carta de AtenasTeoria e Prática do Restauro Ibero-Americano. Lisboa: LNEC-Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2014. p.237-244.

FARIA, Maria Auxiliadora e GROSSI, Yonne de Souza. **A classe operária em Belo Horizonte 1897-1920**. In: Seminário de Estudos Mineiros (5.: 1977: Belo Horizonte) – A República Velha em Minas Gerais. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1982.

FLORES, Thiago; LOBATO, Paula; NERY, Ceci. **Cozinhar e Resistir**. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Escola de Arquitetura e Design, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)**. Martins Fontes, 2008. 590p.

GOONEWARDENA, Kanishka. The urban sensorium: Space, ideology and the aestheticization of politics. In: **Antipode**, v. 37, n. 1, p. 46-71, 2005.

- GOONEWARDENA, Kanishka. **Globalization, postmodernism and fascism**: Reflections on ideology, urban space and the cultural politics of global capital from Colombo and Los Angeles, Cornell University, Ithaca, 1998. Não publicado.
- GOSLING, David. Atributos do espaço público no downtown. In: **Os centros das metrópoles**: reflexões e propostas para a cidade democrática do século XXI. São Paulo: Associação Viva o Centro, 2001, p.167-181.
- HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Editora Tempo Brasileiro, 1984, vol.357. 568p.
- HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005. 251p.
- HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.240p.
- HARVEY, David. **O neoliberalismo**: historia e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.256p.
- HARVEY, David; ŽIŽEK, Slavoj; ALI, Tariq; et al. **Occupy**: movimentos de protesto que tomaram as ruas. São Paulo: Boitempo, 2012.
- INVISÍVEL, Comitê. **Aos nossos amigos – Crise e insurreição**. São Paulo: N-1 edições, 2016.
- JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. Martins Fontes, 2000. 499p.
- JANUÁRIO, Adriano et al. As ocupações de escolas em São Paulo (2015): autoritarismo burocrático, participação democrática e novas formas de luta social. **Revista Fevereiro**, n. 9, p.1-26, abr. 2016.
- JULIÃO, Letícia. **Belo Horizonte: itinerários da cidade moderna (1891-1920)**. 1992, Dissertação (Mestrado em História) - UFMG/Departamento de História, Belo Horizonte, 1992.
- JULIÃO, Letícia. Sensibilidades e representações urbanas na transferência da capital de Minas Gerais, **História**, São Paulo, v. 30, n. 1, p.114-147, 2011.
- JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 1057 p.
- KAPP, Silke. Síndrome do estojo. **Colóquio de Pesquisas em Habitação**, v. 4, 2007.
- LEDROUT, Raymond. **Les Images de la ville...** v. 7. Editions Anthropos, 1973.
- LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão : início - fev.2006
- LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. 184p.
- LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política: o direito à cidade II**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.190p.
- LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: 1969. 133p
- LEITE, Rogério P. **Contra-usos e espaço público**: notas sobre a construção social dos lugares na Manguetown. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, v.17, n.49, jun, 2002.
- MAGALHÃES, F.N.C. O espaço do Estado no neoliberalismo: elementos para uma redefinição crítica. **GEOgraphia** (UFF), v. 18, n. 37,p. 35-60, 2016.
- MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **The German Ideology**, ed. CJ Arthur. New York: International, 1970.158p.
- MARX, Karl. **Grundrisse**, trad. Martin Nicolaus. London: Fengum, 1973.
- MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. 894p.
- MENDONÇA, Daniel de. Teorizando o agonismo: crítica a um modelo incompleto. **Sociedade e Estado**, v. 25, n. 3, p. 479-497, jan/jun 2010.

MINAS GERAIS. **Decreto n. 1.435**, de 27 de dezembro de 1900. Aprova o regulamento de mendigos. Cidade de Minas: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1900.

MIRANDA, B. e CÂMARA, L. 2013. Investimento para sanar déficit habitacional é de R\$11 bilhões. **Jornal O Tempo**. Disponível em: <<http://www.otempo.com.br/cidades/investimento-para-sanar-d%C3%A9ficit-habitacional-%C3%A9-de-r-11-bilh%C3%B5es-1.692207>> Acesso em: ago 2018.

MORENO, Andrea, VAGO, Tarcísio Mauro. Nascer de novo na cidade jardim da República: Belo Horizonte como lugar de cultivo de corpos (1891-1930). In: **Revista Pro-Posições**. Faculdade de Educação Campinas: UNICAMP, v.22, n.3, p. 67-80, set/dez 2011.

MOUFFE, Chantal. LACLAU, Ernesto. **Hegemonia e Estratégia Socialista**: por uma política democrática radical. Rio de Janeiro: Intermeios. 2015. 288p.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, v. 2, n. 3, p. 11-26, 2003.

MOUFFE, Chantal. **Sobre o político**. São Paulo: WMF Martins fontes, 2015.

MOUFFE, Chantal. **Quais espaços públicos para práticas de arte crítica?** (tradução Natália Quinderé) Cork Caucus, Institute for Contemporary Dance, Cork ,Ireland, p.181-199, 2005.

NASCIMENTO, Denise Morado. As políticas habitacionais e as ocupações urbanas: dissenso na cidade. **Cadernos Metrópole**, v. 18, n. 35, p. 145-164, 2016.

NUNES, Rodrigo. Liderança Distribuída. **Piseograma**, Belo Horizonte, v.09, p.10-19, set.2016.

NUNES, Rodrigo. Junho de 2013 aconteceu, mas não teve lugar. Entrevista concedida a Patrícia Fachin. In: **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, São Leopoldo- RS, ed. 524, jun 2018.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução**, 2016. Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>> Acesso em: ago 2018.

ORTELLADO, P. **A primeira flor de junho**. In: CAMPOS, A, M; MEDEIROS, J; RIBEIRO, M, M. Escolas de lutas. São Paulo: Editora Veneta, 2016. p. 12-18.

PALLAMIN, Vera M. Espaço público e as lutas por reconhecimento. **Espaço & Debates**: Espaço público: o Conceito e o Político, São Paulo, v. 25, n. 46, p. 55-61, 2005.

PARRA, Henrique Z.M. Escorpião e o Sapo, e a Economia contra a Política. In: Ferrari, F; SATIKO,R; MACEDO,V; MARRAS,S; MIRAGLIA,P; NASCIMENTO,S; SILVA,P.P; SCHULER,E; SZTUTMAN, R. (Org.). **Sexta-Feira: Periferia**. 1 ed. São Paulo: 34, 2006, v. 8, p. 75-84.

PELBART, Peter Pál. **Carta aberta aos secundaristas**. In: Caixa Pandemia de cordéis. São Paulo: N-1 edições, 2016.

PERLATTO, Fernando. Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas: disputas e possibilidades na modernização brasileira. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, n. 53, p. 121-145, 2015.

PORTO, Daniela de Fátima Braga; JAJAH, Morisa Martins. Análise da eficácia interna e externa produzida pelo princípio da função social nos contratos.In: **Revista Perquirere**, v2, n.13, p. 01-20, dez. 2016

POULANTZAS, Nicos. As Lutas Políticas: o Estado, condensação de uma relação de forças. **O Estado, o poder, o socialismo**, p. 141-185, 1985.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **Prefeito Alexandre Kalil assina decretos reconhecendo assentamentos como AEIS**, 13 jun. 2018. Disponível em < <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/prefeito-alexandre-kalil-assina-decretos-reconhecendo-assentamentos-como-aeis>> Acesso em: jul 2018.

- PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. **BH em Pauta: Código de Posturas**.2018. Disponível em:< <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/bh-em-pauta-codigo-de-posturas>> Acesso em: junho 2018.
- RAMÍREZ KURI, Patrícia. El espacio público en la ciudad neoliberal. In: RAMÍREZ KURI, Patricia (Org). **La erosión del espacio público en la ciudad neoliberal**.México:UNAM, p.39-55, 2017.
- RANCIÈRE, Jacques. **O desentendimento**. 2.ed. São Paulo: Editora 34, 1996a.138p.
- RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto (org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996b.p. 367-382.
- RIZEK, Cibele. Orçamento participativo em São Paulo. Publicização da cidade. In: VIII Congresso luso-afro-brasileiro de ciências sociais. Universidade de Coimbra, Coimbra. 2004.
- ROCHA, Sílvio Luis Ferreira da. **Função social da propriedade pública**. Malheiros, 2005.166p.
- ROLNIK, R. O lazer humaniza o espaço urbano. In: SESC SP. (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC São Paulo/World Leisure, 2000.
- RUDY, Cleber. Urbana subversão: a prática squatter no Brasil. **Revista O Olho da História**, Salvador, n. 17, 2011, p.1-7.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti. **Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997. 288p.
- SANTOS, Boaventura de Souza. **A esquerda sem imaginação**, 2018. Disponível em:< <https://outraspalavras.net/posts/boaventura-a-esquerda-sem-imaginacao/>> Acesso em: agosto de 2018.
- SANTOS, Carlos Nelson; VOGEL, Arno (coord). **Quando a rua vira casa**. São Paulo: Projeto, 1985. 176p.
- SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Ed. Contexto, 2007. 208p.
- SILVA, Regina Helena. Apresentação do capítulo Diversidade e movimentos na cidade In: **Óculo - Revista do Patrimônio Cultural de Minas Gerais**: Circuitos de Cultura, Belo Horizonte, n.1, 2016, p.138-144.
- SIMÃO, Fábio LR. Os homens da ordem e a ordem dos homens: vigilância, ação policial, concepções de ordem e legislação municipal em Belo Horizonte (1895-1930). **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**, v. 7, n. 12, p. 15-42, 2012.
- SINPRO MINAS. **Rede de Enfrentamento à Violência comemora os 10 anos da Lei Maria da Penha**, 2016. Disponível em:< <http://sinprominas.org.br/noticias/rede-de-enfrentamento-a-violencia-comemora-os-10-anos-da-lei-maria-da-penha/>> Acesso em ago 2018.
- SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP: Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, n. 19, p. 93-111, 2006.
- SOJA, Edward W. Postmetropolis Critical studies of cities and regions. 2000. 462p.
- SOUZA, Jessé. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa. 2015. 256p.
- SOUZA, Jessé. **A Elite do Atraso**: Da Escravidão à Lava Jato, São Paulo: Editora Leya, 2017. 242p
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **A prisão e a ágora**: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. 632p.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade**: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Bertrand Brasil, 2001. 558p.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias (org.). **Geografia: conceitos e temas**, Rio de Janeiro: Bertrand, 1995, p. 77 -

116.SOUZA, Marcelo Lopes de. **O desafio metropolitano**: um estudo sobre a problemática sócio-espacial nas metrópoles brasileiras. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.368p.

STAVRIDES, S. **Common spaces**: the city as commons. London: Zed Books, 2016.303p.


VELLOSO, Rita. **A Singular arquitetura de uma insurreição na periferia**. In: CORSINI, L. (ed), Democracia X Regimes De Pacificação. A insistente recusa do controle exercido em nome da segurança, 133-48. São Paulo: Annablume, 2015.

VILLAÇA, Flávio. Espaço intra-urbano no Brasil. 2. ed. São Paulo: Studio Nobel, 2007.376p.

YANG, Philip. **Bairros social e economicamente mistos geram riqueza para todos**. Folha de São Paulo, em: 21 nov. 2016. Disponível em:< <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/11/1835305-bairros-social-e-economicamente-mistos-geram-riqueza-para-todos.shtml>> Acesso em: agosto 2018.

YÀZIGI, Eduardo. **O mundo das calçadas**: por uma política de espaços públicos em São Paulo. São Paulo: Universidade de São Paulo/Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Tese de livre docência apresentada ao Departamento de Geografia, 1997.

ANEXO A -

 PREFEITURA BELO HORIZONTE		AUTO DE NOTIFICAÇÃO		Nº: 20170048308AN	
DATA IMPRESSÃO: 30/08/2017		HORA IMPRESSÃO: 11:57			
01 - IDENTIFICAÇÃO DO INFRATOR					
NOME (RAZÃO SOCIAL OU PESSOA FÍSICA): WARLEI SANTOS NUNES			NOME FANTASIA:		
CNPJ/CPF: 01801755647		DML (DOCUMENTO MUNICIPAL DE LICENÇA) TIPO:		INSCRIÇÃO MUNICIPAL:	
		Nº:			
ATIVIDADE EXERCIDA:					
ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO, CEP): AVE BARÃO HOMEM DE MELO, Nº 55 - CASA DA ÁRVORE - CEP: 30421284				BAIRRO: ALPES	
02 - TERMOS DA NOTIFICAÇÃO					
<input type="checkbox"/> FP <input type="checkbox"/> FT <input checked="" type="checkbox"/> FR <small>FISCALIZAÇÃO PREVENTIVA FISCALIZAÇÃO TEMÁTICA FISCALIZAÇÃO ROTINEIRA</small>					
ATO OU FATO CONSTITUTIVO DA INFRAÇÃO: INVAJIR O LOGRADOURO PÚBLICO OU O IMÓVEL PÚBLICO OU A ÁREA PÚBLICA COM EDIFICAÇÃO PROVISÓRIA.					
DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR: INVASÃO DE ÁREA PÚBLICA PARA PREVISÃO DE ALARGAMENTO DA AV. BARÃO HOMEM DE MELO ESQUINA COM MARIA MACEDO					
DISPOSITIVO LEGAL TRANSGREDIDO: LEI 8616/03 - ART. 318, I E §1º, I. DECRETO 14060/10, ART. 161, §2º				DATA DA CONSTATAÇÃO: 30/08/2017 08:30	
DADOS DO VEÍCULO (QUANDO NECESSÁRIO):					
PELO PRESENTE FICA O NOTIFICADO OBRIGADO A SEGUIR AS SEGUINTE EXIGÊNCIAS: DESOCUPAR E DEMOLIR EDIFICAÇÃO PROVISÓRIA QUE INVADE O LOGRADOURO PÚBLICO OU O IMÓVEL PÚBLICO OU A ÁREA PÚBLICA.					
PRAZO PARA CUMPRIMENTO DAS EXIGÊNCIAS: 2 DIA(S)		ÍNDICE CADASTRAL (Nº IPTU):		PRAZO PARA RECURSO CONTRA ESTE DOCUMENTO: 15 DIA(S)	
LOCAL DA CONSTATAÇÃO DA INFRAÇÃO (ENDEREÇO COMPLETO): AVE BARÃO HOMEM DE MELO, Nº 55 - CASA DA ÁRVORE - CEP: 30421284				BAIRRO: ALPES	
PENALIDADE A QUE ESTARÁ SUJEITO PELO NÃO CUMPRIMENTO DESTA NOTIFICAÇÃO:					
VALOR BASE DA MULTA (R\$): 1585,55		VALOR BASE DA MULTA (POR EXTENSO): HUM MIL, QUINHENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E CINCO CENTAVOS		CITAÇÃO COMINATIVA: LEI 8616/03 - ARTS. 307, II E 311, DECRETO 14060/10, ART. 166, ANEXO I, ITEM 244 E LEI 8147/00	
DETALHAMENTO DA MULTA: EDIFICAÇÃO PROVISÓRIA				A DEFESA PODERÁ SER PROTOCOLIZADA NA CENTRAL DE ATENDIMENTO DA REGIONAL OU NO BH RESOLVE (RUA CAETÉS, 342), INFORMAÇÕES TEL. 156.	
NA REINCIDÊNCIA DA INFRAÇÃO ESTARÁ SUJEITO À(S) SEGUINTE(S) PENALIDADE(S): MULTA APLICÁVEL A CADA 2 (DOIS) DIAS, EM DOBRO NA PRIMEIRA REINCIDÊNCIA E EM TRIPLO NAS SUBSEQUENTES; DEMOLIÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTURA DE AÇÃO JUDICIAL.					
03 - ÓRGÃO AUTUANTE					
SECRETARIA/REGIONAL: OESTE		DCTO DE ORIGEM (TIPO): PROCESSO ADMINISTRATIVO		DCTO DE ORIGEM (NÚMERO): 01-035.909/17-81	
ENDEREÇO COMPLETO (LOGRADOURO, NÚMERO, COMPLEMENTO, CEP): RUA CAMPINA VERDE, Nº 593 - CEP: 30550340				BAIRRO: SALGADO FILHO	
04 - ASSINATURAS					
ASSINATURA DO AUTUADO, REPRESENTANTE LEGAL OU PREPOSTO			ASSINATURA DO FISCAL:		BM: 010552-5
NOME/CARGO:			DCTO IDENTIFICADOR DO AUTUADO, REPRESENTANTE LEGAL OU PREPOSTO:		CIÊNCIA RECEBIDA PESSOALMENTE

ANEXO B -

DESCRIÇÃO OUTROS ALVO DO EVENTO			
INCENDIO			
DATA/HORA DO FATO	DATA/HORA DO INICIO DO ATENDIMENTO NO LOCAL	DATA/HORA FINAL DO ATENDIMENTO	DATA/HORA FINAL DO PREENCHIMENTO
24/09/2017 20:46	24/09/2017 21:15	24/09/2017 23:30	25/09/2017 03:40
DESCRIÇÃO DO LUGAR		COMPL DE LOCAL MEDIATO	
VIA DE ACESSO PUBLICA		VIA DE ACESSO PUBLICA	
LOCAL (AV. RUA, ETC)			
AVENIDA BARAO HOMEM DE MELO / AVENIDA SILVA LOBO			
NUMERO	KM	COMPLEMENTO	BAIRRO/VILA
XXXX	XXXX	XXXX	NOVA GRANADA
MUNICIPIO			CEP
BELO HORIZONTE			XXXX
UF		PAIS	
MG		BRASIL	
PONTO DE REFERENCIA		LATITUDE	LONGITUDE
CARREFOUR		-19° 56' 1,86"	-43° 58' 16,76"
TIPO VIA		MEIO UTILIZADO	
XXXX		OUTROS MEIOS	
CAUSA PRESUMIDA			
OUTROS - CAUSAS COMUNS			
DESCRIÇÃO OUTRAS CAUSAS PRESUMIDAS			
INCENDIO			
HISTÓRICO DA OCORRÊNCIA / ATIVIDADE			
<p>NO LOCAL A VIATURA DO TRANSITO COMANDADA PELA SARGENTO MAISA, DEPAROU COM UM INCÊNDIO NO LOCAL ONDE SE ALOJAVAM VÁRIOS ANDARILHOS E ACIONOU A VIATURA DO CORPO DE BOMBEIROS, COMPARECEU AO LOCAL A VIATURA ACA1205 COMANDADA PELO TENENTE TIAGO COSTA QUE REALIZOU O COMBATE AO EVENTO JUNTAMENTE COM AS VIATURAS ANOTADAS. O LOCAL ERA FREQUENTADO POR DIVERSOS ANDARILHOS E NAO HAVIA UM MORADOR FIXO NO LOCAL. NAO HOUE CONDIÇÕES DE ARROLAR NENHUMA PESSOA QUE SE IDENTIFICASSE COMO MORADOR DO LOCAL. PARTICIPARAM DA AÇÃO A VIATURA ABS00376 COMANDADA PELO SARGENTO LÁZARO, ABS08523 COMANDADA PELO SARGENTO WILLIAN, ACA1422 COMANDADA PELO ASPIRANTE RAFAEL. A GUARNIÇÃO DO BOMBEIRO VERIFICOU QUE O INCÊNDIO TERIA SIDO CRIMINOSO E ISOLOU O LOCAL COM FITA ZEBRADA. EM CONTATO VIA COFOM FOI PASSADO PELO AGENTE DANIEL COSTA BORGES MASP1112912 QUE INFORMOU QUE O PERITO GERALDO MASP357428 SO REALIZARIA A PERICIA NO DIA SEGUINTE.</p>			
Perícia Técnica			
PERICIA TÉCNICA COMPARECEU?	PREFIXO DA VIATURA	PLACA DA VIATURA	PERITO (MATRICULA - NOME)
NAO	XXXX	XXXX	XXXX - XXXX
MOTIVO DO NÃO COMPARECIMENTO			
XXXX			
VIATURAS			
VIATURA 1			
TIPO DA VIATURA		ÓRGÃO	

